



Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola



**Nações
Unidas**





Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola



**Nações
Unidas**

Genebra, 2023

© 2023, Nações Unidas

Este trabalho está disponível em acesso aberto, em conformidade com a licença Creative Commons criada para organizações intergovernamentais, disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/>.

Os resultados, interpretações e conclusões aqui expressos são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões das Nações Unidas ou dos seus funcionários ou Estados membros.

A designação utilizada e a apresentação do material em qualquer mapa deste trabalho não implicam a expressão de qualquer opinião por parte das Nações Unidas relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade, ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

A menção de qualquer firma ou processo de licença não significada o endosso das Nações Unidas.

São permitidas fotocópias e reproduções de excertos com os devidos créditos.

Esta publicação não foi objeto de uma edição formal.

Esta tradução não foi objeto de uma tradução oficial por parte das Nações Unidas. A tradução para o português foi empreendida por Carlos G. Marcant Filho. Quaisquer dúvidas serão tratadas pelo tradutor, quem se responsabiliza por sua exatidão.

Publicação das Nações Unidas editada pela Conferência das Nações Unidas
sobre Comércio e Desenvolvimento

UNCTAD/DITC/TSCE/2023/2

eISBN: 978-92-1-002839-4

Financiamento do programa

O relatório foi elaborado no âmbito do Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II (Formar para o Comércio II), financiado pela União Europeia. O objetivo da componente das Indústrias Culturais e Criativas do Programa Train for Trade II é “aumentar o potencial económico das indústrias culturais e criativas em Angola para ganhos em termos de emprego, comércio e desenvolvimento”. A publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia.

A componente das Indústrias Culturais e Criativas contribui diretamente para a implementação do Programa 1.7.2: “Promoção das Artes e Indústrias Culturais e Criativas” do Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola 2018-2022 e para a realização de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, incluindo o Objetivo 8 - Trabalho Decente e Crescimento Económico, o Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas e o Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A visão do projeto consiste em promover indústrias culturais e criativas vibrantes em Angola, facilitar a melhoria das atividades económicas e das redes nos centros artísticos e culturais, proporcionar mais oportunidades aos empresários e criadores, em especial aos jovens, e desenvolver as comunidades ricas e diversificadas que tornam Angola única.

Os objetivos da componente das Indústrias Culturais e Criativas, que estão em linha com os objetivos de todas as outras componentes, são (a) avaliar o potencial comercial (de exportação) das indústrias culturais e criativas de Angola; (b) identificar os principais estrangulamentos que minam os esforços para aproveitar o potencial socioeconómico das indústrias culturais e criativas de Angola; e (c) desenvolver as capacidades institucionais e humanas de Angola para formular e implementar políticas e estratégias para desbloquear os constrangimentos vinculativos.

Agradecimentos

Este relatório foi preparado sob a orientação geral de Miho Shirotori, responsável pela Divisão de Comércio Internacional e Produtos de Base. Foi redigido por uma equipa liderada por Marisa Henderson, e incluiu os funcionários da CNUCED Katalin Bokor e Laina Maia, e os consultores internacionais Carla Figueira, Carlos Martins, Cassandro Mendes, Pedro Affonso, Ivo Franco e Gersy Pegado. Adelino Muxito, Johanna Silvander, Benedetta Simonini e Carolina Quintana deram suas contribuições e apoio. O relatório foi concebido por Nic Symes.

A equipa consultou funcionários do Governo de Angola e dos Governos Provinciais, realizou reuniões e entrevistas com representantes do sector, empresários, produtores e distribuidores das indústrias culturais e criativas, e recolheu dados do Instituto Nacional de Estatísticas e de outras instituições relevantes. Agradecemos a todos e a todas as pessoas mencionadas na lista de entrevistados deste documento.

O relatório beneficiou das discussões num workshop nacional sobre o mapeamento e a estratégia das indústrias culturais e criativas de Angola (30 de Janeiro – 1º de Fevereiro de 2023, Luanda, Angola).

Esta publicação foi produzida no âmbito do Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a opinião da União Europeia.

Train for Trade II



Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola



União Europeia



Sumário

Financiamento do programa	iii
Agradecimentos	iv
Abreviaturas	vii
Resumo executivo	1
I. Antecedentes	5
A. Metodologia.....	6
II. As indústrias culturais e criativas a nível mundial.....	7
A. Classificação das indústrias culturais e criativas.....	8
B. Dados globais sobre as indústrias culturais e criativas	10
III. Contexto histórico e económico em Angola	11
IV. As indústrias culturais e criativas em Angola	15
A. Classificação e taxonomia	16
B. Contribuição económica.....	17
C. Resultados do inquérito da CNUCED aos intervenientes na economia criativa em Angola	23
V. As indústrias culturais e criativas nas políticas públicas	25
A. As indústrias culturais e criativas na estrutura ministerial	26
B. Despesas públicas.....	27
C. Políticas, objectivos e estratégias para os sectores cultural e criativo.....	31
1. Política cultural.....	34
2. Lei do mecenato.....	36
3. Direito de autor e direitos conexos.....	37
4. Direito da propriedade industrial.....	38
D. Infraestruturas físicas e digitais.....	39
1. Infraestruturas físicas	39
2. Infraestruturas digitais.....	40
E. Educação e formação profissional	42
F. Impacto da pandemia de COVID-19 nas indústrias culturais e criativas	45
VI. Análise do sector	47
A. Indústria musical.....	49
B. Cinema, audiovisual e meios digitais	54
C. As empresas em fase de arranque e os jogos de vídeo	59
D. Artes do espectáculo	64
E. Arquitectura, design, artesanato e moda	68
F. Artes visuais	73
G. Literatura e publicações.....	77
H. Museus.....	82
I. Análise SWOT das ICC de Angola	86
VII. Caminho a seguir	89
Notas finais	95
Anexo A - Lista de entrevistados.....	99
Anexo B - Indicadores socioeconómicos	102
Anexo C - Instituições de ensino das artes e da cultura em Angola.....	103

Índice de Tabelas

1. Indústrias criativas da CNUCED	9
2. Volume de negócios por indústria cultural e criativa, 2020.....	21
3. Número de empresas em cada indústria cultural e criativa, 2020.....	22
4. Indústrias das ICC para uma taxonomia nacional, de acordo com os participantes no inquérito.....	24
5. Programas e projectos de ICC seleccionados no orçamento de Angola para 2022	26
6. Comparação do orçamento anual do MINCULTUR/MCTA reportado por diferentes fontes, 2015-2022	28
7. Orçamento anual dos organismos dependentes da MINCULTUR, 2015-2019.....	29
8. Orçamento público de Angola, 2021	30
9. Orçamento pormenorizado das actividades recreativas, culturais e religiosas, 2021.....	30
10. Objectivos e metas do Programa de Promoção da Arte e das Indústrias Culturais e Criativas	33
11. Análise da política cultural e recomendações.....	34
12. Análise da Lei do Mecenato e recomendações	36
13. Análise da legislação sobre direitos de autor e direitos conexos e recomendações	37
14. Análise da lei da propriedade industrial e recomendações.....	38
15. População com acesso à electricidade por província, 2021	40
16. Indicadores de inovação seleccionados em Angola, 2022	44
17. Análise SWOT das ICC de Angola	86

Índice de Figuras

1. PIB de Angola, 2000-2020 (nominal, US\$ mil milhões).....	13
2. PIB per capita de Angola, 2000-2020 (nominal, US\$).....	13
3. Exportações totais de mercadorias pelos principais parceiros, 2021 (percentagem das exportações totais)	17
4. Total das importações de mercadorias pelos principais parceiros 2021 (percentagem das importações totais)...	18
5. Exportações de bens criativos por Angola, 2021 (US\$).....	19
6. Importações de bens criativos por Angola, 2021 (US\$)	20
7. Volume de negócios das indústrias culturais e criativas, 2020 (kwanza).....	21
8. Número total de empresas por sector cultural e criativo, 2020.....	22
9. Afiliação dos participantes no inquérito sobre as ICC de Angola	23
10. Principais constrangimentos enfrentados pelas ICC de Angola.....	23
11. Estudantes envolvidos em estudos de bacharelato por área de estudo, 2019	43
12. Estudantes envolvidos em educação pós-graduada por área de estudo, 2019	43

Abreviaturas

ICC	Indústrias Culturais e Criativas
CEARTE	Complexo de Escolas de Arte
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
ELP	Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola
FENACULT	Festival Nacional de Cultura
PIB	Produto Interno Bruto
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
OGE	Orçamento Geral do Estado
VAB	Valor Acrescentado Bruto
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INICC	Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas
IAPI	Instituto Angolano da Propriedade Industrial
ISART	Instituto Superior de Artes
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social
MCTA	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (já não existe)
MED	Ministério da Educação
MEP	Ministério da Economia e Planeamento
MESCTI	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
MINCULTUR	Ministério da Cultura e Turismo
MINDCOM	Ministério da Indústria e Comércio
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
SWOT	Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças
UEA	União dos Escritores Angolanos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
US\$	Dólar dos Estados Unidos
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual



Resumo executivo

As indústrias culturais e criativas (ICC) têm um grande potencial para promover a mudança social e económica nos países em desenvolvimento, particularmente através da inovação e da criação de emprego, sobretudo entre os jovens. Angola tem a mesma oportunidade de maximizar o seu potencial de economia criativa, para impactos positivos multivariados nos seus ecossistemas sociais, culturais, económicos e industriais, cujos caminhos são descritos abaixo.

O relatório “Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola”, apoiado pelo programa conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II (Formar para o Comércio II), avalia o potencial económico das ICC em Angola para a criação de emprego e o comércio. A avaliação traça um perfil das ICC de Angola, identificando os seus principais pontos fortes e constrangimentos e propondo recomendações para promover o crescimento do sector.

Angola é rica em diversidade de expressões culturais e criativas. Atualmente, a economia criativa de Angola tende a centrar-se na produção de produtos intangíveis, como a música, a literatura, a produção audiovisual, as artes performativas e o artesanato.

Do ponto de vista cultural, a diáspora angolana desempenha um papel de embaixador fundamental na apresentação da cultura, das artes e das criações angolanas a outros países através dos seus cidadãos que vivem e trabalham fora das fronteiras do país. A avaliação conclui que a população jovem de Angola apresenta um enorme potencial para a produção cultural e criativa, incluindo os jogos e o streaming.

Uma nova geração de empresários criativos está também a desenvolver inovações industriais, comerciais e de consumo tanto para Angola como para o mundo lusófono. Com ligações linguísticas e mercados de consumo partilhados, os bens culturais e criativos de Angola podem alcançar e crescer nos mercados internacionais sem uma adaptação significativa. Os festivais também podem contribuir para o potencial cultural e criativo de Angola.

No entanto, Angola ainda não maximizou totalmente o potencial das ICC como facilitadoras e impulsionadoras do desenvolvimento económico, da transformação estrutural e da coesão social devido a vários constrangimentos económicos, sociais e políticos, incluindo:

- Incapacidade de diminuir a dependência dos produtos de base em relação às exportações de petróleo e exposição à volatilidade mundial dos preços do petróleo;
- Subestimação, pelas agências governamentais e pelo público, do potencial macroeconómico das ICC;
- Falta de reconhecimento público da importância económica das ICC;
- Falta de uma definição e classificação das ICC em Angola;
- Inexistência de uma estratégia de recolha de dados para o sector;
- Elevado grau de informalidade, o que, por sua vez, dificulta a estimativa do peso económico das ICC;
- Baixo nível de investimento público nas ICC a nível nacional e provincial;
- A centralização das políticas culturais e criativas a nível ministerial, associada à falta de participação do sector privado e das partes interessadas da sociedade civil na consulta e no planeamento das políticas públicas;
- Legislação e regulamentação ineficazes em matéria de mecenato, direitos de autor e direitos de propriedade intelectual;
- Ausência de um sistema fiscal eficaz e de políticas de incentivo para os profissionais das ICC;
- Baixos níveis de acesso à Internet entre a população jovem devido aos custos elevados;

- Falta de turismo criativo internacional devido à escassez de serviços turísticos profissionais e à consequente degradação ou falta de manutenção das infraestruturas culturais;
- Falta de competências técnicas, empresariais e de gestão no sector;
- Falta de acesso a crédito, microfinanciamento ou financiamento para iniciar uma atividade financeiramente sustentável;
- O facto de o sector bancário não considerar as ICC para efeitos de crédito e, quando o faz, a burocracia tem de ser simplificada;
- Os requisitos para a atribuição de créditos a atividades culturais e criativas são difíceis.

Recomendações

Com base nesta análise, o relatório apresenta cinco grupos de recomendações:

1. Políticas públicas e governação

- **Coordenação e gestão:** O Governo de Angola precisa de desenvolver estruturas de comunicação interna (constituídas por grupos de trabalho) para coordenar os ministérios, secretariados e institutos relevantes que podem colaborar no desenvolvimento das ICC. A sociedade civil deve também organizar-se para se tornar um parceiro forte do governo e defender as ICC.
- **Taxonomia:** Existe muito pouca informação sobre as ICC em Angola. Uma taxonomia e classificação oficiais permitiriam a recolha de dados de e por organismos competentes. Sugere-se que as autoridades encomendem uma auditoria das melhores metodologias disponíveis para a criação de um sistema de informação cultural de países desenvolvidos e em desenvolvimento; e incorporem as melhores práticas num sistema nacional de medição (ver abaixo).
- **Legislação:** As regras em matéria de direitos de autor e a lei do mecenato são instrumentos essenciais que conferem às autoridades o mandato para aplicar, fazer cumprir e divulgar adequadamente as diretivas jurídicas. A atual proposta de lei do mecenato para o patrocínio é alvo de muitas críticas, nomeadamente no que se refere à falta de clareza sobre o funcionamento deste instrumento.
- **Propriedade intelectual:** A criação e a inovação estão no centro das ICC, mas devem ser apoiadas por um quadro de propriedade intelectual eficiente e eficaz, incluindo a capacidade de registar e proteger o trabalho criativo de uma forma que permita e assegure a rentabilização a curto, médio e longo prazo para os criadores.

2. Medição

- **Estatísticas:** Por um lado, a falta de dados obriga o governo a trabalhar “às cegas” e leva-o a subestimar o potencial das ICC. Por outro lado, o sector privado (formal e informal) também não reconhece o potencial das ICC e não se pode posicionar como um pilar social, cultural ou económico essencial. A ausência de estatísticas detalhadas também resulta numa lacuna de conhecimento sobre as ICC angolanas no mercado internacional, impedindo Angola de defender os seus criativos e a economia criativa. Uma maior disponibilidade de dados sobre as ICC angolanas no mercado global e nas instituições internacionais poderia legitimar a atratividade de Angola e resultar numa maior afetação de capital privado internacional, e de outros tipos de financiamento, para projetos culturais e criativos, e para a cooperação.
- **Recolha de dados:** Para melhorar a medição das ICC, o governo precisa de promover iniciativas para recolher e divulgar informações e estatísticas sobre as ICC, melhorar a capacidade nacional de recolha de dados sobre as ICC e apoiar o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) na recolha de dados detalhados sobre as empresas nas ICC, tais como: pessoas que trabalham no sector, desagregadas por sexo e idade; número de empresas que contribuem para as ICC e para a economia criativa; informações sobre o sector; dimensão da empresa por número de efetivos e receitas - tudo isto proporcionaria uma imagem mais precisa das ICC de Angola.

3. Capacitação

- **Educação e formação:** Embora existam estruturas para formar e melhorar as competências das pessoas que trabalham nas ICC, são necessários mais professores e materiais para melhorar a qualidade e a quantidade dos recursos humanos necessários para o crescimento de ICC mais dinâmicas. Para além da formação centrada nas profissões culturais e criativas, é também essencial a formação em gestão cultural, empreendedorismo, finanças, promoção internacional e marketing.
- **Parcerias:** Com as competências adequadas para criar parcerias internacionais, as instituições e os empresários das ICC podem também beneficiar da cooperação internacional.
- **Infraestruturas físicas:** São necessárias melhorias na infraestrutura física do país, incluindo espaços, acesso à eletricidade e mobilidade, para proporcionar espaços para a criação, distribuição e consumo de arte, cultura e criatividade.
- **Infraestruturas digitais:** A melhoria da qualidade e da acessibilidade dos preços da distribuição da Internet e da telefonia em Angola é essencial para o desenvolvimento das ICC e, de facto, de todo o ecossistema de apoio que estimula o crescimento.

4. Finanças, inovação e tecnologia

- **Financiamento:** As ICC tendem a necessitar de investimento público e de outros investimentos, mas os empresários criativos precisam de apoio e de recursos para desenvolver e implementar os seus projetos e para os expandir, uma vez que dependem frequentemente da mão-de-obra, do equipamento ou da tecnologia. As ICC tendem a ter dificuldades mesmo com o microfinanciamento, devido à variabilidade dos rendimentos e ao seu impacto nas notações de crédito. Consequentemente, os bancos têm de trabalhar para compreender o sector e o seu potencial, e adaptar as suas políticas para oferecer aos trabalhadores criativos acesso a empréstimos e apoiar os esforços para aumentar a sua solvabilidade. Para além do financiamento privado tradicional, são essenciais outras formas de apoio, como os incentivos fiscais, os regimes sociais e o financiamento público, como os concursos permanentes e os contratos públicos esporádicos.
- **Rotas para as receitas:** A resolução das questões relacionadas com os pagamentos internacionais e em linha é crucial para rentabilizar o sector e pode ser uma área em que podem surgir novas tecnologias de pagamentos móveis e outras inovações.

5. Promoção

- **Marca e imagem:** Os produtos culturais e criativos de Angola carecem de uma marca e imagem fortes e vendáveis a nível nacional e global. As campanhas de marca e comunicação poderiam realçar a importância e o papel do sector em tudo, desde a criação de emprego à coesão social e à diplomacia cultural; ajudar o mercado nacional de produtos culturais e criativos e melhorar a imagem global de Angola - o seu povo, cultura, tradições, voz, práticas e novas possibilidades. Além disso, o reforço da marca “Angola Criativa” poderá promover as exportações de bens e serviços criativos e aumentar a sua atratividade no mercado internacional do turismo cultural e criativo.
- **Diplomacia cultural e criativa:** O reforço da diplomacia cultural e criativa, especialmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e outros países lusófonos, poderia aumentar os intercâmbios internacionais e a participação dos trabalhadores criativos angolanos em programas de desenvolvimento, ajuda, financiamento, temporada cultural e cooperação dirigidos às ICC.





I

Antecedentes



Reconhecendo o potencial das indústrias culturais e criativas para contribuir para o desenvolvimento económico e social de Angola, a par da sua importância crescente no comércio internacional, a CNUCED e o Governo de Angola criaram a componente das Indústrias Culturais e Criativas no contexto do Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II.¹

Este relatório, desenvolvido no âmbito da componente das Indústrias Culturais e Criativas do Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II, tem como objetivo alcançar três resultados. Em primeiro lugar, dar a conhecer o contributo das indústrias culturais e criativas para a economia angolana; em segundo lugar, analisar os seus principais constrangimentos e oportunidades; e, por último, identificar as políticas públicas mais adequadas ao seu desenvolvimento e os planos de capacitação a implementar. O relatório apresenta também o potencial das ICC a nível mundial, a sua importância para a diversificação económica de Angola num mercado global, juntamente com um diagnóstico das infraestruturas de apoio existentes e das políticas relevantes em Angola, uma análise das cadeias de valor das ICC e uma análise SWOT (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças) das ICC do país. Com base no diagnóstico analítico, foram elaborados um plano de ação geral e duas notas técnicas. A primeira nota aborda i) o turismo cultural e criativo e a segunda ii) a dimensão internacional das ICC em Angola numa perspetiva de imagem, exportação e investimento. Estes documentos apresentam um conjunto de recomendações destinadas a reforçar o potencial económico das ICC em Angola através da criação de emprego e do desenvolvimento do comércio internacional e servem de base para o desenvolvimento de módulos de formação pela CNUCED.

A. Metodologia

A pesquisa para este relatório baseia-se em fontes primárias e secundárias, com destaque para a consulta de documentos oficiais, planos estratégicos, mapas estatísticos e relatórios governamentais. Além disso, foram realizados vários inquéritos online e um vasto leque de entrevistas (ver a lista de entrevistas no Anexo A), que incluem técnicos da administração central, provincial e municipal, profissionais e trabalhadores das ICC, artistas e agentes culturais, empreendedores e produtores criativos, académicos e representantes da sociedade civil, bem como representantes de governos estrangeiros e organizações internacionais em Angola.

Os planos iniciais para a metodologia de investigação e para este processo de mapeamento tiveram de ser alterados devido à pandemia da COVID-19, às restrições de viagem, ao confinamento e às medidas de distanciamento social. Uma missão exploratória dos consultores internacionais a Angola foi cancelada e muitas das reuniões e entrevistas foram realizadas online, o que exigiu uma abordagem adaptativa. No entanto, os conhecimentos obtidos continuam a ser válidos e moldaram significativamente o relatório final.



II

As indústrias culturais e
criativas a nível mundial



O papel das ICC como facilitadoras e impulsionadoras do desenvolvimento económico, da transformação estrutural, da coesão social e da estabilidade política tem sido amplamente reconhecido há mais de 30 anos, tendo merecido uma atenção crescente na última década.² As taxas de crescimento comparativas das ICC, a sua resistência ao abrandamento económico, as suas ligações com a inovação e a tecnologia e a sua capacidade de gerar emprego nos sectores formal e informal, especialmente entre os jovens, reforçaram a convicção de que, se forem bem apoiadas, as ICC constituem uma via viável para os países em desenvolvimento acelerarem a mudança socioeconómica.

Os estudos³ que salientam e demonstram o potencial económico das ICC enquanto agentes ao serviço do desenvolvimento económico sustentável e de sociedades inclusivas e inovadoras têm constituído um forte argumento a favor das ICC.⁴ Os modelos novos e emergentes de crescimento económico endógeno mostram como os fatores produtivos intangíveis, como a cultura e a criatividade, podem melhorar a competitividade tanto no interior das nações como entre elas. O potencial é significativo devido à possibilidade de ganhos de eficiência económica e à capacidade estratégica de diferenciação com maior valor acrescentado.

Para as nações focadas na diversificação económica - e Angola é um desses países, considerando a sua dependência do petróleo - a criatividade e a cultura são contributos e motores para a estimulação da inovação, por um lado, e para a exploração de novas vias a partir de práticas e indústrias mais tradicionais, por outro. É necessária uma combinação de tradição e inovação para dinamizar e aumentar a exportação de bens e serviços criativos e a promoção da atratividade nos circuitos turísticos internacionais.⁵ As lições aprendidas a nível global e o ímpeto em torno das ICC aplicam-se diretamente a Angola nos seus esforços de diversificação através do aproveitamento das suas ICC.

A. Classificação das indústrias culturais e criativas

A noção de “criatividade” e de “economia criativa” está em constante evolução. As definições variam muito entre países, uma vez que não existe uma definição simples de criatividade que englobe todas as várias dimensões deste fenómeno.⁶ No contexto da CNUCED, a definição de economia criativa baseia-se na interação entre a criatividade humana, as ideias, a propriedade intelectual, o conhecimento e a tecnologia. A abordagem da CNUCED consiste em alargar o conceito de “criatividade”, passando da inclusão de atividades com uma forte

componente artística para atividades económicas que dependem fortemente da propriedade intelectual como principal fator de produção.

A definição da CNUCED de indústrias criativas e de economia criativa é a seguinte:⁷

Indústrias criativas:

- são os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e o capital intelectual como fatores de produção primários;
- constituem um conjunto de atividades baseadas no conhecimento, centradas, mas não limitadas à cultura e ao património, potencialmente geradoras de receitas provenientes do comércio e dos direitos de propriedade intelectual;
- compreendem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor económico e objetivos de mercado;
- situa-se na encruzilhada dos sectores artesanal, de serviços e industrial;
- estão no centro da economia criativa.

A economia criativa:

- é um conceito em evolução baseado em ativos criativos potencialmente geradores de crescimento económico e desenvolvimento;
- fomenta a geração de rendimentos, a criação de emprego e as receitas de exportação, promovendo simultaneamente a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano;
- engloba aspetos económicos, culturais e sociais que interagem com a tecnologia, a propriedade intelectual e os objetivos turísticos;
- é um conjunto de atividades económicas baseadas no conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e ligações transversais a nível macro e microeconómico à economia global;
- é uma opção de desenvolvimento viável que exige respostas políticas inovadoras e multidisciplinares e uma ação interministerial.

Tabela 1. Indústrias criativas da CNUCED

Património	Artes	Media	Criações funcionais
Expressões culturais tradicionais: artes e ofícios, festas e celebrações	Artes visuais: pintura, escultura, fotografia e antiguidades	Edição e imprensa escrita: livros, imprensa e outras publicações	Design: interior, gráfico, moda, joalharia, brinquedos
Sítios culturais: sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições, etc.	Artes do espetáculo: música ao vivo, teatro, dança, ópera, circo, marionetas, etc.	Audiovisuais: cinema, televisão, rádio e outros meios de difusão	Novos media: software, jogos de vídeo e conteúdos criativos digitalizados
			Serviços criativos: arquitetura, publicidade, cultura e lazer, investigação e desenvolvimento criativos, serviços digitais e outros serviços criativos conexos

Fonte: Adaptado de CNUCED-PNUD (2008). Relatório sobre Economia Criativa. Figura 1.3 e Tabela 5.1.

Embora a CNUCED não tenha uma lista concreta de indústrias criativas (ou seja, indústrias com a Classificação Industrial Internacional Tipo de Todas as Atividades Económicas ou códigos ISIC), o Relatório sobre a Economia Criativa de 2008 fornece um quadro conceptual no qual muitos países se baseiam ou constroem as suas próprias definições para as suas ICC. Abrangendo o património material e imaterial, as artes, a cultura, bem como as atividades que dependem da criatividade para oferecer inovação e competitividade, as ICC são classificadas, pela CNUCED, conforme detalhado na tabela abaixo.

B. Dados globais sobre as indústrias culturais e criativas

De acordo com as estimativas globais atuais e disponíveis, as indústrias culturais e criativas geram cerca de 3,1 por cento do produto interno bruto (PIB) mundial e criam quase 50 milhões de postos de trabalho em todo o mundo.⁸

As ICC são importantes motores económicos nos principais países de língua portuguesa, como o Brasil e Portugal. Por exemplo, no Brasil, as ICC contribuíram para 2,6 por cento do PIB do país em 2017. Apesar da pandemia da COVID-19, a contribuição económica das ICC aumentou, atingindo 2,9 por cento do PIB em 2020.⁹ O sector emprega cerca de 11 milhões de pessoas.¹⁰ Em Portugal, os sectores culturais e criativos representaram 3,6 por cento do PIB nacional em 2016 e empregaram mais de 120 mil pessoas, ou seja, 3,4 por cento da população ativa total.¹¹

O crescimento dinâmico das ICC a nível mundial é impulsionado pelo comércio internacional, pela gestão dos direitos de propriedade intelectual e pelas novas oportunidades de negócio, especialmente para as pequenas e médias empresas.¹²

De acordo com a CNUCED, as exportações mundiais de bens criativos aumentaram de 208 biliões de dólares em 2002 para quase 600 biliões de dólares em 2019, pouco antes da pandemia da COVID-19. Quase triplicou em duas décadas. Em 2020, no entanto, houve uma queda significativa, devido à pandemia, e o comércio de bens criativos sofreu perdas substanciais de exportação.

A China continua a ser o principal exportador de bens culturais e criativos. Em 2020, as exportações de bens criativos da China atingiram 169 biliões de dólares, seguindo-se os Estados Unidos da América (32 biliões de dólares) e a Itália (27 biliões de dólares). Para além disso, é de notar que os dez principais exportadores de bens criativos em 2020 incluíam cinco economias da Ásia, quatro da Europa e uma da América do Norte. Relativamente aos principais bens exportados, os bens de design representaram quase 63 por cento do total das exportações de bens criativos, seguidos dos novos produtos de media (13 por cento) e do artesanato (8 por cento).¹³

As exportações de serviços criativos desempenham um papel ainda mais importante no sector, em parte devido à digitalização, à transformação digital e à pandemia.¹⁴ As exportações mundiais aumentaram de 487 biliões de dólares em 2010 para quase 1,1 trilião de dólares em 2020. A Europa continua a ser o maior exportador de serviços criativos, seguida da Ásia e da América do Norte - 564 biliões de dólares, 259 biliões de dólares e 227 biliões de dólares, respetivamente.¹⁵



III

Contexto histórico e
económico em Angola



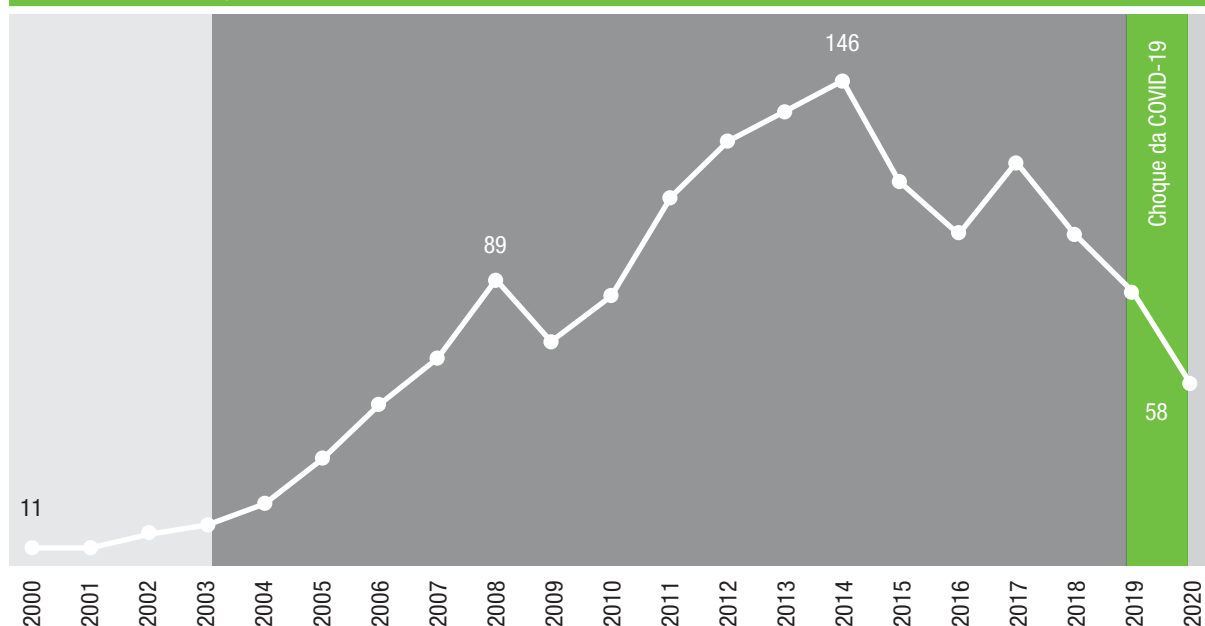
Angola é o segundo maior país de língua portuguesa do mundo, a seguir ao Brasil, e é o sétimo maior país da África em termos de dimensão. Tem uma população em crescimento (16,8 milhões: 2009; 34 milhões: 2023), constituída por diversos grupos étnicos, como o Kongo, Ndongo, Matamba, Lunda, Kassanje, Wambo, Bailundo, Chiaca, Ovambo, entre outros, que acrescentam um valor significativo à diversidade cultural do país e, potencialmente, às ICC.¹⁶ A maior parte da população fala a língua oficial do país, o português; no entanto, muitos falam qualquer uma das 45 línguas nativas: Umbundu, Kimbundu, Kikongo e Chokwe, entre outras.¹⁷ Para além do português, as outras línguas angolanas não são incentivadas para fins educativos, nem são oficialmente reconhecidas como parte da riqueza do país.

Apesar da sua diversidade, oficialmente, Angola não é considerada como tendo um vasto património cultural material ou imaterial. Tem apenas um sítio aprovado como Património Mundial da UNESCO, o Mbanza Kongo, vestígios da capital do antigo Reino do Kongo, que foi inscrito em 2017 e se situa na capital da província do Zaire, no noroeste de Angola. Além disso, Angola tem mais 13 sítios na lista provisória da UNESCO para Património Mundial. Angola também nomeou desenhos de areia e figuras geométricas angolanas ou “sona”¹⁸ para património cultural imaterial.

A história contemporânea de Angola é afetada pelo colonialismo, conflitos e dependência de mercadorias. A sua cultura é fortemente influenciada pelos portugueses, que estabeleceram colónias costeiras e entrepostos comerciais no século XVI e acabaram por colonizar e governar Angola durante cerca de 500 anos. Após a sua independência de Portugal, Angola viveu uma intensa guerra civil, que durou 27 anos, de 1975 a 2002. Os principais grupos opositores na guerra civil angolana foram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). O MPLA tem sido um partido maioritariamente composto por membros e apoiantes de Luanda, enquanto a UNITA era maioritariamente composta por membros e apoiantes das zonas rurais e do interior.

O conflito teve um grande impacto na economia, no território e na cultura angolana. Os maiores grupos etnolinguísticos de Angola têm perfis culturais distintos, bem como diferentes lealdades políticas. Como resultado, as expressões culturais provenientes de áreas mais rurais foram diminuídas na capital e as expressões da capital foram minimizadas noutros territórios. As tradições portuguesas também foram afetadas, uma vez que o país recém-independente não queria ser associado à antiga potência colonizadora. Desde a consolidação da paz com o Memorando de Entendimento de Luena, assinado em Abril de 2002, Angola iniciou um processo dinâmico de crescimento económico, impulsionado sobretudo pela exploração e perfuração de petróleo, como se pode ver na Figura 1.

Figura 1. PIB de Angola, 2000-2020 (nominal, US\$ bilhões)

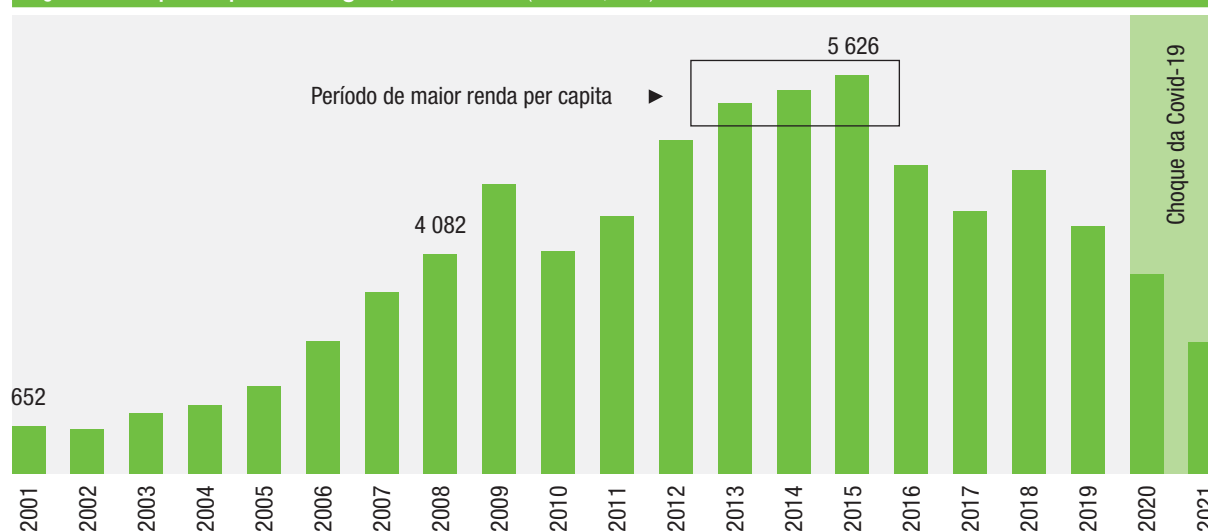


Fonte: Com base em dados do Fundo Monetário Internacional.

Em 2000, o PIB nacional de Angola era de aproximadamente 11,1 bilhões de dólares. Até 2014, o país registou um crescimento constante, atingindo (em termos nominais) 145,7 bilhões de dólares em 2014. No entanto, a partir de 2015, o país enfrentou um choque de contraciclo, devido à queda do preço do petróleo, e o seu PIB iniciou uma tendência descendente. O PIB per capita seguiu a mesma tendência, como mostra a Figura 2. O PIB per capita (em termos nominais) era de 652 USD em 2000 e atingiu 4 082 USD em 2008, um aumento de mais de 500 por cento no período de oito anos após a guerra civil. Em 2014, o PIB per capita subiu para 5 626 USD, tendo posteriormente diminuído.

O Anexo B fornece informações socioeconômicas adicionais sobre Angola.

Figura 2. PIB per capita de Angola, 2000-2020 (nominal, US\$)



Fonte: Com base em dados do Fundo Monetário Internacional.





IV

As indústrias culturais e
criativas em Angola



A. Classificação e taxonomia

O termo “indústrias culturais e criativas” tem sido objeto de discussões contínuas em Angola desde o final da década de 1990, no âmbito do agora inexistente Ministério da Cultura. Em 2001, foi formalmente criado o Instituto Nacional das Indústrias Culturais, que resultou da transformação do Instituto Nacional do Livro e do Disco. Em 2018, o Instituto, que tem sede própria fora do Ministério, assumiu a designação de Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas (INICC). Tanto a criação do instituto como a mudança de designação tiveram origem numa maior sensibilidade para as nuances em torno de uma economia, e atividade económica, a partir da cultura e da criatividade, mas não resultaram no desenvolvimento de uma classificação ou taxonomia própria para as ICC em Angola.

Em Novembro de 2016 foi institucionalizada a Secretaria de Estado das Indústrias Criativas (que representa um departamento sob a tutela de um Secretário de Estado, nomeado pelo Presidente da República), no âmbito do antigo Ministério da Cultura. A criação deste órgão visou posicionar as ICC como motores de crescimento económico em Angola, tendo o conceito englobado outras áreas de atividades como a publicidade, arquitetura, turismo, software e outros ativos criativos que não estavam sob a tutela do antigo Ministério da Cultura. O Secretariado que estava sob a tutela do INICC foi extinto na nova composição do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA) em 2020. O MCTA foi posteriormente renomeado como Ministério da Cultura e Turismo (MINCULTUR) em 2022.

Apesar da criação da Secretaria de Estado e da mudança de nome do Instituto, não houve interações com os outros ministérios ou com representantes do sector. Devido à ausência de participação e envolvimento do público, e à falta de abertura para discutir e legitimar o conceito, nunca houve uma definição, classificação e taxonomia concretas que pudessem refletir a realidade angolana e uma visão nacional para as indústrias culturais e criativas de Angola. No que diz respeito à compreensão e aceitação da terminologia para o sector, existe ainda uma visão emergente e em desenvolvimento da interligação da cultura e da criatividade como um sector económico pela maioria dos atores públicos e privados. A ausência de uma cadeia produtiva para os sectores cultural e criativo faz com que uma definição e classificação não sejam tangíveis para muitos artistas,

técnicos, trabalhadores, empresários, gestores públicos e privados, agentes culturais, produtores e membros de grupos tradicionais.

Com base nas políticas nacionais, nos artigos noticiosos e no feedback das partes interessadas, é evidente que as terminologias “cultura”, “indústrias culturais” e “economia criativa” são utilizadas indistintamente. Também é notável que dentro do governo angolano existem diferentes entendimentos do que se entende por ICC; e em muitos casos há uma falta de reconhecimento por parte dos funcionários do governo angolano de que uma determinada indústria pode ser integrada num sistema de classificação de ICC. No entanto, existe uma vontade de reforçar as ICC. Por conseguinte, é importante que a terminologia, a taxonomia e a narrativa que o país adota sejam clarificadas com as partes interessadas. Tanto a CNUCED como a UNESCO, e muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, oferecem vias para a classificação que poderiam ser utilizadas como melhores práticas ou como ponto de partida para Angola.

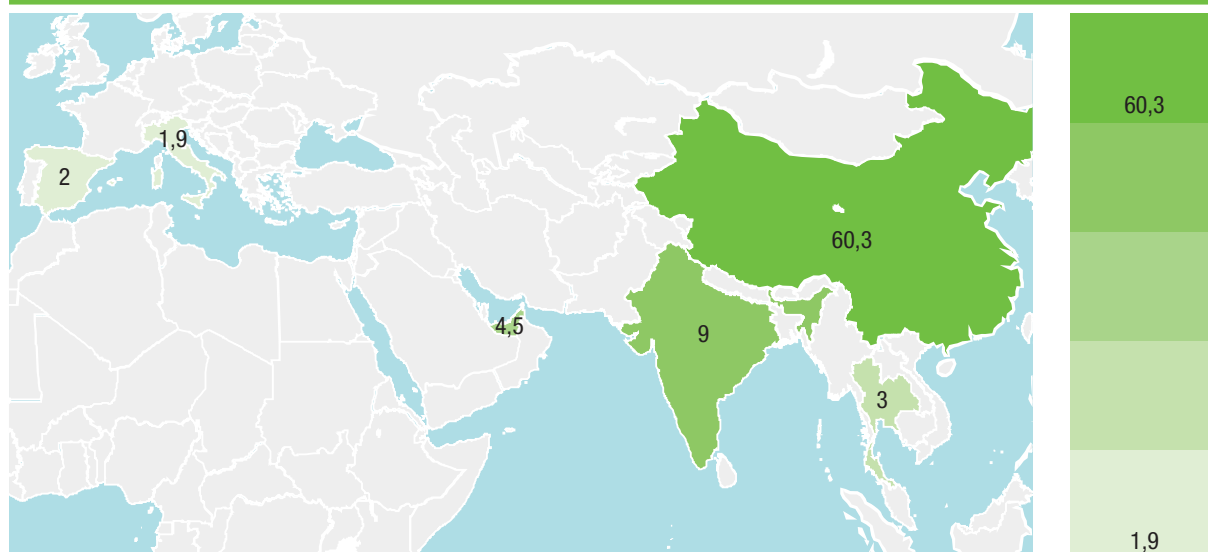
B. Contribuição económica

Angola está dependente das suas exportações de petróleo. O seu desenvolvimento económico recente evoluiu num contexto de graves limitações estruturais e de flutuações económicas ligadas ao preço do petróleo, um produto de base do qual Angola precisa de se diversificar. A inovação e a criatividade são consideradas os principais motores do crescimento sustentável a longo prazo e são necessárias no caminho para uma economia mais diversificada, pelo que devem ser objeto de uma atenção especial por parte das autoridades nacionais.¹⁹

Os produtos relacionados com o petróleo dominam as exportações de mercadorias. A maioria das mercadorias é exportada para a China e a Índia.²⁰ A composição das exportações manteve-se praticamente a mesma durante anos. As exportações relacionadas com o petróleo (ou seja, combustível) representaram quase 93,8 por cento do total das exportações de bens em 2021, em comparação com 95,6 por cento em 2018, apenas uma diminuição marginal. Em 2021, os bens de consumo representavam 5 por cento do total das exportações, os bens intermédios 1 por cento e os bens de capital 0,3 por cento.

A figura 3 mostra as exportações nacionais por principal destino de exportação. Conforme destacado no mapa, a maior parte das exportações de Angola destina-se à China (60,3 por cento), Índia (9 por cento), Emirados Árabes Unidos (4,2 por cento) e Tailândia (3 por cento).

Figura 3. Exportações totais de mercadorias pelos principais parceiros, 2021 (percentagem das exportações totais)



Fonte: Cálculo do autor com base nos dados do Instituto Nacional de Estatísticas.

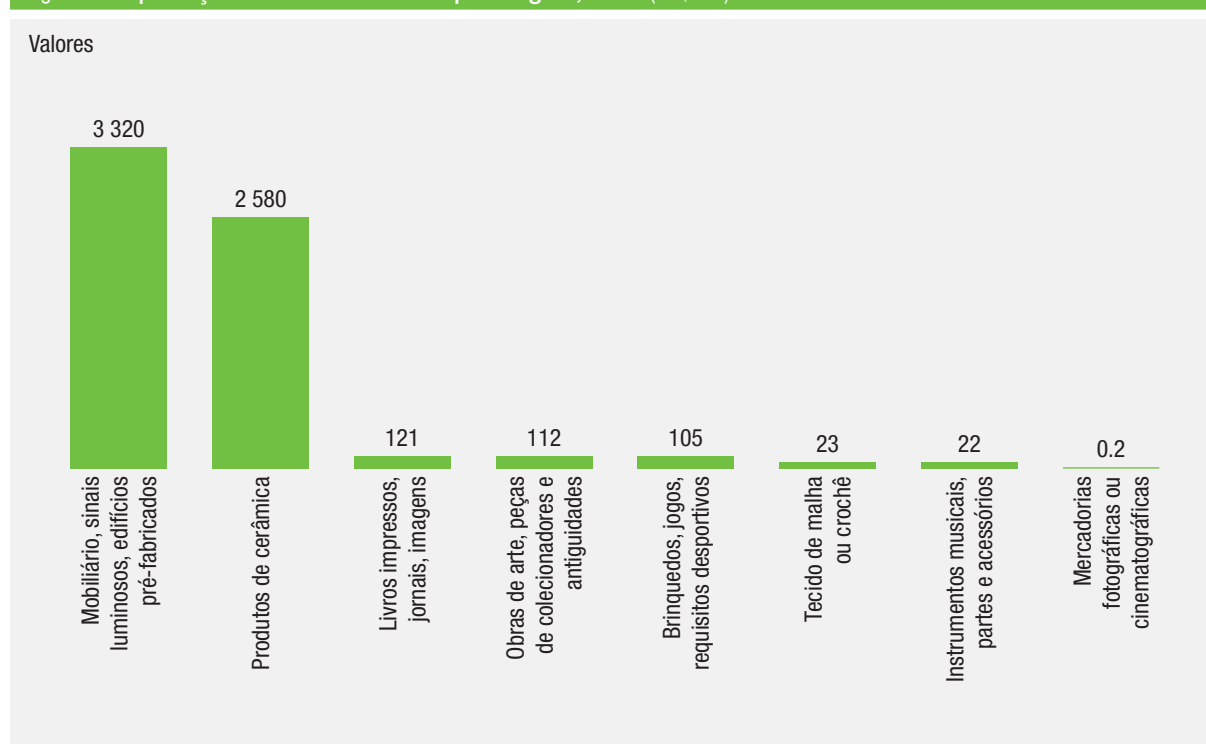
Nota: Os restantes 17,2 por cento representam exportações para outros países não incluídos no mapa.

A Trading Economics²² fornece uma visão mais recente dos dados do comércio internacional para Angola no rescaldo da COVID-19 até 2021 nos seguintes grupos de produtos criativos:

- Produtos cerâmicos;
- Brinquedos, jogos, artigos de desporto;
- Livros, jornais e fotografias;
- Obras de arte, peças de coleção, antiguidades;
- Produtos fotográficos e cinematográficos;
- Instrumentos musicais, peças e acessórios;
- Tecidos de malha ou croché;
- Mobiliário, iluminação e edifícios pré-fabricados.

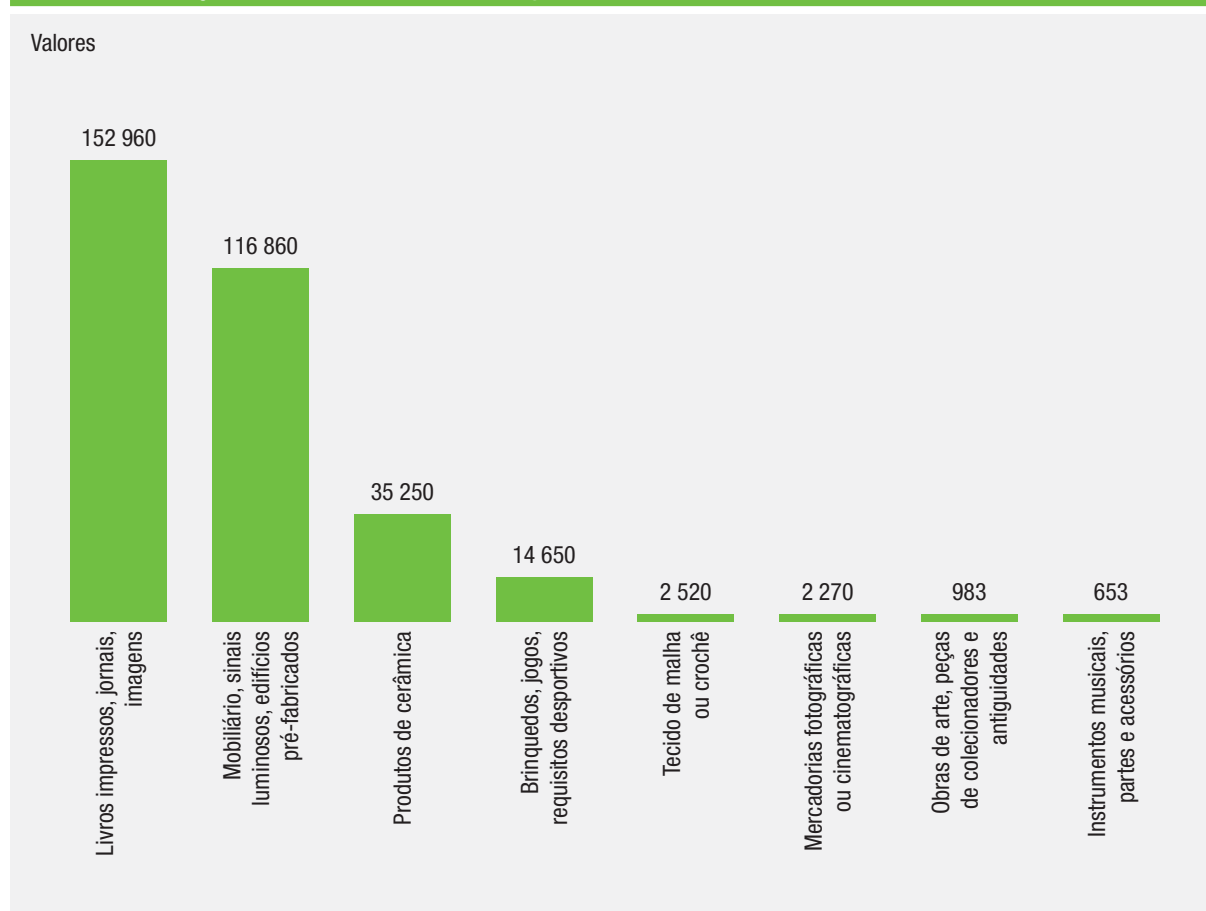
De acordo com os seus dados, em 2021, as exportações de bens criativos ascenderam a 6,3 milhões de dólares (ver Figura 5), enquanto os bens culturais e criativos importados foram avaliados em US\$ 326,1 milhões (ver Figura 6). O peso dos bens das ICC no total das importações de mercadorias do país é de 2,84 por cento. No entanto, o peso dos bens das ICC no total das exportações de mercadorias é residual (0,02 por cento). A balança comercial dos produtos culturais e criativos é muito desequilibrada, com as exportações a representarem cerca de 1,9 por cento das importações em 2021. O grupo de produtos “mobiliário, iluminação e construções pré-fabricadas” destaca-se com o maior potencial de exportação, representando cerca de 52,8 por cento das exportações e 35,8 por cento das importações.

Figura 5. Exportações de bens criativos por Angola, 2021 (US\$ mil)



Fonte: Com base em dados da Trading Economics (2022).

Figura 6. Importações de bens criativos por Angola, 2021 (US\$ mil)



Fonte: Com base em dados da Trading Economics (2022).

Medir o impacto das ICC em termos de emprego e de valor acrescentado para a economia contínua a ser um desafio e é necessário obter mais informações de fontes oficiais. Além disso, a maioria dos empregos criados nas ICC são informais; por conseguinte, os empregos no sector criativo não estão registados no sistema estatístico nacional. Não existe informação oficial sobre o número de pessoas que trabalham nas ICC.

Relativamente à economia, segundo o INE, no segundo trimestre de 2022, 11,4 milhões de indivíduos (população com 15 e mais anos) estavam empregados. Destes, 5,7 milhões eram homens e 5,7 milhões eram mulheres. Além disso, a maioria das pessoas empregadas, ou seja, 79,3 por cento, trabalha no sector informal (70,4 por cento dos homens e 88 por cento das mulheres). Neste contexto, seria essencial apoiar o INE com um plano nacional de recolha de dados especificamente para as ICC. Sem este tipo de informação detalhada, será difícil identificar o impacto do sector em termos de empregos criados, valor acrescentado, e acompanhar esta informação com políticas complementares.

Mais uma vez, sem as taxonomias e ferramentas de medição adequadas, é difícil captar a contribuição das ICC para o PIB ou o valor acrescentado bruto (VAB) de Angola. Em vez da produção ou do valor acrescentado, um indicador alternativo é o valor dos ganhos ou do volume de negócios das empresas (na economia formal) nas diferentes indústrias culturais e criativas. A Figura 7 apresenta os valores do volume de negócios das ICC de acordo com os dados oficiais disponíveis (do INE) para 2020. As atividades de consultoria de gestão representam o valor mais elevado em termos de volume de negócios, nomeadamente 70,3 por cento de todas as atividades culturais e criativas. A Tabela 2 apresenta estatísticas detalhadas do volume de negócios de 17 indústrias culturais e criativas.

Figura 7. Volume de negócios das indústrias culturais e criativas, 2020 (kwanza)



Fonte: Com base em dados do Instituto Nacional de Estatística.

Tabela 2. Volume de negócios por indústria cultural e criativa, 2020

Código ISIC	Indústria cultural e criativa	Valores em Kz milhões	Valores em US\$ milhões
7020	Atividades de consultoria de gestão	234 858	466
7410	Atividades de design especializadas	51 372	102
7310	Publicidade	23 341	46
7110	Atividades de arquitetura e de engenharia	8 952	18
6201	Programação informática	4 177	8,2
6209	Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação	3 835	7,6
6202	Atividades de consultoria informática	3 074	6,1
7490	Outras atividades de consultoria	2 225	4,4
5820	Edição de software	1 575	3,1
5813	Edição de jornais, revistas e periódicos	154	0,3
7420	Atividades fotográficas	142	0,3
9000	Atividades criativas de artes e espetáculos	120	0,2
8542	Educação cultural	54	0,1
5920	Atividades de gravação de som e edição de música	35	0,07
5819	Outras atividades de edição	5,5	0,01
4762	Comércio a retalho de gravações de música e vídeo em lojas especializadas	4,4	0,009
5911	Atividades de produção de filmes, vídeos e programas de televisão	3,8	0,007

Fonte: Com base nos dados do Instituto Nacional de Estatísticas.

Nota: Utiliza-se a taxa de câmbio de 503,69 kwanza/US\$ (31 de Dezembro de 2022), de acordo com informação do Banco Central Nacional.

O INE apenas dispõe de informação para 17 indústrias culturais e criativas. O volume de negócios total das empresas destas indústrias atingiu 333,9 biliões de kwanzas (US\$662,9 milhões) em 2020. Seria interessante e valioso produzir e divulgar dados oficiais para outras ICC relevantes, como a fabricação de joias, cinema e audiovisual, livros e publicações, fabricação de instrumentos musicais e pesquisa e desenvolvimento.

O INE dispõe ainda de dados sobre o número de empresas registadas em 17 ICC, conforme apresentado na Figura 8. As atividades especializadas de design representam 33,6 por cento do total de empresas privadas, enquanto os serviços de consultoria de gestão representam 21,3 por cento do total de empresas. A Tabela 3 apresenta dados mais pormenorizados. Estes dados indicam um potencial significativo de ICC nos domínios do design, das relações-públicas e da investigação - todos os serviços que poderiam ser reforçados por políticas, investimentos, formação e reforço das capacidades.

Figura 8. Número total de empresas por sector cultural e criativo, 2020



Fonte: Com base nos dados do Instituto Nacional de Estatísticas.

Tabela 3. Número de empresas em cada indústria cultural e criativa, 2020

Código ISIC	Indústria cultural e criativa	Unidade
7410	Atividades de design especializadas	153
7020	Atividades de consultoria de gestão	97
7490	Outras atividades de consultoria	86
6209	Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação	33
6202	Atividades de consultoria informática	24
7110	Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins	13
7310	Publicidade	12
6201	Atividades de programação informática	7
7420	Atividades fotográficas	7
9000	Atividades criativas de artes e espetáculos	7
5920	Atividades de gravação de som e edição de música	6
5813	Edição de jornais, revistas e periódicos	4
4762	Comércio a retalho de gravações de música e vídeo em lojas especializadas	1
5819	Outras atividades de edição	1
5820	Edição de software	1
5911	Atividades de produção de filmes, vídeos e programas de televisão	1
5912	Pós-produção de filmes, vídeos e programas de televisão	1
7220	Investigação e desenvolvimento em ciências humanas e sociais	1
8542	Educação cultural	1

Fonte: Com base nos dados do Instituto Nacional de Estatísticas.

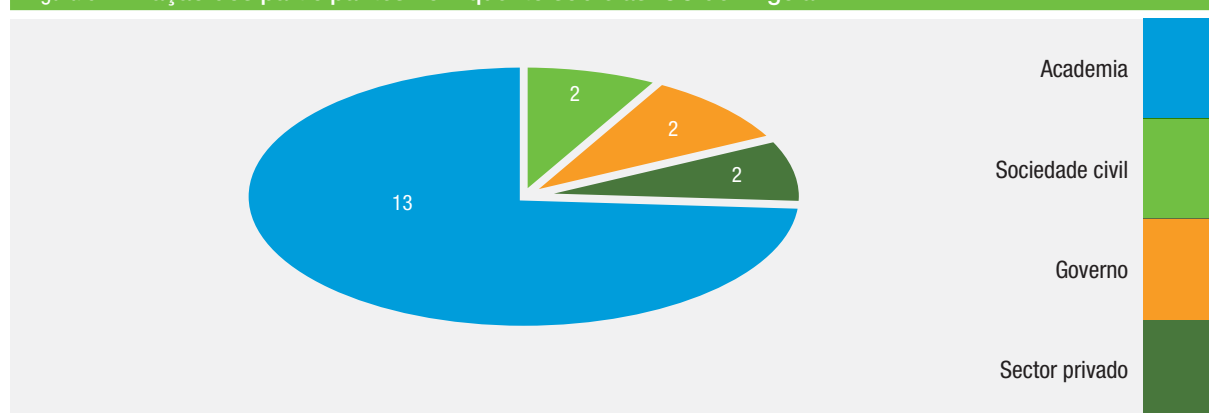
C. Resultados do inquérito da CNUCED aos intervenientes na economia criativa em Angola

Durante a preparação do relatório, foi realizado um inquérito qualitativo entre as partes interessadas da economia criativa em Angola para obter as suas perceções subjetivas sobre o desempenho e os constrangimentos das ICC. O inquérito foi realizado durante os meses de Outubro e Novembro de 2022. Foi obtido um total de 19 respostas durante este período. Os principais objetivos deste inquérito foram dois:

- (i) identificar a taxonomia das ICC em Angola de acordo com a perceção dos indivíduos, e
- (ii) identificar os constrangimentos existentes nas ICC.

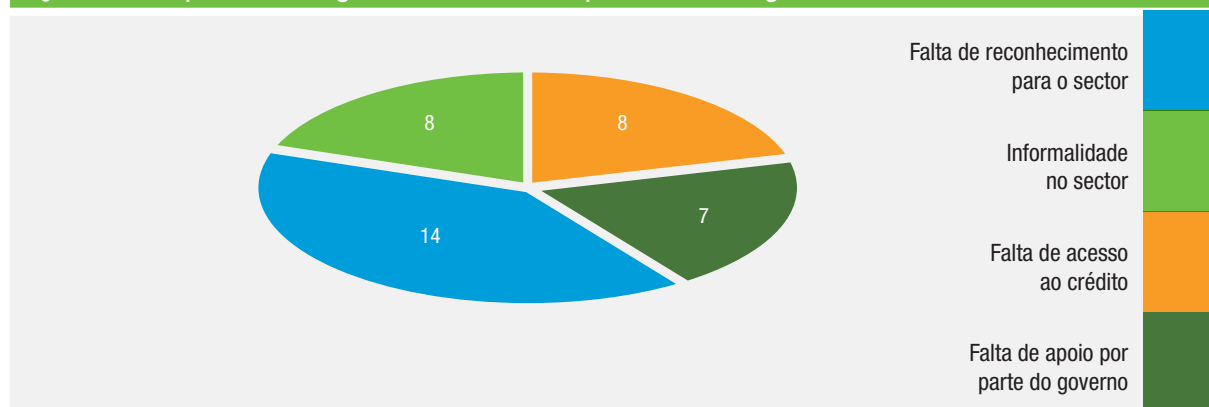
Os participantes no inquérito representavam tanto o sector privado como o sector público. A maioria dos participantes no inquérito (13 de 19) era do sector privado, representando 68,4 por cento da amostra (ver Figura 9).

Figura 9. Afiliação dos participantes no inquérito sobre as ICC de Angola



Fonte: Com base nos dados do questionário.

Figura 10. Principais constrangimentos enfrentados pelas ICC de Angola



Fonte: Com base nos dados do questionário.

No que diz respeito a uma taxonomia nacional para as ICC, os resultados do inquérito sugerem que a maioria dos entrevistados concorda com a taxonomia geral adotada pela CNUCED, como se pode ver na Tabela 4. As indústrias identificadas como ICC por mais de 85 por cento dos participantes no inquérito estão destacadas a amarelo. Isto corresponde em grande medida à atual cobertura dos grupos de produtos criativos nas estatísticas do comércio internacional da CNUCED.

Tabela 4. Indústrias ICC para uma taxonomia nacional de acordo com os participantes no inquérito

Sector	Sim	Não	Não sabe
Património e cultura popular tradicional	19	0	0
Artes performativas, música e celebração	19	0	0
Audiovisuais e conteúdos criativos digitais	19	0	0
Artes visuais e artesanato	18	1	0
Serviços de design, moda e criação	17	1	1
Livro, literatura e imprensa	17	1	1
Tecnologias da informação e da comunicação e investigação e desenvolvimento	15	1	3
Comércio	14	2	3
Saúde e educação	10	6	3
Construção	9	5	5
Instituições públicas	9	2	8
Agricultura e pescas	8	7	4
Exploração mineira	7	9	3

Fonte: Com base nos dados do questionário.





V

As indústrias culturais
e criativas nas políticas
públicas

As atividades das ICC em Angola estão fortemente dependentes do Estado, o que criou uma mentalidade entre os trabalhadores criativos e os profissionais da cultura de que sem o Estado não seriam capazes de definir os seus próprios caminhos. Em consequência, existe uma cultura de conformismo entre estes profissionais, que se identificam como “autênticos dependentes” do Estado. O empreendedorismo cultural ainda está a dar os primeiros passos em Angola e as práticas e fontes de negócio e financiamento sustentáveis a longo prazo ainda estão longe do sector cultural e criativo.

O desenvolvimento de políticas governamentais para as indústrias culturais e criativas ainda está centralizado a nível ministerial. Do ponto de vista da conceção, há pouca consulta pública com os parceiros. Normalmente, a consulta só é feita quando as atividades já estão orçamentadas e é necessário planear a sua execução. A nível da execução, mesmo os governos provinciais, quando se debruçam sobre a área da cultura no âmbito das suas responsabilidades, recorrem ao ministério central. Isto deve-se, em parte, ao modelo histórico de gestão e governação do país, que, durante cerca de 15 anos, se baseou num modelo de partido único. A centralização continua a ser forte e é necessário mais tempo e ação para desenvolver uma cultura e práticas de colaboração, para além das próprias ICC.

A. As indústrias culturais e criativas na estrutura ministerial

Desde Abril de 2020, a nível governamental, as políticas das ICC foram colocadas sob a alçada do novo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA). Esta reorganização ocorreu sob os auspícios da Reforma do Estado iniciada em 2020, logo após a decretação do estado de emergência em resposta à pandemia da COVID-19. Contudo, em Setembro de 2022, foi eleito um novo Governo e o Ministério do Ambiente foi destacado do recém-formado Ministério da Cultura e Turismo (MINCULTUR).

O orçamento de Estado estimado para o (antigo) MCTA em 2022 atingiu 20,2 bilhões de kwanzas (cerca de 40 milhões de dólares). De acordo com informações do Ministério das Finanças, cerca de 40 por cento destes recursos destinavam-se a financiar estudos e investigação. Outros projetos notáveis incluídos no orçamento apresentam, em grande parte, esforços de construção ou preservação e são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Programas e projetos de ICC selecionados no orçamento de Angola para 2022

Nome do projeto	Kz milhões	US\$ milhões
Requalificação do Reino do Bailundo (Huambo)	739	1,5
Reabilitação e apetrechamento da antiga Assembleia Nacional - Palácio da Música e Teatro (Luanda)	415	0,8
Construção e equipamento do Edifício Cultural do Huambo	400	0,8
Valorização e promoção do património histórico e cultural	385	0,8
Promover a arte e as indústrias culturais e criativas	106	0,2

Fonte: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4z/mjk2/~edisp/minfin3296956.pdf>.

Nota: Utilizámos a taxa de câmbio de 503,7 kwanza/US\$ (31/12/2022), de acordo com informação do Banco Central Nacional.

Em Julho de 2020, a CNUCED realizou uma consulta e entrevistas com um vasto leque de partes interessadas das ICC em Angola, enquanto o MCTA estava em funcionamento. Por conseguinte, a maior parte dos dados e reflexões deste capítulo ainda se referem às políticas e ações em vigor antes de Julho de 2020.

A integração da cultura no MCTA não suscitou expectativas positivas por parte de muitos profissionais da cultura. Além disso, muitas partes interessadas estavam preocupadas com o facto de a cultura não ser uma prioridade e de ser afetada por novas reduções orçamentais. Algumas partes interessadas observaram que existe uma questão de hierarquia política sobre a forma como a cultura é vista, uma vez que “a cultura pode esperar, não é urgente”. Alguns entrevistados também notaram a tendência para uma certa inércia na burocracia governamental: aparentemente há mudanças, mas a perceção é de que tudo fica na mesma. Outros entrevistados foram mais otimistas e consideraram a fusão, na altura, uma oportunidade para a cultura criar sinergias importantes com o turismo e o ambiente.

A necessidade de uma abordagem abrangente e interligada de várias áreas da governação pública é, sem dúvida, uma necessidade para as ICC. No entanto, esta necessidade é ainda mais abrangente do que a que é possibilitada pelo MCTA, exigindo a criação de uma comissão multisectorial que reúna vários ministérios e estabeleça a ligação com a sociedade civil, os investidores e os profissionais da economia da cultura.

Desde 2001, as políticas relacionadas com o sector das ICC têm sido coordenadas e executadas pelo Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas (INICC).

INICC tem os seguintes mandatos:

- a. coordenar a execução de uma política nacional integrada para as indústrias culturais;
- b. coordenar a execução da política nacional do livro e a promoção da leitura;
- c. coordenar a execução da política nacional do artesanato;
- d. incentivar a indústria discográfica;
- e. assegurar a edição de obras literárias de interesse cultural e de grande alcance social;
- f. apoiar a organização de exposições e eventos para promover as indústrias culturais e as indústrias criativas no país e no estrangeiro;
- g. incentivar o aparecimento de obras de matriz cultural nacional e de novos criadores no domínio da literatura, da música, da moda, do artesanato, do design e de outros domínios;
- h. apoiar iniciativas empresariais e associativas no domínio das indústrias culturais;
- i. promover o intercâmbio entre criadores nacionais e estrangeiros;
- j. coordenar a atividade económica que produz, em grande escala, bens e serviços, cujo conteúdo artístico é significativo;
- k. promover a comercialização dos produtos resultantes da edição do livro e do registo, com vista à obtenção de receitas.

O Instituto tem um Diretor-geral e dois Diretores-gerais Adjuntos, um responsável pela área do Livro e da Leitura e outro pelas Indústrias Culturais e Criativas e pelo Artesanato. A estrutura está distribuída por seis departamentos. Com a criação do MCTA, o INICC passaria a ter um novo estatuto, após uma fusão planeada com o Instituto do Cinema e Audiovisual de Angola. A nova estrutura continuaria a deixar os direitos de autor e os direitos conexos fora da alçada do INICC.

B. Despesas públicas

Os dados sobre a despesa pública angolana com as ICC não estão imediatamente disponíveis. O governo angolano deve realizar um estudo detalhado com o MINCULTUR, GEPE (Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística) e o INE para garantir que existe uma base de conhecimento abrangente das ICC.

De acordo com os dados disponíveis, nomeadamente dos relatórios anuais, o MCTA manteve e aumentou recentemente o seu orçamento. A Tabela 6 apresenta os valores anuais de acordo com os dados fornecidos diretamente pelo MCTA e de acordo com os dados disponíveis no website do Ministério das Finanças (MINFIN). A sua leitura e análise requerem cautela. Em primeiro lugar, existem discrepâncias entre os dados. Os dados fornecidos pelo MCTA representam o orçamento real/executado e os números disponíveis através do MINFIN são o orçamento aprovado (em alguns casos, já revisto e retificado devido às flutuações do preço do petróleo). Em segundo lugar, não é efetivamente possível uma comparação anual, uma vez que o orçamento não é

apresentado a preços constantes, o que faz com que o aparente aumento substancial do orçamento em 2019 e 2020 esteja associado à desvalorização da moeda e à inflação. Recomenda-se vivamente que a capacidade das autoridades oficiais para fornecer dados comparáveis seja reforçada e que o MCTA desenvolva também a sua capacidade técnica para utilizar dados oficiais que possam demonstrar as tendências do investimento público na cultura.

Tabela 6. Comparação do orçamento anual do MINCULTUR/MCTA indicado por diferentes fontes, 2015-2022

MINCULTUR/MCTA	Relatado por MINCULTUR/MCTA		Relatado por MINFIN	
	Kz milhões	US\$ milhões	Kz milhões	US\$ milhões
2015	1 963	16,3	2 940 (revisto)	24,5
2016	1 465	9,0	2 226 (revisto)	13,6
2017	1 756	10,6	2 505	15,1
2018	1 259	5,0	2 594	10,3
2019	3 306	9,1	3 475 (revisto)	9,5
2020	4 000 (estimativa)	6,9	4 155	7,2
2021	---	---	17 770	32,0
2022	---	---	20 206	40,1

Fonte: MCTA e MINFIN.

Nota: Taxa de câmbio (média) (kwanza/US\$): 2015 – 120,1; 2016 – 163,6; 2017 – 165,9; 2018 – 252,8; 2019 – 346,6; 2020 – 578,4; 2021 – 555; 2022 – 503,7.

A dotação orçamental do MINCULTUR/MCTA inclui:

- despesas correntes, tais como salários;
- despesas de funcionamento com os organismos dependentes do Ministério, como o INICC;
- despesas de funcionamento com entidades de utilidade pública;
- despesas permanentes para atividades recorrentes;
- despesas com o programa de investimento público (estudos e construção/reabilitação de infraestruturas);
- despesas ocasionais com atividades, por exemplo, concursos/trabalhos para o desenvolvimento e implementação de festivais como o Festikongo, ou outras atividades para as quais o Ministério necessita de parceiros para a implementação.

O que precede indica que os sectores profissionais da cultura e as ICC beneficiam de um apoio escasso e incoerente por parte do Estado para a realização das suas atividades. Os apoios pontuais recebidos pelos sectores profissionais estão subordinados a atividades que o ministério pretende desenvolver e para as quais são contratados como produtores e promotores. As únicas entidades que recebem subsídios anuais de manutenção e funcionamento são as designadas como de utilidade pública (por decisão do Conselho de Ministros), entre as quais se incluem atualmente: União dos Artistas e Compositores (UNAC), União dos Escritores Angolanos (UEA), União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP), Liga Africana, Associação Tchiweka de Documentação, Fundação Sagrada Esperança, Fundação Agostinho Neto e Fundação Sindika Dokolo.

É de notar que o orçamento público para a cultura é negociado numa base anual e distribuído em parcelas mensais. Existe normalmente uma diferença substancial entre o orçamento aprovado e o orçamento executado, sendo este último frequentemente inferior em 30 a 40%. Nos anos que se seguiram à crise, muitos organismos dependentes da MINCULTUR apenas executaram 50% do seu orçamento.

A tabela 7 apresenta o orçamento anual para os organismos dependentes do MINCULTUR entre 2015 e 2019.

Tabela 7. Orçamento anual dos organismos dependentes da MINCULTUR, 2015-2019 (milhões de kwanza)

	2015	2016	2017	2018	2019
Arquivo Histórico Nacional	91,3	74,0	77,3	72,8	79,0
Biblioteca do Centro de Formação Profissional	4,1	3,3	4,2	6,6	3,9
Biblioteca Nacional de Angola	61,1	57,0	74,3	65,2	68,1
Casa Museu Óscar Ribas	33,2	16,9	23,6	42,4	30,1
INAR Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos	55,4	59,6	64,2	55,5	61,8
INPC Instituto Nacional do Património Cultural	48,8	57,0	50,0	56,2	66,6
Instituto de Línguas Nacionais	62,1	63,6	59,7	57,0	63,0
Instituto Nacional do Livro e do Disco	57,3	---	---	---	---
INICC Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas	---	55,4	44,6	45,2	58,1
Instituto Angolano do Cinema, Audiovisual e Multimédia	---	41,6	41,5	45,0	66,4
Complexo da Escola de Arte do CEARTE	---	255,9	225,6	27,6	226,3
Museu Nacional da Escravatura	26,3	31,8	34,6	40,6	39,9
Museu Nacional de Antropologia	56,8	58,6	57,4	45,6	53,4
Museu Nacional de Arqueologia	10,3	4,0	7,3	3,7	39,0
Museu Nacional de História Natural	58,2	58,5	60,4	56,7	71,9
Museu Regional da Huíla	8,7	11,4	23,9	32,5	28,9
Museu Regional de Cabinda	8,7	8,9	29,8	26,2	31,3
Museu Regional do Dundo	33,4	11,6	48,1	43,2	48,8
Total (milhões de kwanza)	615,7	869,0	926,8	722,0	1 036,7
Total (milhões de US\$)	5,1	5,3	5,6	2,9	2,8

Fonte: Dados fornecidos pelo MINCULTUR/MCTA.

Nota: Taxa de câmbio (média) (kwanza/US\$): 2015 – 120,1; 2016 – 163,6; 2017 – 165,9; 2018 – 252,8; 2019 – 364,6; 2020 – 578,4.²³

Este orçamento para os organismos dependentes do ministério serve para financiar as operações, existindo um orçamento ministerial separado para projetos e atividades, bem como um programa de investimento público (para obras de raiz, manutenção ou melhoramento). O sistema acima descrito é bastante fragmentado, o que dificulta uma visão global. O maior desafio continua a ser o facto de os organismos dependentes do ministério não poderem efetuar qualquer planeamento a médio e longo prazo, porque, independentemente de quaisquer planos existentes, pode acontecer que não recebam qualquer dos montantes orçamentados. Estes desafios parecem ser sistémicos.

A compreensão do lugar da cultura na dotação orçamental pública exige uma avaliação para além do MINCULTUR/MCTA. Órgãos como a Presidência da República e outros ministérios têm destinado um orçamento significativo para a cultura e para as ICC. A Presidência da República tem despesas culturais. Por exemplo, em 2019, o montante gasto foi de 2,5 triliões de kwanzas (ou US\$ 6,8 milhões). Os orçamentos para atividades como a manutenção e conservação do Memorial Agostinho Neto foi de 78,7 milhões de kwanzas, 2019 (ou US\$216 mil) em 2019; e para a construção da Galeria e Biblioteca da Presidência da República foi atribuído 1,6 triliões de kwanzas, 2019 (ou US\$4,5 milhões) no mesmo ano. Os encargos da Comissão Nacional para a Salvaguarda do

Património Cultural Mundial ascenderam a 20,8 milhões de kwanzas, em 2019, (ou US\$57 mil) e estão alocados no orçamento do Gabinete do Vice-Presidente da República.

O Ministério das Relações Exteriores tinha 831,4 milhões de kwanzas (2019) (US\$2,3 milhões) para serviços culturais, serviços de divulgação e publicação; e nas suas despesas de apoio ao funcionamento e desenvolvimento em 2019, tinha um orçamento para Promoção e Fomento de Atividades Artísticas e Culturais de 26,9 milhões de kwanzas (ou US\$74 mil). O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) tem vários programas e projetos com grandes dotações orçamentais que podem ser parcialmente utilizados para beneficiar a diversificação da economia angolana através da cultura e das indústrias culturais e criativas. Estes incluem os seguintes programas: Melhoria da Participação de Angola no Comércio Internacional, Conversão da Economia Informal, o Programa de Projeção de Angola no Exterior, ou a implementação de projetos de clusters turísticos. Os Governos Provinciais também têm as suas próprias dotações para a cultura.

A tabela 8 apresenta uma visão geral das despesas como percentagem do OGE 2021. O sector da Recreação, Cultura e Religião representou 0,3 por cento do total do orçamento público de Angola. Entre 2019 e 2021 não houve alteração na proporção dos recursos dedicados ao sector. A Tabela 9 mostra que a parte do orçamento dedicada à cultura é ainda menor.

Tabela 8. Orçamento público de Angola, 2021

Despesas por função	Valor em triliões de Kz	Valor em triliões de US\$	Percentagem de participação
Serviços públicos gerais	1 769	3,2	12,0
Defesa	627	1,1	4,2
Segurança e ordem pública	709	1,3	4,8
Educação	1 023	1,8	6,9
Saúde	851	1,5	5,8
Proteção social	561	1,0	3,8
Habitação e serviços comunitários	314	0,6	2,1
Lazer, cultura e religião	45	0,08	0,3
Assuntos Económicos	1 079	1,9	7,3
Proteção do ambiente	10	0,02	0,1
Operações da dívida pública	7 796	14,0	52,7
GSB Geral Total	14 785	27	100

Fonte: MINFIN.²⁴

Tabela 9. Dotações orçamentais pormenorizadas para Recreação, Cultura e Religião, 2021

Componentes de lazer, cultura e religião no GSB 2021	Valor em triliões de Kz	Valor em triliões de US\$	Percentagem de participação
Serviços culturais	8 821	15,9	19
Serviços recreativos e desportivos	10 315	18,6	23
Serviços religiosos e outros serviços comunitários	77	0,1	0,17
Serviços de difusão e publicação	26 209	47,2	58
Investigação e desenvolvimento no domínio do lazer, da cultura e da religião	35	0,06	0,08
Total	45 457	81,9	100

Fonte: MINFIN.²⁵

Dada a queda contínua do preço do barril de petróleo, ao qual o OGE de Angola está indexado, e o impacto adicional da COVID-19, é provável que o investimento público na cultura diminua no futuro.

Centrando-nos mais especificamente no orçamento dedicado às ICC, o INICC teve um orçamento relativamente estável afetado à sua administração e gestão. Tal como acontece com o orçamento do MINCULTUR, apesar do crescimento aparente, é necessário ter em conta a desvalorização da moeda em relação ao dólar americano e a inflação, que reduz o valor real do orçamento para as despesas.

C. Políticas, objetivos e estratégias para os sectores cultural e criativo

A identidade nacional de Angola é definida pela cultura das suas comunidades e pela criatividade do seu povo. Esta riqueza de expressões culturais e criativas em Angola tem potencial económico para beneficiar toda a sociedade e precisa de ser encorajada. Daí a importância do desenvolvimento de políticas, infraestruturas, incentivos e investimentos nos sectores das artes, da cultura e do património, e das ICC, para apoiar o desenvolvimento social e cultural. Uma política cultural e criativa implica uma reflexão sobre os seus valores e princípios, e uma tomada de decisão sobre os recursos humanos, técnicos, organizacionais e financeiros a mobilizar, sobretudo no atual contexto de cortes orçamentais e de crise económica no país, mas também a nível mundial.

A Constituição da República de Angola, em vigor desde 2010, estabelece que uma das tarefas fundamentais do Estado é criar progressivamente as condições necessárias à efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos (artigo 21.º, alínea c). A Constituição protege ainda a propriedade intelectual, salvaguardando os direitos dos autores sobre as obras que criam e em que participam (artigo 42.º), bem como a liberdade de criação cultural e científica (artigo 43.º). Mais especificamente no que respeita às diretrizes da política cultural, a Constituição de Angola, no n.º 1 do artigo 79.º, prevê que o Estado promova, para todos, o acesso à cultura, estimulando a participação dos diversos agentes privados na sua realização. A juventude tem uma menção especial nas políticas culturais do país, gozando de proteção especial (artigo 81.º). Este facto é particularmente importante numa nação onde a idade média da população é de apenas 20,6 anos (Censo de 2014).

O património histórico, cultural e artístico também recebe um tratamento especial no artigo 87.º da Constituição, que estabelece que “os cidadãos e as comunidades têm o direito ao respeito e à preservação da sua identidade cultural, linguística e artística” e que o Estado tem o dever de promover e incentivar a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano.²⁶ Estes princípios da democracia cultural estão refletidos na Política Cultural da República de Angola, um documento aprovado em 2011 e que expira em 2021.

Em Janeiro de 2007, foi publicada a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo para Angola (ELP), com o horizonte de 2025 e sob o tema “O Regresso da Palanca Negra”.²⁷ Este objetivo foi alargado até 2050 através do Decreto Presidencial 81/19 de Março de 2020. No documento, o Executivo justifica a decisão dizendo que “considerando que as fases A (2000-2005) e B (2006-2015) não proporcionaram os resultados esperados, devido a fatores de natureza interna e externa, há necessidade de se rever a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo de Angola 2025 e estendê-la até ao ano de 2050”.²⁸ Este decreto avança ainda que as políticas serão revistas, com a coordenação do Ministério da Economia e Planeamento. Esta revisão é ainda mais necessária dadas as significativas mudanças globais e locais resultantes do impacto da COVID-19, e um estado de permacrisis para a economia mundial, especialmente em muitas commodities, incluindo alimentos e combustíveis impulsionados pelo aumento do conflito, da dívida e da inflação. De referir que esta ELP já era um reajustamento da estratégia Angola 2025, que abrangia o período 2000-2025.

A ELP contém uma visão para o desenvolvimento e diversificação de Angola e para o seu papel na cena internacional. O plano de diversificação da economia angolana é delineado em clusters estratégicos, é avançado na ELP, e as ICC são transversais a alguns desses clusters, abrangendo sectores como o Turismo e Lazer e o Têxtil-Calçado. Além disso, várias das políticas estratégicas avançadas na ELP afetam as várias fases do ciclo de criação, produção, distribuição e consumo das ICC, tais como: Educação; Cultura; Turismo (ligado à campanha “Destino Angola” e ao conceito “Made in Angola”); Ciência, Tecnologia e Inovação; Promoção do Investimento; Apoio às Exportações.

O Plano de Ação Europeu apresenta quatro objetivos estratégicos para a política cultural:

1. divulgar a expressão cultural e promover a formação cultural;
2. promover a salvaguarda e a valorização do património cultural;
3. fomentar a produção cultural;
4. promover a cooperação cultural.

O Plano de Ação de Lisboa traça o objetivo de promover a produção cultural e as opções estratégicas para o efeito. Em primeiro lugar, defende o desenvolvimento das ICC “tendo em vista a salvaguarda, a valorização e a difusão dos valores culturais, o desenvolvimento autossustentado e o autofinanciamento do sector” (ELP VIII - 132). Os principais sectores dados como exemplos incluem o cinema, o audiovisual, a edição, o artesanato e a música. Um dos programas de ação para a cultura é específico para as ICC. O programa de desenvolvimento das indústrias culturais tem três componentes:

- Escolas Profissionais de Artes (formação de profissionais em áreas como a Dança, o Teatro, a Música, a Pintura, a Escultura, o Cinema e o Audiovisual);
- Cooperação institucional (entre museus, arquivos, sítios históricos e culturais, comunidades histórico-culturais rurais e urbanas e operadores da indústria cultural; estratégia integrada para o audiovisual e as telecomunicações);
- Financiamento das Atividades Culturais (incentivos a doações ou depósitos de bens culturais, racionalização da lei do mecenato, participação da iniciativa privada, incentivos fiscais para as empresas investirem na cultura, nas artes e no património).

Do mesmo modo, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) de Angola são exercícios de planeamento a médio prazo que apoiam a implementação das estratégias de desenvolvimento a longo prazo do país assumidas na ELP. Já foram realizados dois exercícios, o primeiro PND que abrange o período de 2013 a 2017,²⁹ e o segundo PND, que ainda estava em curso no momento da redação do presente relatório, de 2018 a 2022.³⁰ Não estavam disponíveis dados sobre o acompanhamento da execução dos objetivos destes PND. No caso do PND 2013-2017, uma avaliação intercalar (2018-2019) foi enviada pela MINCULTUR ao MEP, mas ainda não foi tornada pública. Desde 2018, um novo PND foi implementado (2018-2022) e inclui um sistema de monitorização e avaliação, incluindo indicadores, metas e objetivos identificados. O PND 2018-2022 tem a cultura como objetivo e área prioritária de intervenção, sendo o MINCULTUR (MCTA de 2020 a 2022) identificado como a entidade responsável pela condução e implementação da política cultural.

A política cultural do PND 2018-2022 tem quatro objetivos específicos: (1) difundir a expressão cultural e promover a formação cultural; (2) promover a salvaguarda e valorização do património cultural; (3) fomentar a produção cultural; e (4) promover a cooperação cultural. São definidas duas prioridades e respetivos programas de intervenção:

- A. Valorizar e dinamizar o património histórico e cultural nacional, com forte ênfase na recuperação e melhoria da rede de museus, bibliotecas e arquivos e na preservação e tratamento dos seus acervos.
- B. Promover a arte e as indústrias culturais e criativas através da implementação de Centros Culturais e Casas de Cultura, enquanto espaços de criação cultural e artística e de divulgação e promoção das indústrias culturais e criativas, nomeadamente o cinema, o teatro, a música e a dança.

Os objetivos e metas do PND 2018-2022 para o Programa de Fomento da Arte e das Indústrias Culturais e Criativas são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10. Objetivos e metas do Programa de Promoção da Arte e das Indústrias Culturais e Criativas

Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022: Programa de Promoção da Arte e das ICC	
Objetivos	Metas
Objetivo 1: Fomentar a circulação da produção cultural nas áreas da música, das artes performativas, das artes visuais, das artes integradas e da cultura, proporcionando um amplo acesso através das Casas de Cultura e dos Centros Culturais.	Meta 1.1 O número de Casas/Centros Culturais a nível nacional aumentará de 10 em 2017 para 16 em 2022.
Objetivo 2: Fomentar as indústrias culturais e criativas, em especial o cinema, o teatro, a música e a dança, através dos seus próprios mecanismos de financiamento, com vista a aumentar o seu impacto no emprego, no turismo, no desenvolvimento local e na economia nacional.	Meta 2.1 Até 2022, serão produzidos pelo menos 5 documentários de curta duração. Meta 2.2 Até 2022, serão produzidos pelo menos 13 projetos de curtas-metragens.
Objetivo 3: Promover feiras culturais e de artesanato, como fonte de rendimento para as comunidades e divulgação das artes.	Meta 3.1 Até 2022, haverá um aumento anual de 20 por cento no número de Feiras Culturais e de Artesanato realizadas.

Os objetivos e metas avançados no PND 2018-2022 são limitados e pouco ambiciosos. No entanto, como a avaliação anterior não foi disponibilizada, não é possível tecer mais comentários sobre os progressos realizados na implementação do PND e na avaliação dos resultados.

Várias outras políticas do PND 2018-2022 são igualmente relevantes e podem ser adaptadas ou alinhadas para o desenvolvimento das ICC em Angola. A primeira entre elas é a Política da População. Aqui, as ICC oferecem uma oportunidade para o desenvolvimento local e a redução da pobreza e podem contribuir para o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento dos jovens. A Política de Educação do país oferece outra via para o reforço das ICC, com a formação de professores, conferencistas e técnicos que possam formar e educar alunos e cidadãos nas áreas da cultura, das artes e das ICC, em condições adequadas e com acesso às mais recentes tecnologias. A economia cultural e criativa é também importante quando se consideram as Políticas de Fomento da Produção, Substituição de Importações e Diversificação das Exportações de Angola. No entanto, no PND 2018-2022, apenas o sector da hotelaria e turismo é mencionado. As ICC são também fundamentais para as políticas relacionadas com o Reforço do Papel de Angola no Contexto Internacional e Regional, quer em termos da participação de Angola nos fluxos comerciais de produtos culturais internacionais, serviços e investimentos, quer em termos do Reforço da Projeção de Angola no Exterior.

As secções seguintes resumem uma seleção de leis e legislação relevantes para as ICC de Angola.



1. Política cultural

Tabela 11. Análise da política cultural e recomendações

Política cultural

- Aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 15/11, de 11 de Janeiro. A sua vigência termina ao fim de 10 anos, em 2021.
- Apesar de ter sido anunciado que a sua reformulação seria discutida num simpósio durante a terceira edição do Festival Nacional de Cultura (FENACULT), agendado para Novembro de 2020, a situação da fusão dos antigos ministérios no MCTA e o impacto da COVID-19, fez com que, no momento da escrita/análise (Julho de 2020), não houvesse nenhuma equipa ou iniciativa dedicada à preparação desta reformulação, por exemplo, para preparar um documento de base para posterior discussão e consulta. Entretanto, a própria FENACULT tinha sido adiada para 2021.

Informações gerais

- A Política Cultural enfatiza principalmente as tradições culturais angolanas (“Angolanidade” e Nação), incluindo o ensino e o acesso às línguas, a coesão social e o papel da cultura no estabelecimento e manutenção da paz no país.
- A política também procura estimular o turismo cultural e abrange o desenvolvimento e a preservação das infraestruturas culturais.
- A Política é multidisciplinar, enraizada em Angola e nos seus conhecimentos tradicionais, quer através das línguas, saberes, mitos, crenças e medicina tradicional.
- O documento reafirma que a cultura angolana assenta nos valores, tradições e património das diversas etnias e comunidades histórico-culturais do país, que lhe conferem um carácter distintivo do qual deriva a sua identidade nacional.
- A política cultural considera a cultura como um conceito abrangente e transversal para o desenvolvimento do país.
- A Política é definida como Democracia Cultural, enfatizando a importância do acesso sem discriminação e da participação; e a comunicação entre instituições/agentes/profissionais e a população.
- A política cultural baseia-se em quatro princípios estruturantes:
 - o Preservação da diversidade cultural
 - o Igualdade dos elementos da diversidade cultural
 - o O reconhecimento da pertença a uma comunidade e destino comuns: a nação angolana
 - o Unidade nacional
- Os princípios programáticos estabelecem a cultura como um meio de desenvolvimento integral da sociedade, incluindo a economia; como um meio de afirmação e valorização da identidade nacional; estabelecem a igualdade de direitos dos cidadãos à participação e ao acesso à cultura e às artes; e preveem as relações e a cooperação culturais internacionais como contributos para um mundo melhor, podendo simultaneamente incluir objetivos comerciais (exportação).
- Esta Política Cultural é abrangente, incluindo preocupações com: As línguas de Angola, o património material e imaterial, o acervo documental e bibliográfico, a criação e educação literária e artística, as indústrias culturais, o turismo cultural, a cooperação cultural e a divulgação da cultura angolana no exterior.
- O ponto 7 da política cultural estabelece a ligação entre cultura, economia e desenvolvimento. Os sectores mencionados incluem a indústria editorial de livros, a indústria cinematográfica e videofonográfica, a indústria discográfica, o artesanato e as artes visuais, os espetáculos e o turismo cultural. O ponto 8 da Política sobre a Dimensão Cultural do Desenvolvimento assinala a importância dos seguintes sectores em relação à cultura, mas não destaca a sua importância económica: Educação, Comunicação Social, Rádio, Televisão, Jornais e Revistas, Ambiente e Turismo, Agricultura e Tecnologias.
- O Estado é posicionado como tendo um papel decisivo e insubstituível no financiamento da Política Cultural, mas é assinalada a importância do sector empresarial e do resto da sociedade civil. Em termos legislativos, o Mecenato Cultural é apontado como um importante instrumento de financiamento.
- Esta política cultural regista uma preocupação especial com os jovens, no sentido de lhes proporcionar infraestruturas, serviços e educação para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.
- Para a execução e o acompanhamento da política cultural, foi elaborada uma estratégia que não foi aprovada. Esta estratégia inclui programas, projetos, atividades e ações, bem como o orçamento e os instrumentos de acompanhamento. A ausência desta estratégia constituiu um obstáculo à criação de uma base para a avaliação do impacto, o alinhamento das ações e a eficácia na definição das prioridades anuais.

Principais condicionalismos

- Crítica principal: Não estabelecer um montante mínimo de contribuição descrito na Constituição e/ou no orçamento geral do Estado e/ou no plano de desenvolvimento nacional que garanta o financiamento permanente do orçamento geral do Estado para a cultura, através do MCTA e de outras medidas diretas.
 - o Falta de informação sobre como os recursos são distribuídos entre as Direções (Institutos), dentro do Ministério (por exemplo, INICC, Instituto Nacional de Cinema, Instituto Nacional de Museus, etc.) e, consequentemente, para o sector
 - o Falta de informação sobre as oportunidades de financiamento para a cultura
 - o Falta de mecanismos transparentes de controlo e avaliação do investimento público na cultura
 - o Falta de meios de comunicação e de consulta entre os sectores cultural e criativo e a sociedade civil em geral
- Crítica secundária: Necessidade de uma reformulação ampla e participativa da Política através da criação de grupos de trabalho permanentes e da criação de Conselheiros Culturais que possam ser eleitos como representantes sectoriais (ex.: música, teatro, dança, etc.). Deve também ser considerada a representatividade geográfica, etária e de género (e/ou outras características consideradas importantes na sociedade angolana).
- Outras críticas: Negligenciar a Política Cultural durante o seu período de vigência. A necessidade de fazer da política um instrumento vivo, constantemente discutido, melhorado e atualizado.

Recomendações

Adotar um texto que considere a cultura e a criatividade nas suas triplas dimensões, incluindo o valor simbólico, económico e social, e que inclua uma taxonomia das indústrias culturais e criativas. Nesta perspetiva, esta seria uma política cultural com o poder de mobilizar os ministérios de forma transversal. Esta nova política e governação transversal para as ICC pode ser liderada pelo MINCULTUR, envolvendo diretamente os outros ministérios e institutos que tratam de:

- indústria e comércio
- inovação
- relações externas
- ensino superior e investigação científica
- estatísticas
- propriedade intelectual



2. Lei do mecenato

Tabela 12. Análise da lei do mecenato e recomendações

Lei do mecenato

- N.º 8/12, aprovado em 18 de Janeiro de 2012.
- Regulamento da Lei do Mecenato, aprovado pelo Decreto Presidencial nº195/15, de 7 de Outubro de 2015.
- A Lei do Mecenato estabelece o regime jurídico dos incentivos fiscais na promoção do desenvolvimento dos sectores social, cultural, desportivo, educativo, juvenil, tecnológico, bem como da saúde e da sociedade da informação.
- O regulamento estabelece os procedimentos relativos ao regime de incentivos fiscais, bem como os atos relativos ao registo, candidatura, avaliação e acompanhamento dos projetos ao abrigo da Lei do Mecenato.
- Alterações ao Regulamento da Lei do Mecenato pelo Decreto Presidencial n.º 53/19, de 18 de Fevereiro de 2019.

Informações gerais

- A normalização da lei define, por exemplo, os patrocinadores e estabelece os beneficiários.
- Princípio da utilização das prestações, bem como a inscrição dos patrocinadores e dos registos dos beneficiários.
- Outros pontos de normalização estão relacionados com o processo de registo do projeto e com a avaliação do projeto.
- Para efeitos fiscais, o mecenas deve solicitar o registo prévio junto da Direção Nacional de Impostos do Ministério das Finanças. Para efeitos estatísticos, o beneficiário deve solicitar o registo junto do departamento ministerial responsável pelo sector de atividade.
- Os donativos podem assumir as seguintes formas:
 - o prestações pecuniárias
 - o prestações em espécie
 - o prestação de serviços
- Este tipo de donativos deve ser quantificado de acordo com o valor de custo devidamente documentado e comprovado pelo mecenas. No Modelo 1 da declaração de rendimentos, é declarado o volume anual de donativos concedidos.
- Entre as alterações ao regulamento, destacam-se as seguintes:
 - o Obrigação anual de registo dos patrocinadores na Repartição de Finanças da sua área de residência
 - o Envio de informação semestral sobre a execução dos projetos apresentados pelas entidades beneficiárias à Administração Geral Tributária (AGT) de Angola (informação elaborada pela Comissão de Avaliação de Projetos); Obrigatoriedade de entrega da Declaração de Modelo Oficial dos donativos recebidos na Repartição de Finanças da área de residência do beneficiário
 - o A atribuição de benefícios fiscais aos patrocinadores está dependente da entrega à AGT de uma declaração atestando que a doação é irreversível e da sua aprovação pela AGT
 - o A dedução dos donativos ao rendimento coletável terá como limite 40 por cento do total do rendimento coletável do sujeito passivo, ou 30 por cento quando em benefício dos seus trabalhadores e familiares
 - o Os benefícios fiscais atribuídos aos promotores residentes ou sediados no estrangeiro serão objeto de legislação especial.

Principais condicionalismos

- Desde 2015, não se sabe qual o montante de recursos financeiros que a Lei do Mecenato injetou nos sectores culturais e criativos angolanos, a quantidade de projetos apoiados, quais os principais sectores apoiados, quais os principais patrocinadores e quais os principais beneficiários.
- O Mecenato Cultural não estabelece valores ou limites de apoio, nem o volume financeiro que uma mesma pessoa ou empresas podem doar ou beneficiar por ano.
- Para que um projeto seja aprovado, uma proposta deve ser submetida e registada através de uma comissão de avaliação de projetos criada pelos titulares dos departamentos ministeriais responsáveis (MCTA/MINCULTUR). Não é claro para os patrocinadores e beneficiários quem participa nesta comissão.
- A comissão avalia e aprecia o projeto dentro de um prazo não identificado, o que gera incerteza para os candidatos. É sugerido pelo sector que a comissão seja composta por um órgão consultivo composto por representantes dos sectores artístico, cultural, empresarial e da sociedade civil.
- Os principais pontos referem-se à possibilidade de desvio de fundos devido à falta de clareza sobre quem pode entrar nos projetos como patrocinadores e beneficiários e, sobretudo, sobre quem avalia os projetos. Os críticos secundários argumentam que o governo, em vez de investir diretamente na cultura, começou a deixar que fossem as próprias empresas a decidir quais os valores, sectores e atividades que merecem ser patrocinados. Outra crítica no sector diz respeito à falta de clareza sobre os tipos de benefícios que os mecenas podem receber e os tipos de benefícios que os beneficiários podem receber quando registam os seus projetos, devido às dúvidas e margens deixadas no artigo 35. A inexistência de uma "câmara de compensação" formada por técnicos do Ministério e/ou participantes da comissão de avaliação que pudesse eventualmente esclarecer dúvidas é também citada como uma crítica pelos representantes do sector.

Recomendações

- Reduzir a burocracia para o patrocínio das ICC.
- Rever a lei, juntamente com o Ministério das Finanças e da Economia e Planeamento e o MINCULTUR, no que diz respeito à cultura, a fim de estabelecer regras mais claras e mais benéficas para promover o sector, atraindo o investimento de particulares e do sector privado.
- As campanhas de comunicação com os potenciais patrocinadores e beneficiários são importantes para uma melhor compreensão da lei e das regras.
- É importante considerar a implementação de (i) mecanismos de transparência para informar o público sobre os projetos apoiados e (ii) mecanismos de acompanhamento e avaliação para saber se os recursos estão a ser utilizados para os fins referidos nos projetos aprovados.

3. Direito de autor e direitos conexos

Tabela 13. Análise da legislação sobre direitos de autor e direitos conexos e recomendações

Direito de autor e direitos conexos

- N.º 15/14, publicado em 31 de Julho de 2014.³¹
- Estabelece o regime jurídico de proteção dos direitos de autor e dos direitos conexos nos domínios das artes, da literatura, das ciências e de outras formas de conhecimento e de criação.
- Nos últimos anos foi aprovado um conjunto de diplomas que desenvolvem o regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 15/14, estabelecendo regras de atuação e de relacionamento entre os agentes públicos dos organismos competentes e os demais agentes do Sistema Nacional de Direitos de Autor e Direitos Conexos (SNDC), com a criação do Serviço Nacional de Direitos de Autor e Direitos Conexos (SENADIA), no âmbito do MCTA/MINCULTUR.

Informações gerais

- A propriedade intelectual consiste num conjunto de direitos que garantem a exclusividade resultante da atividade intelectual industrial, científica, literária e artística, traduzindo-se num importante instrumento de estímulo às atividades de inovação, como fatores essenciais de desenvolvimento social, cultural e económico. A propriedade intelectual é decisiva para o desenvolvimento das indústrias criativas em Angola, no seu processo de diversificação da atividade económica, estando dependente dos direitos de autor para a criação de valor económico no sector.
- Em Angola, a proteção da propriedade intelectual e, portanto, dos direitos de autor, está contemplada na Constituição da República, que estabelece o direito exclusivo dos autores de utilizar, publicar ou reproduzir as suas obras, e é concretizada na Lei n.º 15/14, de 31 de Julho, e nos regulamentos que a contemplam.
- Esta Lei visa proteger os direitos inerentes à propriedade intelectual dos autores, artistas, intérpretes, produtores, meios de difusão e demais organismos de radiodifusão, bem como das entidades de gestão coletiva de obras intelectuais de carácter literário, artístico e científico, durante a sua vida e 70 anos após a sua morte (art.72.º).
- Este instrumento regula os direitos e os mecanismos de proteção, prevendo um conjunto de proibições ou restrições à utilização de obras que alargam o âmbito dos direitos.
- A Lei dos Direitos de Autor e Direitos Conexos foi seguida de regulamentos sobre o registo de atos e taxas inerentes à prestação de serviços, gestão coletiva e regulamento de supervisão.

Principais condicionalismos

- A nível internacional, Angola é membro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), agência das Nações Unidas que tem como missão liderar o desenvolvimento de um sistema internacional de Propriedade Intelectual equilibrado e eficaz que estimule a inovação e a criatividade, além de seguir as classificações internacionais de patentes, produtos e serviços nos pedidos de patentes e registo de marcas. Estão também em processo de ratificação as convenções de Berna, Roma e Marraquexe.
- Integrado na administração indireta do Estado, foi criado (pelo Decreto Presidencial n.º 184/2019) o Serviço Nacional dos Direitos de Autor e Conexos (SENADIA) com o objetivo de melhorar e intensificar a proteção da propriedade intelectual, com a qualidade e celeridade exigidas. No entanto, o conhecimento e a aplicação dos direitos de propriedade intelectual em Angola são escassos, seja por falta de estratégias empresariais, seja por desconhecimento da sua utilidade e relevância, seja pela reduzida iniciativa pública em termos de ações de sensibilização e incentivo à salvaguarda dos direitos de autor e conexos.

Recomendações

- Incrementar a divulgação dos direitos de propriedade intelectual, bem como a sua importância para o enriquecimento da cultura nacional e para o desenvolvimento tecnológico e científico de Angola.
- Implementar políticas públicas para promover a criatividade e o reconhecimento/valorização económica dos processos criativos.
- Melhorar a capacidade de resposta técnica dos serviços públicos no tratamento dos processos de salvaguarda da proteção e valorização da propriedade intelectual.
- Sensibilizar os criadores para os seus direitos, mas também para a necessidade de encontrar estruturas que representem o sistema cultural, bem como os diferentes subsectores que o compõem.
- Desburocratizar os processos através da criação de sistemas digitais de apresentação e tratamento de pedidos.
- Tornar a lei mais flexível, adaptando-a às características do sector cultural e criativo.
- Recrutar técnicos especializados e organizar formações especializadas para os técnicos do sector público.
- Atribuir o financiamento necessário e proporcionar autonomia administrativa e financeira às autoridades competentes.
- Adaptar a legislação para ter em conta a transformação digital, os direitos digitais e os direitos de autor no contexto da evolução da tecnologia.

4. Direito da Propriedade Industrial

Tabela 14. Análise do direito de propriedade industrial e recomendações

Direito da Propriedade Industrial

- Lei 3/92, de 28 de Fevereiro.
- Visa a proteção da propriedade industrial que abrange não só a indústria e o comércio, mas também as indústrias agrícolas e extrativas, como todos os produtos naturais ou manufaturados.
- A proteção da propriedade industrial visa as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os modelos e desenhos industriais, as marcas de fabrico, de comércio e de serviços, as recompensas, o nome e as insígnias de estabelecimentos e as indicações de proveniência, bem como a repressão da concorrência desleal.
- Decreto-Lei n.º 20/97, de 9 de Maio, tabela de taxas relativas à Propriedade Industrial.
- Tratados internacionais:
 - o Angola é um Estado Membro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, aprovada pela Resolução n.º 9/84, de 20 de Julho
 - o Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, aprovada pela Resolução n.º 22/05, de 19 de Agosto
 - o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), aprovado pela Resolução n.º 22/05, de 19 de Agosto
 - o Membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), consequentemente do Acordo TRIPS, por adesão em 23 de Novembro de 1996.

Informações gerais

- Patente é o título jurídico concedido para proteger uma invenção e que confere ao seu titular o direito exclusivo de a explorar.
- A invenção é a ideia de um inventor que permite, na prática, a solução de um problema específico no domínio da tecnologia, quer se trate de um produto ou de um processo.
- O Instituto Angolano da Propriedade Industrial (IAPI) é o órgão da administração indireta do Estado responsável pela execução da política pública de promoção, proteção, estudo e desenvolvimento da Propriedade Industrial, ou seja, dos direitos que conferem aos seus titulares o uso exclusivo das criações, dos desenhos e dos sinais distintivos do comércio.
- Desde a sua fundação, a atividade de proteção dos direitos de propriedade industrial em Angola traduziu-se no seguinte quadro de processos, de acordo com as modalidades de registo:
 - o Marcas: 64 861
 - o Nomes de estabelecimentos: 1 599
 - o Insígnias do estabelecimento: 1 471
 - o Patentes: 3 908
 - o Modelos de utilidade: 61
 - o Modelos industriais: 396
 - o Desenhos industriais: 231

Principais condicionalismos

- A análise do Boletim da Propriedade Industrial de 24 de Abril de 2020 mostra um aumento significativo na procura de proteção de direitos em 2019 nos vários tipos de propriedade industrial, com as marcas a destacarem-se no pedido de proteção face às restantes.
- É importante notar que as patentes registadas em Angola são originalmente registadas noutros países, como os Estados Unidos da América, a Alemanha, a França e a União Europeia, sendo depois validadas em Angola.
- Neste processo de facilitação de registo, um braço da empresa privada Inventa que opera em Angola faz o processo de facilitação perante o IAPI. De acordo com a Inventa Angola, em 2019 foram registadas em Angola cerca de 100 patentes de desenho industrial e invenções internacionais, a maior parte delas associadas à indústria mecânica e petrolífera. De acordo com o IAPI, não há registo de patentes exclusivamente angolanas pelo menos nos últimos três anos. O IAPI também nunca registou qualquer patente relacionada com as práticas, tecnologias e inovação da ICC.

Recomendações

- Informatização de processos que ainda são realizados manualmente e/ou em papel, o que dificulta a organização e agilização dos processos.
- Aumentar a formação das pessoas afetas à atividade, permitindo uma maior eficiência na gestão dos processos e capacidade para lidar com a sua complexidade.
- Reforçar as campanhas de divulgação da importância e da possibilidade de registo com profissionais da cultura e da criação. No entanto, o aumento da procura será inconsequente se o instituto não conseguir dar resposta a essa procura.
- Valorizar e dar atenção às atividades relacionadas com os direitos de propriedade industrial, criando as condições para que o Instituto funcione com a máxima eficiência.
- Para além da legislação acima referida, é importante referir a importância de o governo angolano efetuar uma análise sumária do Código Tributário e da Pauta Aduaneira, uma vez que estes têm uma influência essencial na eficácia das políticas em matéria de ICC. Devido à complexidade destas legislações e à falta de clareza sobre as mesmas, não foi possível efetuar uma análise mais aprofundada.

D. Infraestruturas físicas e digitais

1. Infraestruturas físicas

Em comparação com os seus vizinhos, Angola possui uma infraestrutura física sólida para apoiar os sectores culturais e criativos. Angola possui um forte património material e infraestruturas como teatros, museus, cinemas, galerias, centros de formação e também outros tipos de infraestruturas, como a Marginal (um passeio pedonal) e a Avenida 4 de Fevereiro, que se estende ao longo da margem sul da Baía de Luanda em Luanda, que tem sido utilizada para eventos culturais. Embora estas infraestruturas estejam relativamente bem distribuídas a nível provincial, o principal problema reside na sua adequação, preservação e manutenção. Independentemente de a infraestrutura ser pública ou privada, grande parte da rede estrutural angolana está degradada e, em alguns casos, inutilizável. Para além disso, muitas destas infraestruturas físicas não foram construídas de acordo com as melhores práticas e com os requisitos técnicos normalizados, por exemplo, as medições das fases, os materiais utilizados. Além disso, grande parte das infraestruturas não está totalmente operacional, nem está equipada com o equipamento técnico necessário, nem existem os recursos humanos adequados a nível de gestão, programação e técnico.

No que respeita à oferta cultural, existe uma diversidade de espaços, especialmente espaços dedicados ao teatro e ao cinema, distribuídos pelo país. No entanto, muitos destes espaços encontram-se num estado decadente e necessitam de renovação e atualização, bem como de manutenção e salvaguarda a longo prazo. Há necessidade de colaboração - muito provavelmente através de parcerias internacionais, patrocínios e investimento privado nacional - especialmente para a reforma e utilização destes espaços, como no caso do projeto “Queremos os nossos teatros de volta” do Instituto Goethe.³² Um exemplo de parceria que pode ser alavancada e ampliada é o processo de revitalização do Palácio de Ferro³³ que, como resultado de um financiamento assegurado através da empresa estatal angolana (SOE) Endiama, foi reaberto em 2016. O espaço faz parte do património arquitetónico de Luanda e alberga três salas de exposições. Uma vez que o espaço tem um valor histórico e patrimonial significativo, e pode ser utilizado também como espaço físico, há espaço para ser assegurado através de parcerias com instituições internacionais. Um exemplo deste tipo de acordo é o assinado entre a MINCULTUR³⁴ e a Embaixada de França em Angola, em parceria com a TOTAL E&P.

Em termos de infraestruturas culturais espalhadas pelo país, existem vários equipamentos culturais (centros culturais, casas da juventude, casas de cultura, mediatecas). São pelo menos um por província. No entanto, um dos maiores problemas é que não há coerência na gestão dos diferentes espaços, sendo cada um deles supervisionado por diferentes instituições governamentais, a nível central e local. Isto torna impossível colaborar, coordenar e unir esforços para uma abordagem coesa da manutenção, promoção, proteção e utilização das infraestruturas. O resultado é que os recursos e as lições não são reunidos ou partilhados e as redes são limitadas, o que constitui um desafio significativo num contexto de escassez. Para além de repensar a cultura das organizações e as suas formas de trabalhar, é necessário considerar outras soluções mais práticas e eficientes para ultrapassar as dificuldades em termos de infraestruturas e, a um nível mais elevado, a aceitação cultural e a produção.

Em Angola, os centros culturais e as embaixadas estrangeiras são muito importantes no que diz respeito ao espaço de atividades, ao acesso à informação, à formação e até ao financiamento. O Centro Cultural Português é o mais antigo e desenvolve muitas atividades intramuros nas áreas das artes plásticas, literatura e teatro. No entanto, só tem capacidade para espetáculos de pequena dimensão. A Alliance Française (AF) é o centro mais antigo depois do Camões e chegou a gerir um dos teatros nacionais. Para além de Luanda, a AF tem centros em Cabinda e no Lubango, ambos com pequenos teatros. A AF desenvolve grande parte do seu trabalho no estrangeiro, dedicando-se à world music, com destaque para a África francófona e a programação angolana; ao teatro, dança e circo; ao cinema e à gastronomia.

A um nível mais elevado de infraestruturas, o acesso à eletricidade constitui um grande desafio em Angola. Em 2021, menos de 50 por cento da população total tinha acesso à eletricidade. Por conseguinte, é necessário aumentar o investimento público neste sector, garantindo que as infraestruturas básicas sejam o catalisador de outro crescimento económico. A tabela 15 apresenta o acesso da população angolana à eletricidade em diferentes províncias.

Tabela 15. População com acesso à eletricidade por província, 2021

Províncias	Acesso (percentagem)
Bengo	50
Benguela	37
Bié	22
Cabinda	53
Cunene	20
Huambo	33
Huíla	29
Kuando Kubango	32
Kwanza Norte	57
Kwanza Sul	24
Luanda (Capital)	100
Lunda Norte	64
Lunda Sul	28
Malange	25
Moxico	23
Namibe	60
Uíge	23
Záire	28

Fonte: Cálculos do autor com base no Plano Nacional de Ação para a Energia e a Água: 2018-2022.

Com pouco ou nenhum acesso à eletricidade, as pessoas em todo o país não podem beneficiar plenamente das políticas do governo para melhorar as ICC. Neste contexto, o plano de investimento público em infraestruturas é essencial para o sector e teria um efeito transversal em todos os esforços de diversificação económica. Além disso, não há forma de aceder ao mercado internacional e à informação se a eletricidade não estiver disponível para as pessoas das províncias menos desenvolvidas. Luanda continua a ser um caso isolado (com 100 por cento dos agregados familiares com acesso à eletricidade), dado o nível de investimentos que esta província recebe normalmente do plano nacional de investimento. Para além disso, o acesso aos mercados interno e externo é limitado pela falta de conectividade à Internet, devido ao desafio energético associado. Este facto tem impacto na forma como os bens e serviços digitais das ICC são comercializados e consumidos.

2. Infraestruturas digitais

Angola conta com a Angola Cables, um operador multinacional de telecomunicações de fibra ótica que oferece serviços de tráfego IP, circuitos de cabo, troca de tráfego Internet/peering, cloud/storage e centros de dados. Através do Sistema de Cabos do Atlântico Sul (SACS), a Angola Cables liga Angola ao Brasil e aos Estados Unidos da América, facilitando a comunicação entre as três nações e permitindo que esta deixe de passar pela Europa. Este avanço reduziu a latência (tempo entre o clique do computador e a informação no ecrã) e aumentou a capacidade de armazenamento nos centros de dados locais da Angola Cables, proporcionando uma ligação “menos perjeta” para os utilizadores.

A Angola Cables fornece vários distribuidores que, por sua vez, fornecem a última milha de ligação ao consumidor final. Em Angola existem cerca de 41 fornecedores e operadores de serviços de Internet. Os dois principais fornecedores de serviços móveis são a UNITEL (pertencente à Portugal Telecom; Sonangol; Grupo Oi) e a Movicel. De acordo com os dados mais recentes da União Internacional das Telecomunicações (UIT)³⁵ 90 por cento da população vivia em áreas cobertas por redes móveis em 2021. Em 2020, 87 por cento da população total dispunha de, pelo menos, uma rede móvel 3G. Em 2018, apenas 7 por cento da população

tinha acesso à Internet em casa. Em 2020, 36 por cento da população estava a utilizar a Internet. Os últimos dados desagregados por género são de 2014, ano em que apenas 20 por cento das mulheres e 22 por cento da população masculina utilizavam a Internet. É provável que estejam desatualizados, mas são os únicos dados disponíveis atualmente sobre a utilização em função do género.

Uma vez que os problemas de infraestruturas digitais tornam o acesso à Internet dispendioso em Angola, a Internet continua a ser considerada um luxo e não um bem de consumo. A maioria da população, especialmente a população jovem, não pode pagar um plano básico de acesso à Internet que custa cerca de 1 800-2 000 kwanzas (US\$3,6). Em comparação, em Fevereiro de 2022, o salário mínimo básico na agricultura era de 32 181 kwanzas (US\$ 63,9), nos transportes, serviços e indústria transformadora 40 226 kwanzas (US\$ 79,9) e no comércio e minas 48 272 kwanzas (US\$ 95,9).³⁶ Além disso, o desemprego entre os jovens é de cerca de 46 por cento, impedindo-os de poderem aceder à Internet. O Governo tem tentado resolver o problema da fraca conectividade através dos pontos de acesso gratuito.³⁷

O acesso à Internet é um dos principais motores das ICC, sobretudo como fonte de interconectividade entre a população jovem, o país e o mundo. A produção, distribuição e monetização direta e indireta através da internet são imensuráveis para toda a cadeia produtiva das ICC. Atualmente, plataformas globais como o YouTube, Facebook e Instagram que poderiam apoiar os criadores e produtores de conteúdos em Angola a rentabilizar, não o conseguem fazer devido ao baixo acesso e à falta de tecnologias de pagamento que convertam os pagamentos em dólares americanos para a moeda nacional. Os produtores de conteúdos têm de ter contas internacionais para aceder aos pagamentos. A situação tornou-se mais premente desde a pandemia da COVID-19, em que o acesso à Internet se tornou uma ferramenta essencial para todas as áreas da vida.

Os elevados custos da Internet em Angola têm vários impactos negativos na economia e na sociedade, nomeadamente:

- Redução da capacidade de Angola para desenvolver e apresentar internacionalmente uma marca nacional através dos seus artistas, criativos e criações;
- Graves bloqueios ao avanço do sistema de pagamentos em linha/digital, dos serviços financeiros e bancários e ao lançamento de empresas em fase de arranque que trabalhem com e no sector Fintech;
- Restrições na criação, distribuição e consumo de jogos, plataformas digitais, inovações de processos, inovações em serviços e produtos digitais;
- A incapacidade de muitos artistas, criativos, produtores e distribuidores de conteúdos para rentabilizarem as plataformas digitais centradas na criação de conteúdos;
- Colaboração insuficiente entre artistas e criadores em Angola e de Angola para o mundo exterior;
- Dificuldade em ministrar formação técnica e pedagógica através da aprendizagem eletrónica.

Um novo satélite angolano, denominado Angosat-2, lançado em Outubro de 2022, é um investimento adicional essencial que contribuirá para melhorar as comunicações internas, a digitalização e ampliar o acesso público à Internet a um preço mais acessível num futuro próximo, mas, em geral, tal como o desafio da eletricidade, é necessário um plano de infraestruturas mais abrangente para ligar os angolanos entre si e ao mundo.

E. Educação e formação profissional

A educação e a formação dos recursos humanos nos sectores cultural e criativo são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia cultural e criativa em Angola. Esta necessidade é bem notada, tanto a nível estratégico como operacional. O país carece de recursos humanos que compreendam a importância das ICC e



©Iona Virgin/Unsplash

que possam orientar o processo de desenvolvimento das mesmas no país, ao mesmo tempo que são capazes de demonstrar e comunicar os seus benefícios económicos, políticos e culturais aos decisores políticos, aos investidores e à população. Em termos mais operacionais, os agentes culturais e criativos carecem atualmente de acesso a formação e educação que desenvolvam a sua capacidade criativa e inovadora e que assegurem a sua tradução em benefícios económicos. De um modo geral, há também uma falta de consciencialização global da importância da cultura e dos seus benefícios. Esta situação poderia ser remediada através de um forte investimento na educação cultural, artística e criativa e de uma maior projecção das ICC enquanto indústria e não apenas como prática cultural.

O investimento no ensino da cultura, das artes e das ICC é favorecido ao nível do discurso político e há procura para a sua realização, mas, na prática, os recursos são mínimos e, por isso, os objetivos não podem ser alcançados. Isto é visível nas dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas que educam e formam os angolanos nos sectores das artes, da cultura e do património, e nas práticas das ICC.

As instituições públicas mais importantes para o ensino e formação no domínio das artes a nível médio e superior em Angola são, respetivamente, o Complexo das Escolas de Arte (CEARTE) e o Instituto Superior de Artes (ISART). O CEARTE debate-se com um número reduzido de professores e de materiais didáticos especializados, e o ISART também sofre de falta de pessoal docente com o nível de estudos exigido. Estas questões de recursos humanos estão associadas a questões estruturais adicionais de espaços de ensino provisórios e inadequados. O Anexo C contém mais informações sobre o CEARTE e o ISART.

É importante notar que, embora existam estes desafios, existem outras instituições de formação oficiais e privadas. O seu papel na educação e formação de recursos humanos não pode ser subestimado e, de facto, pode ser alavancado para reforçar a economia cultural e criativa. A nível oficial, o Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP), parte do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), oferece formação profissional através das Escolas Profissionais de Artes e Ofícios em várias províncias e municípios, com ênfase no empreendedorismo. O MINCULTUR/MCTA também colaborou ocasionalmente com o MAPTSS. Alguns dos cursos certificados nos centros profissionais relevantes para as ICC são, por exemplo, corte e costura, cozinha e decoração, estudos da língua inglesa, informática, trabalho administrativo, contabilidade e serralharia.

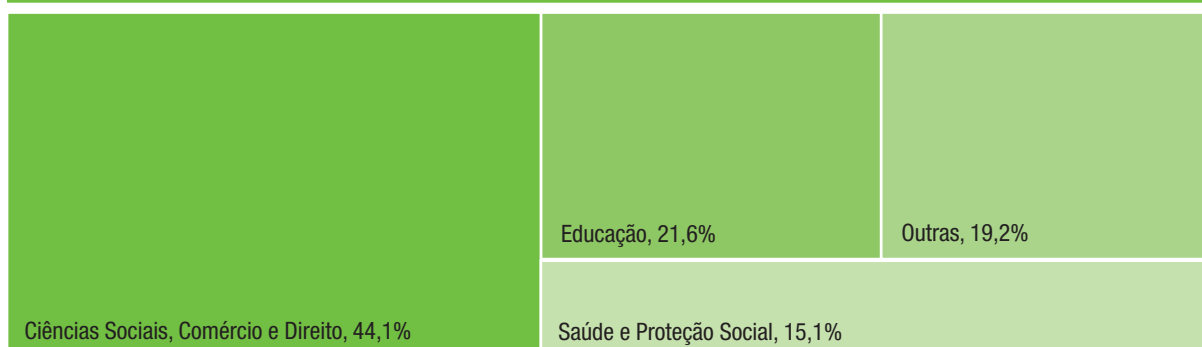
Fora do sistema de ensino oficial, os centros culturais e as embaixadas estrangeiras também oferecem cursos ad hoc e de curta duração que apoiam a formação de recursos humanos nas áreas das ICC. O projeto PROCULTURA, financiado pela União Europeia, criou o chamado Fundo para a Diversidade, que contribui

para a criação de emprego adicional e duradouro nos sectores culturais e reforça a diversidade cultural e a cidadania.³⁸ A Alliance Française ministrou cursos de produção cultural e de técnicos de luz e som. O Instituto Goethe desenvolveu uma importante ação com ênfase no design, na museologia e no teatro. Apesar de ser um centro pequeno, produz trabalhos de grande qualidade e incentiva as coproduções. A Embaixada dos Estados Unidos da América patrocina o programa “Who Wants to be an Entrepreneur” (Quem quer ser empresário) e o “Entrepreneur’s Club” (Clube dos empresários).³⁹ A Embaixada dos Países Baixos disponibiliza a plataforma Orange Corners Angola⁴⁰ para os empresários aprenderem, estimularem a sua criatividade, expandirem os seus negócios e a sua rede profissional.

Há também uma proliferação de escolas privadas e de professores que dão formação em várias áreas artístico-culturais e disciplinas relevantes para as ICC. No entanto, esta iniciativa privada não está regulamentada nem certificada. O Governo de Angola deveria considerar a possibilidade de regulamentar o ensino artístico e outras categorias profissionais relevantes, criando assim uma base sólida para a profissionalização das ICC.

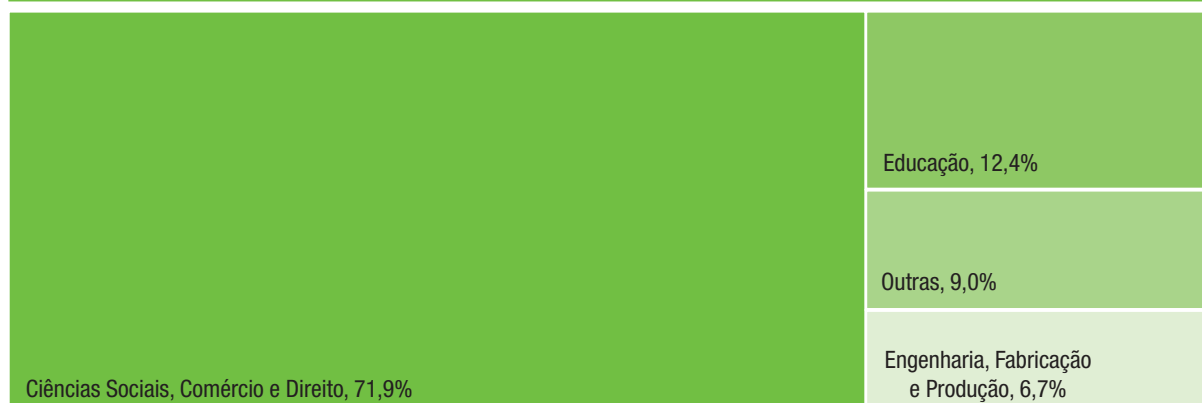
A inovação necessita de um verdadeiro investimento no ensino superior. O sistema nacional incluía um total de 85 instituições de ensino superior em 2019, das quais 27 eram públicas e 58 privadas.⁴¹ Em 2018, 21.661 estudantes concluíram o seu bacharelato, principalmente nas áreas social e jurídica. De acordo com o último relatório anual “Anuário 2019”, a maioria dos licenciados, 43,2 por cento, estava matriculada nas áreas das Ciências Sociais, Comércio e Direito (ver Figura 11). 21,6 por cento dos estudantes estavam inscritos no domínio da Educação. A saúde e a proteção social representavam 15,1 por cento do total. No primeiro grau, a maioria dos estudantes, 59,5 por cento do total, estava inscrita em instituições privadas.

Figura 11. Estudantes envolvidos em estudos de bacharelato por área de estudo, 2019



Fonte: Cálculo do autor com base nos dados do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Figura 12. Estudantes envolvidos em educação pós-graduada por área de estudo, 2019



Fonte: Cálculo do autor com base em dados do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

No ensino pós-graduado, 71,2 por cento dos estudantes estão inscritos em instituições públicas. A figura 12 apresenta as áreas de estudo mais procuradas. A maioria dos estudantes de pós-graduação está matriculada em Ciências Sociais, Comércio e Direito (71,9 por cento), seguida de Educação (12,4 por cento) e Engenharia, Manufatura e Produção (6,7 por cento). Angola precisa de atrair mais jovens para as áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Neste contexto, as universidades e outras instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental no apoio à inovação e às ICC. Poderia também ser considerada a possibilidade de uma mudança de política para incluir as artes nas atividades STEM (as STEM tornar-se-iam STEAM).⁴²

De acordo com o Índice Global de Inovação (GII) da OMPI, Angola ocupa o 127º lugar entre as 132 economias avaliadas.⁴³ A figura seguinte apresenta alguns indicadores apresentados no relatório GII 2022. O desempenho de Angola é relativamente fraco em comparação com outros países, onde existem dados disponíveis, pelo que as políticas nacionais devem ser reforçadas para melhorar a inovação, que é um motor das ICC e contribui para os sistemas de inovação.

Tabela 16. SIndicadores de inovação selecionados em Angola, 2022

Indicador	Classificação (de 132 países)
Criação de conhecimento	132
Patentes por origem/em mil milhões de PPP\$ PIB	129
Patentes PCT por origem/em milhões de PPP\$ PIB	97
Modelos de utilidade pública por origem/em mil milhões de PPP\$ PIB	67
Artigos científicos e técnicos/empresa PPP\$ PIB	131
Documentos citáveis H-index	130
Impacto no conhecimento	127
Crescimento da produtividade do trabalho, percentagem	117
Certificados de qualidade ISO 9001/bn PPP\$ PIB	120
Indústria transformadora de alta tecnologia, percentagem	107
Difusão de conhecimentos	125
Receitas de propriedade intelectual, percentagem do comércio total	95
Complexidade da produção e da exportação	117
Exportações de alta tecnologia, percentagem do comércio total	100
Exportações de serviços TIC, percentagem comércio total	131
Resultados criativos	92
Exportações de bens criativos, percentagem comércio total	127

Fonte: Cálculo do autor com base em dados do Índice Global de Inovação 2022 da OMPI.⁴⁴



Recomendações

- Desenvolver um sistema de finanças públicas e de apoio burocrático que permita a continuidade do desenvolvimento e da aplicação de estratégias a médio e/ou longo prazo relacionadas com a educação, mesmo quando há uma mudança de orientação a nível ministerial.
- Concluir o estudo sobre o estado físico das instalações do CEARTE e do ISART e resolver os desafios logísticos e de infraestruturas mais prementes (por exemplo, acessibilidade e segurança das instalações, disponibilidade de materiais e bibliografia).
- Dotar o CEARTE e o ISART de mais recursos e mais professores; continuar os protocolos com universidades estrangeiras e atrair individualmente professores estrangeiros para períodos curtos de investigação e ensino; e apoiar a formação de quadros e de cidadãos angolanos que possam, a longo prazo, constituir uma base sólida para o crescimento das ICC.
- Alargar as áreas de formação nos sectores culturais e criativos, assegurando a continuidade entre níveis de formação, mas não descurando uma educação artística geral (do ensino básico ao universitário), e incentivar a requalificação profissional e a formação profissional contínua.
- Implementar legislação para regulamentar o ensino artístico e criar perfis profissionais nas ICC (a legislação relevante está a aguardar aprovação, incluindo alterações e a publicação da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino).
- Integrar disciplinas de gestão e de empreendedorismo criativo no currículo das disciplinas técnicas e académicas do sector e formar os agentes das ICC nos quadros económicos, jurídicos e fiscais inerentes à sua atividade profissional e ao desenvolvimento empresarial.
- Identificar e desenvolver currículos e abordagens estratégicos de formação, por exemplo: cursos para produtores culturais, incluindo conhecimentos sobre acordos contratuais; e formação em: turismo cultural e criativo; utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) para empresas culturais e criativas; e angariação de fundos e patrocínios.
- Identificar e avaliar pequenos projetos-piloto (como o projeto ISART no Moxico ou a colaboração com a Textang) que possam orientar futuras decisões.
- Promover um ecossistema regional de inovação e empreendedorismo de base tecnológica baseado no conhecimento e nas parcerias entre as universidades e o sector privado.
- Incentivar a inscrição dos jovens no ensino relacionado com as TIC, criando programas nacionais de bolsas de estudo específicas para estudantes nestas áreas científicas.
- Promover um ecossistema jurídico para incentivar a criação e o desenvolvimento de novas empresas nos sectores das TIC.

F. Impacto da pandemia de COVID-19 nas indústrias culturais e criativas

Embora a pandemia de COVID-19 tenha tido um impacto significativo na economia mundial, as ICC foram das mais afetadas pela pandemia, com graves consequências para a sustentabilidade das empresas, do emprego e dos meios de subsistência. Em Angola, as atividades nas ICC foram suspensas em Março de 2020, tendo sido instaurado o estado de emergência entre 27 de Março e 25 de Maio de 2020 para conter a propagação da COVID-19. Além disso, a situação económica de Angola foi agravada pela forte redução dos preços do petróleo, tendo o preço do crude caído para o seu nível mais baixo em 18 anos.

Em resposta aos riscos de saúde pública, o Estado angolano adotou uma série de medidas para limitar os riscos de contágio nas atividades comerciais. Para atenuar os efeitos da pandemia na economia, adotou também iniciativas destinadas a apoiar as empresas e as famílias através da proteção de todos os tipos de emprego, incluindo os empregos decorrentes da atividade das pequenas e médias empresas e dos trabalhadores do sector informal.

Não há dados específicos sobre os impactos da COVID-19 nas ICC em Angola, mas houve relatos públicos de uma crise sem precedentes, com graves consequências para a atividade dos profissionais da cultura, muitos dos quais já se encontravam no limiar da sobrevivência. O sector cultural e criativo foi ligeiramente enquadrado no Decreto Presidencial n.º. 98/20, que aprovou medidas imediatas para minorar os efeitos económicos e financeiros negativos da pandemia. O Decreto abriu uma linha de apoio ao microcrédito, no valor de 4 biliões de kwanzas (cerca de US\$7 milhões), dirigida a mulheres e jovens empreendedores.

O Decreto-Lei n.º 219/20, de 21 de Julho, permitiu a reabertura dos estabelecimentos de diversão, atividades culturais, artísticas e turísticas, bem como o funcionamento de agências de viagens e turismo, de acordo com medidas concretas de segurança, prevenção e controlo da propagação da COVID-19, com aplicação a todo o território, com exceção das localidades com cerca sanitária definida, nomeadamente a Província de Luanda e o Município do Cazendo (Kwanza-Norte).

Dadas as características deste sector - constituído maioritariamente por estruturas empresariais de micro e pequena escala e caracterizado pela sua grande flexibilidade, inovação e resiliência - espera-se que as classes criativas angolanas ultrapassem o desafio da COVID-19, ao longo do tempo, e continuem a contribuir para a manutenção do emprego e para a diversificação da economia angolana.⁴⁵ No entanto, os agentes públicos precisam de ser proactivos para garantir a recuperação do sector.

Seguem-se exemplos de iniciativas tomadas por outros países do continente africano para atenuar as graves consequências económicas e sociais sofridas pelos agentes das ICC devido à paralisação da sua atividade:

- Em Marrocos, o Ministério da Cultura anunciou a pré-distribuição da totalidade da remuneração dos direitos de autor prevista para o ano de 2020, bem como a aquisição de obras de arte e o lançamento de um concurso para projetos artísticos (4,02 milhões de dólares) nas áreas do teatro, digressões nacionais, música, canto, artes performativas, artes coreográficas e exposições de artes plásticas e visuais realizadas por galerias.
- O Governo da Namíbia financiou o sector cultural e criativo para atenuar a crise económica induzida pela atual situação de pandemia.
- Na África do Sul, o governo, reconhecendo a situação desesperada do sector cultural, comprometeu-se a disponibilizar recursos digitais e a envolver o sector privado, para além de um apoio financeiro de mais de 150 milhões de rands diretamente atribuído a artistas e criadores.
- O Zimbabué está empenhado em novas formas de conceber, criar e difundir a cultura, reforçando o papel das expressões culturais tradicionais de uma forma que complementa as ofertas artísticas mais comuns.

Além disso, a UNESCO tem vindo a incentivar a preservação e a promoção da diversidade cultural nos países mais afetados pela pandemia; e a encorajar uma reflexão profunda sobre a oportunidade que a crise representa para repensar as práticas e os processos de trabalho do sector cultural e criativo, no contexto da sua iniciativa “RESILIART”. Por último, as medidas implementadas pelos governos para conter a propagação do vírus também incentivaram a proliferação de plataformas digitais, o que, por sua vez, apoia a transmissão de conteúdos artísticos e culturais em todo o mundo.



VI

Análise do sector



© DEden Constantino/Unsplash

Não existe uma taxonomia e classificação do que o governo angolano considera fazer parte das ICC, ou que indústrias constituem uma prioridade estratégica para o desenvolvimento e investimento através de políticas e recursos públicos. No entanto, o atual PND refere-se as ICC específicas como o cinema, o teatro, a música, a dança e o artesanato.

Para fornecer uma análise do sector, o relatório de levantamento tomou como base as classificações propostas pela CNUCED e pela UNESCO.

As secções seguintes apresentam as indústrias culturais e criativas de Angola em nove áreas principais:

1. música
2. cinema, audiovisual e meios digitais
3. jogos de vídeo, empresas em fase de arranque, tecnologia e inovação
4. artes do espetáculo (teatro e dança)
5. arquitetura, design, artesanato e moda
6. artes visuais (fotografia, pintura e instalação, escultura)
7. literatura e edição
8. museus
9. festas (incluindo carnavais), gastronomia e turismo cultural e criativo.

A. Indústria musical

Contexto

A música é um dos elementos centrais da identidade angolana, afirmando-se como a manifestação cultural de maior alcance e importância para o país. Na segunda metade do século XX, os fluxos migratórios das zonas rurais para as grandes cidades colocam os angolanos em contacto com as suas raízes, sob a forma de tradições, línguas, histórias, ritmos e danças. Deste contacto, nasceram as bases do Semba, um estilo de música reconhecido como a bandeira da Música Popular Angolana. Na década de 1960, os festivais de música viram as suas primeiras edições acontecerem em várias cidades do país e a música assumiu um papel de representação cultural de todo o território. Com a democratização da rádio, o acesso à música angolana generalizou-se e popularizou-se. O governo apoiou grande parte deste crescimento através da criação de uma empresa oficial de radiodifusão em Angola e do apoio à atividade de clubes e artistas, promovendo também festivais de rua.

No início da década de 1970 surgiu a produção e distribuição de discos de música produzidos em Angola por empresas como a Rádio Reparadora do Bié, Estúdios Norte, Companhia de Discos de Angola e Valentim de Carvalho. Estas atividades contribuíram para a sustentabilidade do negócio da música e permitiram aos músicos verem o seu trabalho reconhecido e divulgado. É neste período que se tornam populares nomes como Os Kiezos, Teta Lando, Rui Mingas, Filipe Mukenga, Irmãos Kafala, Zé Van Duem, Filipe Zau, Elias Diakimuezo (apelidado de “Rei da Música Angolana”), entre muitos outros.

Nos anos que se seguiram à independência de Angola, nasceram a Rádio Nacional de Angola e a Empresa Nacional de Discos e Publicações (ENDIPU), e a indústria musical continuou a desenvolver-se, com um aumento do financiamento público.

Nas décadas de 1980 e 1990, as discotecas e os disco-jóqueis ganharam espaço no panorama musical. O semba não perdeu o seu lugar central na oferta musical do país (com destaque para nomes como Paulo Flores e Bonga), mas partilhou a sua popularidade com outros géneros. Também na década de 1990 surgiu uma nova geração de músicos influenciados pelas tendências internacionais do hip-hop, do rap e da música eletrónica. A fusão de ritmos angolanos, como o Semba e a Kizomba, com as influências do hip-hop e das novas tecnologias de produção musical, viu nascer um novo estilo musical: o Kuduro.

Atribuindo as suas origens ao músico Tony Amado, o Kuduro conheceu uma rápida expansão internacional, tornando-se numa das grandes “marcas” angolanas reconhecidas mundialmente. Desde então, muitos outros kuduristas se têm destacado, nomeadamente Sebem, Dog Murras, DJ Djeff e Kalaf. Atualmente, há uma nova vaga de artistas que têm vindo a trabalhar outros estilos e outras vertentes de reafirmação da música angolana, através de um regresso às raízes pré-independência e da combinação de outros estilos musicais internacionais. É o caso de Aline Frazão, Anabela Aya, Irina Vasconcelos e Jack Nkanga. Anselmo Ralph, músico de Kizomba, tem ganho visibilidade internacional. É também de referir a crescente divulgação da música jazz.

Educação, formação e investigação

Em Angola, a música é ensinada mais informalmente do que formalmente. A prática formativa está intimamente relacionada com a aprendizagem através da observação e imitação em ambientes informais e familiares. A formação especializada é limitada, resultando em baixos níveis de profissionalização no sector. Destaca-se também a ausência de formação de nível secundário, bem como de formação técnica (produção, som, iluminação e gestão). No entanto, é de realçar o trabalho da Escola Nacional de Música (criada em 1976) com formação de nível elementar.

No que respeita ao ensino institucionalizado, está a surgir uma crescente oferta de formação técnica e profissional, nomeadamente através da oferta formativa do CEARTE nas áreas da “Criação e Interpretação”. O ensino e formação musical é ainda pouco difundido nas universidades e instituições de ensino superior, públicas e privadas, com exceção do curso de licenciatura em Canto do ISART.

Um trabalho fundamental de preservação e estudo das expressões etno-musicais angolanas tem sido desenvolvido por alguns investigadores e artistas, destacando-se o projeto Tsikaya do artista Vitor Gama, bem como o estudo dos arquivos fonográficos de conteúdos radiofónicos e televisivos, processo que merece ser aprofundado e desenvolvido.

Criação e produção

A indústria musical angolana é extremamente dinâmica, com constante renovação e entrada de novos artistas criando novas obras musicais. No entanto, vale a pena mencionar que a indústria também tem um baixo nível de sustentabilidade profissional e económica, em parte devido à dificuldade que os músicos têm em garantir uma remuneração adequada pelo trabalho criativo. Embora os níveis de criação sejam elevados, os próprios criativos e músicos referem que uma das maiores barreiras que enfrentam são as dificuldades na aplicação da legislação sobre direitos de autor e direitos conexos (Lei n.º 15/14, de 31 de Julho). O Sistema Nacional de Direitos de Autor está a ser implementado com a intervenção de diferentes agentes, incluindo a União Nacional de Artistas e Compositores (UNAC) e a Sociedade Angolana de Direitos de Autor (SADIA), enquanto entidades de apoio aos artistas. A efetiva regulamentação e aplicação desta lei é crucial para a sustentabilidade económica do sector e dos artistas angolanos.

A explosão de ferramentas digitais ao dispor da indústria de produção musical está a democratizar o acesso à produção e à edição, abrindo também novas oportunidades para a emancipação dos criadores face à dependência de editores e produtores. A digitalização também permite a distribuição global de conteúdos através de serviços de streaming, tornando obsoletos os discos compactos (CDs).

Os atores da cadeia de valor da música - como editoras, produtores e estúdios - têm seguido as tendências internacionais, fundindo competências e integrando marcas e processos de trabalho. A globalização do sector significa que o público e os artistas angolanos são cada vez mais influenciados por géneros e estilos musicais de outras geografias e culturas, com destaque para o hip-hop dos Estados Unidos da América e os ritmos de dança sul-americanos. Para além disso, a música angolana está mais disponível no mercado internacional, especialmente nos mercados português e brasileiro.

No que respeita à música popular e tradicional, embora se destaque a existência de muitos grupos, reconhece-se que há ainda muito a fazer para preservar e valorizar as raízes musicais de Angola. Estes grupos mantêm diversas tradições ao nível das expressões musicais, da dança e dos instrumentos tradicionais, como o hongo, o dikanza, a puita, o mukindu e o batuque. Os grupos são também responsáveis pelo trabalho de pesquisa do folclore nas regiões de Luanda, Bengo, Huambo, Bié e Malanje, e procuram valorizar ritmos como o semba, kilapanga, massemba, rebite, kangoia, njimba, mundango, varina, xinguilamento e kazukuta.

Na sequência da pandemia de COVID-19, a indústria musical angolana registou uma queda nos lucros entre 80-90 por cento, o que sugere a necessidade de uma intervenção de emergência no sector.

Distribuição, apresentação e consumo

A música desempenha um papel importante na sociedade angolana e a sua presença é grande, quer como forma de expressão artística, quer como fenómeno social, o que faz dela um dos sectores artísticos mais ativos do país. A indústria da música e a programação, tanto em teatros como em locais informais, é bem apoiada pelo público, especialmente pelos jovens. Luanda tem a maior densidade de salas de espetáculos e de programação, com uma oferta mais reduzida nas outras províncias, resultado dos elevados custos de digressão e de logística, e da falta de serviços técnicos de som profissionais nestas regiões. A presença da música angolana nas plataformas de distribuição digital de música é reduzida.

Para além dos espaços regulares de programação, destaca-se a contratação de artistas para eventos privados, uma das principais fontes de receita do sector musical do país. No entanto, a COVID-19 estreitou substancialmente este mercado, com impacto nas oportunidades de negócio para músicos e produtoras, fazendo com que uma

parte substancial da atividade fosse abandonada ou reduzida em termos de escala.

O dólar forte também aumentou os custos de produção, uma vez que a maior parte do equipamento técnico do sector musical angolano é importado. Esta situação, associada à perda de poder de compra da maioria da população, tornou ainda mais difícil a realização de espetáculos e digressões por parte dos músicos angolanos.

A oportunidade de o fazer ainda existe no circuito dos festivais e os principais festivais de música são os:

Os principais festivais de música:

- Festival Internacional de Música do Sumbe (FestiSumbe)
- Festival de Música de Kizomba
- Festival Internacional de Hip Hop
- Festival do Kuduro
- Festival Nacional da Cultura (FENACULT)
- Fim-de-semana de Surf Social (Festival o SSW)
- Festival da Canção de Luanda
- Feira Internacional de Música e Literatura
- Concerto de música instrumental popular angolana urbana
- Gala do Dia do Herói Nacional
- TOP Concurso Musical dos Mais Queridos
- Festival de música e dança tradicional
- Festival Zouk Angola
- Festival de Música Popular Variante

Este conjunto de festivais tem uma grande expressão económica e social, embora também tenham visto recentemente os seus orçamentos diminuídos pela crise económica. O reputado Festival Internacional de Jazz de Luanda, que teve início em 2009, foi, entretanto, descontinuado.

Ao nível dos promotores, destacam-se a L&S Republicano, Bié, Nova Energia, Guelvamos, AF Entretenimentos, Karga Eventos, Clé Entretenimentos e Organização África Cultura.

Devido à falta de capacidade de impressão de discos em Angola, os estúdios de música são obrigados a enviar as gravações para outros países para serem impressas, criando uma lacuna na cadeia de abastecimento e de valor. Quando os discos são enviados de volta para distribuição em Angola, os direitos aduaneiros cobrados dificultam a sua aquisição pela população em geral.

Ainda assim, o consumo e a distribuição da criação musical têm vindo a sofrer uma alteração, assistindo-se a uma crescente substituição da compra de discos pelo consumo de música em plataformas digitais, com destaque para a ZAP (Kisom), a principal operadora móvel angolana. Ao contrário da maioria dos mercados, as principais plataformas internacionais (Spotify e iTunes) não têm grande peso económico no mercado digital angolano, uma vez que a juventude tem dificuldade em processar pagamentos em dólares através da Internet. No entanto, a música angolana tem uma presença crescente nessas plataformas, reforçando a sua visibilidade internacional. O vídeo assume um papel muito importante na distribuição e consumo de música na internet (como o YouTube) e também na televisão. Embora o acesso à Internet ainda não seja generalizado, a rádio e a televisão públicas desempenham um forte papel na divulgação da música angolana.

Embora exista uma comunidade expressiva de músicos e compositores, as dinâmicas de agenciamento e promoção não estão suficientemente desenvolvidas, devido à reduzida quota de profissionalização e sustentabilidade económica dos artistas. Os estúdios profissionais concentram-se sobretudo nas zonas urbanas (Luanda e Benguela), onde nos últimos anos têm surgido vários estúdios caseiros, a maioria dos quais não está oficialmente registada. A música angolana é ainda bastante desconhecida no estrangeiro, embora alguns artistas importantes tenham um papel internacional e façam digressões por todo o mundo, especialmente nos países

européus. As ligações com os mercados internacionais são fracas por várias razões, incluindo a qualidade insuficiente da produção, os custos elevados das viagens e a falta de conhecimento dos próprios músicos sobre as estratégias de internacionalização.

De referir ainda a fraca penetração da Lei do Mecenato (Lei n.º 8/12, de 18 de Janeiro), que se pretendia que contribuísse para a valorização dos produtos culturais angolanos no exterior. Não conseguiu atrair investimento privado e o seu impacto é ainda bastante limitado.

Recomendações

Transversal

- Capacitar os diferentes agentes (públicos e privados) para a estruturação e organização do sector nas diferentes fases da cadeia de valor (criação, produção, edição, distribuição e regulação) para gerar um maior contributo para a economia criativa.
- Desenvolver um modelo de apoio à criação e produção musical baseado numa parceria público-privada entre o governo e os agentes do sector. Um exemplo notável é o caso da cidade de Berlim.⁴⁶
- Promover o acesso generalizado dos criadores à Internet e às plataformas tecnológicas para a produção, distribuição e acesso a conteúdos digitais.
- Criar uma estrutura público-privada especializada na promoção e distribuição da música angolana no estrangeiro (i.e., um Angola Music Office), semelhante ao Bureau Export da França.⁴⁷

Sector público

- Reforçar a oferta formativa nas áreas técnicas e académicas da música, destacando o estímulo à formação profissional dos diferentes agentes ligados ao sector da música, nomeadamente na dimensão económica da atividade: gestão de empresas, empreendedorismo, aspetos fiscais, enquadramento legal, etc.
- Desenvolver um sistema eficaz de proteção dos direitos de autor, num modelo que envolva a participação ativa dos artistas, em conjunto com as entidades responsáveis.
- Apoiar a formalização do estatuto de artista profissional, através da estruturação de ações relacionadas com as carteiras profissionais e o acesso à segurança social.
- Simplificar os procedimentos administrativos, reduzindo a burocracia que onera o sector e diminuindo o peso da fiscalidade e dos direitos aduaneiros no custo total dos discos produzidos pelos artistas angolanos.
- Valorizar as condições de trabalho dos músicos, nomeadamente nos domínios do folclore e da música tradicional.
- Mapear as salas de espetáculos e casas de cultura em todo o território angolano.
- Promover a produção e transmissão de conhecimento sobre a história da música angolana, em particular do Semba, e o seu papel relevante na construção da consciência cultural do país, de modo que esse conhecimento possa ser transmitido às gerações mais novas.
- Promover a eficácia da Lei do Mecenato, que não foi capaz de gerar um reforço do investimento privado no sector.
- Considerar a adoção de quotas de conteúdo local e apoiar a profusão de serviços de radiodifusão.

Sector privado

- Organizar a representação sectorial para criar uma agência independente que contribua para a profissionalização e internacionalização do sector, bem como para estimular a edição e a distribuição.
- Desenvolver um modelo sectorial baseado na cooperação entre os agentes do sector, com uma base de apoio que ofereça formação, cursos e informação, em colaboração com entidades que desenvolvam investigação.⁴⁸
- Fomentar dinâmicas de cooperação e articulação entre os agentes da indústria musical e os operadores turísticos.
- Promover uma maior sensibilização do sector privado para a exploração eficaz da Lei do Mecenato.
- Promover a realização de uma Feira Internacional de Música em Angola e apoiar a participação de artistas angolanos em eventos internacionais similares.⁴⁹
- Facilitar a informação e a organização do sector em colaboração com as agências de reserva na Europa.
- Possibilitar o mapeamento e cadastro dos profissionais envolvidos na cadeia produtiva da música, incluindo a produção de eventos, festas, feiras, festivais e exposições nacionais e internacionais.





©Jakob Owens/Unsplash

B. Cinema, audiovisual e meios digitais

Contexto

Angola tem uma ligação cultural e histórica com as artes cinematográficas, sustentada por uma tradição prestigiada e uma comunidade criativa com reconhecimento internacional. O cinema angolano tem uma identidade própria, moldada pela história do país, e destaca-se como uma das ICC com maior potencial de internacionalização.

O primeiro filme rodado em Angola, quando era colónia portuguesa, foi “O Caminho de Ferro de Benguela”, produzido em 1913 e realizado por Artur Pereira. Até ao final da década de 1940, a Agência Geral das Colónias e as “missões cinematográficas a Angola”, produziram uma série de documentários e o primeiro longa-metragem de ficção do país, “O Feitiço do Império” (1940), de António Lopes Ribeiro. Durante as décadas de 1950 e 1960, foram produzidos documentários sobre os recursos naturais e culturais do território angolano, entre outras entidades, pelo Serviço Cartográfico do Exército, pelo Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), pela Telecine-Moro e pela Cinangola Filmes. O documentário Angola, na Guerra e no Progresso (1971), do Tenente Quirino Simões, foi o primeiro filme português em formato 70mm. Foi durante a guerra colonial que se registou o maior número de produções de ficção. Paralelamente, desde finais dos anos 60, as gravações da guerrilha anticolonial pelo Departamento de Informação e Propaganda do MPLA e os filmes Monangambê (1971) e Sambizanga (1972), de Sarah Maldoror, inspirados na obra de Luandino Vieira, representaram um cinema de intervenção que coincidiu com a independência do país. Após a proclamação da independência, em 1975, houve uma aposta na formação intensiva de quadros na cooperativa cinematográfica Promocine e na Televisão Popular de Angola (TPA). Nesse período, o sector cinematográfico passou a documentar um novo país, acompanhando a mobilização popular, as condições dos trabalhadores e as atividades político-militares. Foram filmes de grande importância para o surgimento de uma cinematografia angolana mais sofisticada. O marco das coproduções internacionais com Portugal foi o filme Miradouro da Lua (1992), que serviu de base para a posterior criação do Fundo de Apoio ao Cinema dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (onde são apoiadas as produções angolanas).

Vários momentos institucionais marcaram a produção cinematográfica e audiovisual em Angola. O Instituto do Cinema Angolano (IAC) e o Laboratório Nacional de Cinema (LNC) foram criados, juntamente com a TPA, como os organismos responsáveis pela produção cinematográfica no país. Mais tarde, numa remodelação do aparelho de Estado angolano, em 1999, o LNC e o IAC foram extintos, tendo as suas funções sido integradas no Instituto Nacional das Indústrias Culturais. Em 2003, foi criado o Instituto Angolano do Cinema, Audiovisual e Multimédia (IACAM). A Cinemateca Nacional de Angola foi fundada em 1980 com a missão de conservar e difundir obras cinematográficas e audiovisuais. Em 2012, foi aprovada a Lei do Cinema e do Audiovisual com a missão de contribuir para a promoção, desenvolvimento e proteção da atividade cinematográfica e audiovisual, assumindo três princípios: propriedade intelectual, liberdade artística e respeito pelo património histórico e cultural angolano.

Atualmente, o Fundo de Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual e a Lei de Apoio ao Cinema são praticamente inexistentes, uma vez que não existe uma estratégia e um esforço governamental para o sector da produção, distribuição e exibição, apesar do elevado interesse. Há dificuldades na materialização das ambições, falta de estabilidade e de uma estratégia clara. A Lei de Apoio ao Cinema foi redigida de acordo com a Lei do Cinema Portuguesa e depois modificada de acordo com a Lei de Apoio ao Cinema Brasileiro. Embora a lei estabeleça um fundo de apoio financeiro para a realização de vários curtas e longas-metragens, estes objetivos ainda não foram atingidos.

Educação, formação e investigação

Ao nível do ensino secundário, o CEARTE é a única entidade que oferece formação em produção cinematográfica. O CEARTE oferece dois cursos - técnico de animação e multimédia; e técnico de produção - dos sete previstos para o sector cinematográfico. No entanto, estes cursos também carecem de materiais didáticos adequados. Ao nível do ensino superior, tanto público como privado, existe uma oferta formativa de licenciaturas em cinematografia e audiovisual, com diferentes designações. Estes cursos estão ainda em fase de desenvolvimento e continuam a ser muito mais teóricos do que práticos.

Tal como noutros sectores, o Instituto Superior das Artes assume um papel importante como escola de referência no cinema, a par de outras instituições como o Politécnico Metropolitano de Angola e a Universidade Independente de Angola. A formação oferecida é técnica; e é realizada praticamente em estações de televisão. Por exemplo, câmaras, editores, figurinistas e outros trabalhadores da cadeia de produção cinematográfica acabam por ganhar experiência de trabalho através do envolvimento direto em canais de televisão.

Um grande projeto está a documentar o cinema no continente e, consequentemente, em Angola. O projeto Arquivo dos Cinemas Históricos de África é uma parceria entre o Goethe-Institut e o realizador/Actor Miguel Hurst. Investiga e divulga informação sobre o património edificado do continente, particularmente em Angola, e chama a atenção para a recuperação de alguns dos cinemas mais emblemáticos de África. Como resultado deste trabalho, foi publicado o livro “Angola Cinemas”, que inclui um registo fotográfico de Walter Fernandes de várias salas de cinema abandonadas no país. Destaca-se ainda o estudo “Angola, o nascimento de uma Nação”, de Maria do Carmo Piçarra e Jorge António, que constitui um levantamento sobre a produção cinematográfica em Angola, analisando o contributo desta arte para a génese da nação angolana.

Criação e produção

O cinema angolano tem nomes marcantes que continuam a ser referências para as novas gerações, como o artista António Ole, Tuy Duarte de Carvalho, irmãos Henriques, Asdrubal Rebelo, Orlando Fortunato, Zezé Gamboa e M^a João Ganga. Da nova geração de realizadores, destacam-se Hojy Fu, Carlos Araújo, Mawete Paciência, Henrique Narciso “Dito”, Biju Garizim, Manuel Narciso, Fradique (Mário Bastos) e Jorge Cohen. Esta nova geração tem vindo a reposicionar a identidade cinematográfica de Angola.

A Geração 80 é uma produtora que, desde a sua criação há 10 anos, tem desenvolvido um papel importante na criação e promoção do cinema angolano independente e de autor, dedicando-se à produção de curtas e longas-metragens e documentários. O seu trabalho tem sido reconhecido em vários festivais internacionais



de cinema, como Málaga, Roterdão, Friburgo, Rio de Janeiro, entre outros. Para a Geração 80, a produção de filmes é de baixo custo devido aos equipamentos existentes e aos fundos internacionais. No entanto, o cinema ainda não é um negócio consolidado. Apesar disso, as produções da Geração 80 são extremamente promissoras. Um exemplo disso foi o filme “Air Conditioner”, exibido em Roterdão, Arábia Saudita, Suíça e Áustria. A Obelisco Comunicação Visual, a Giant Sables Media Entertainment e a Clé Entertainment também se destacam no panorama da produção.

Entre a nova vaga de realizadores, Nuno Barreto, realizador de “O Mambo”, que foi produzido com um orçamento de apenas 20 mil kwanzas (20 dólares), ganhou o prémio de Melhor Curta-Metragem no festival itinerante de cinema de língua portuguesa em 2019. Embora seja digno de nota que uma produção premiada possa ser feita com um orçamento reduzido, isso não significa que o sector não necessite de maiores apoios/orçamentos.

Em Angola, são produzidos, em média, uma longa-metragem e dois documentários por ano. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, foi estabelecido o objetivo de apoiar a produção de cinco curtas-metragens documentais até 2022. Os canais de televisão locais não dispõem de recursos suficientes para produzir filmes, mas as curtas-metragens e os documentários são principalmente criados pela ZAP, TPA 1 e 2. Angola produziu anteriormente duas telenovelas de grande sucesso, Jikulumessu: Abre o Olho produzidas pela Semba Comunicação e Windeck, tendo sido exibidas na televisão brasileira, através de uma parceria com a TV Brasil, e na RTP1 de Portugal. No entanto, esta capacidade de produção parece ter-se perdido.

Alguns profissionais são da opinião de que o Governo deveria investir na produção de conteúdos nacionais de qualidade e recorrer a produtores executivos com uma mentalidade mais comercial (que possam angariar fundos e encontrar patrocínios), bem como a bons argumentistas que produzam conteúdos e enredos apelativos. A produção televisiva comunitária é uma área que poderia ser explorada através de financiamento privado e onde se poderia inovar. É de salientar a intenção de criar um sindicato que regule e organize o sector, integrando-o ativamente na dinâmica artística, social e económica do país.

Distribuição, apresentação e consumo

Angola independente herdou um total de 24 salas de cinema. Estas salas encontram-se em estado de degradação e com infraestruturas comprometidas; e o Estado angolano não dispõe de recursos para manter ou renovar estes espaços. No entanto, a maior parte destes espaços são património cultural edificado do país e o seu potencial de renovação é grande. A infraestrutura de salas de cinema em Angola foi maioritariamente nacionalizada nos anos 80 e a gestão destes espaços está sob a proteção da EDECINE (a empresa pública situada no âmbito do MCTA). A EDECINE está a passar por um processo de privatização (para transferir parte das salas para gestão e utilização privadas), mas nenhuma destas salas está em funcionamento desde 1992, aproximadamente, e recentemente não houve salas renovadas.



Os locais de consumo de cinema, tanto as salas como os cinemas ao ar livre, desempenham um papel importante na história do cinema angolano, com destaque para alguns espaços icónicos de Luanda: Cinemas Miramar, Avis (atual Karl Marx), Restauração (onde hoje funciona a Assembleia Nacional), Império (atual Atlântico), São Paulo, Nacional, Tivoli (Corimba), Tropical, Kipaka, Ngola Cine. Uma parte substancial destas salas está agora descativada ou funciona com atividade reduzida.

Existem atualmente 44 salas de cinema comerciais ativas, divididas entre as empresas ZAP e Cinemax. A ZAP, o maior operador angolano de televisão por satélite, foi responsável por 70 por cento da quota de entretenimento na televisão em 2016 e possui sete salas de cinema. Até ao final de 2020, prevê-se a entrega de duas novas salas de cinema, elevando para dez o número de salas distribuídas pelos centros comerciais de Luanda. O Cinemax é uma empresa gerida pelo grupo Zahara e possui 37 salas de cinema em todo o país. Atualmente, são vendidos cerca de 380 mil bilhetes por ano nos Cinemas ZAP e cerca de 600 mil pelo Cinemax. Em 2016, a ZAP inaugurou o seu primeiro complexo de cinema em Luanda, com sete salas e 1 600 lugares. A ZAP tem um acordo com as distribuidoras Lusomundo, Pris e Big Picture, tendo assim acesso às produções de todos os grandes estúdios internacionais para exibição em Angola.

O Festival Internacional de Cinema de Luanda (FIC Luanda), criado em 2008, teve seis edições e só foi descontinuado por falta de apoios e estratégias governamentais; e restam apenas alguns outros. O Instituto Camões - Centro Cultural Português e a Fábrica de Sabão do Cazenga acolheram recentemente festivais de cinema.

Foi anunciado no início de 2020 que durante o ano, o primeiro filme angolano vai estreiar na plataforma de streaming Netflix. O filme Dias Santana, já estreado no Festival de Cannes, é uma coprodução angolana e sul-africana da Giant Sables Media Entertainment.

Sobretudo nos subúrbios da capital, o gosto pelo cinema permanece vivo entre os jovens, destacando-se o interesse pelo cinema realizado por produtores amadores, tendo como pano de fundo o estilo musical Kuduro. Embora artística e tecnicamente fraco, este movimento teve o mérito de reativar alguns circuitos de cinema, aproveitando infraestruturas subutilizadas.

Há espaço para a difusão de filmes, séries e vídeos educativos que podem ser vendidos ao sistema de ensino público e privado. Há também a possibilidade de chegar a um nicho de consumidores mais jovens que já estão a procurar filmes mais alternativos e locais. A TV Zimbo utiliza o NOSSO Cinema como plataforma de projeção de cinema alternativo, local ou de arte. Existem também salas no ZAP e no Cinemax dedicadas à exibição de produções alternativas, apesar da pouca procura.

Recomendações

Transversal

- Aumentar a produção cinematográfica angolana, que é atualmente muito reduzida (menos de três filmes por ano) devido ao baixo nível de investimento público e privado.
- Reformular o papel das entidades públicas, tanto na dimensão de apoio à atividade como na elaboração de legislação adequada, com a participação ativa do sector.
- Criar fóruns permanentes de debate e discussão entre agentes públicos e privados, reforçando a confiança entre produtores e investidores, nacionais e internacionais.
- Melhorar as relações laborais no sector, estabelecendo mecanismos de referência no processo de produção (por exemplo, definindo o que faz um operador de câmara ou um editor e os custos diários e horários).
- Apoiar a formação profissional através de organizações públicas e privadas.

Sector público

- Reavaliar o processo de privatização da EDECINE e/ou verificar a possibilidade de um decreto que evite a demolição de salas de cinema ou a sua utilização para outros fins.
- Promover o conhecimento e a distribuição do cinema angolano, por exemplo, através da criação de um espaço para o cinema nacional na televisão pública.
- Promover estudos para quantificar a contribuição do sector para a economia e a criação de emprego no país.
- Aumentar o nível de financiamento público da produção cinematográfica, quer através do reforço dos atuais convites à apresentação de propostas, quer através do reforço das coproduções internacionais.
- Garantir o dinamismo na aplicação da Lei do Cinema, que é insuficientemente aplicada e não reforça o capital criativo do país.
- Criar mecanismos para facilitar a produção pelos poderes públicos: licenças de produção, logística, etc.
- Promover a eficácia da lei do mecenato, que não conseguiu reforçar o investimento privado no sector.
- Considerar a possibilidade de retomar a atividade da Cinemateca Nacional como entidade de referência na programação, arquivo, investigação e literacia cinematográfica.

Sector privado

- Impulsionar a produção nacional através de colaborações e coproduções internacionais.
- Reforçar a representação institucional dos agentes e profissionais do sector.
- Examinar outros meios de financiamento internacional para coproduções, como a vertente MEDIA da Europa Criativa⁵⁰ e iniciativas na indústria cinematográfica pan-africana.⁵¹
- Reforçar o desenvolvimento de capacidades em matéria de distribuição internacional e, especificamente, nos meios digitais. Isto poderia incluir a criação de uma entidade representativa privada que possa organizar a correspondência e a participação em feiras e mercados internacionais, especialmente na Europa, como o Berlinale Africa Hub.



© Joshua Oluvagbemiga/Unsplash

C. Empresas em fase de arranque e jogos de vídeo

Contexto: empresas em fase de arranque

Existem, em média, formalmente 3 a 3,5 mil pessoas a trabalhar no sector das start-ups e inovação em Angola, de acordo com a pesquisa realizada pela BriterBridges, cuja série de mapas da indústria ou #EcosystemMaps⁵² são construídos em estreita parceria com os principais intervenientes na indústria tecnológica. Os mapas fornecem uma visão abrangente das principais partes interessadas envolvidas no ecossistema, desde empreendedores a patrocinadores e eventos.

Não existe legislação regulamentar nem apoio governamental específico para o sector, quer sob a forma de linha de crédito quer de isenção fiscal, e o cenário é muito fragmentado. A Incubadora da Universidade Católica de Angola-UCAN, por exemplo, lançada em 2016, tem um espaço de co-working e uma sala individual para start-ups. Em 2018, a Incubadora, que recebeu uma contribuição de 12 milhões de dólares do Banco de Desenvolvimento de Angola, serviu de acelerador para oito projetos, dos quais quatro se tornaram empresas, incluindo soluções para o sector farmacêutico. Também recebeu apoio da Orange Corners (Embaixada dos Países Baixos em Angola) no mesmo ano. Orange Corners Angola⁵³ é um espaço onde jovens universitários e empreendedores recebem todas as ferramentas necessárias para concretizar as suas ideias. Têm acesso aos conhecimentos, ferramentas e recursos necessários para potenciar as suas ideias de negócio e estão ligados a uma rede de empreendedores, ao mercado e a novas oportunidades.

Por outro lado, outra incubadora, a Acelera Angola, que tem quatro sócios fundadores e começou a funcionar em 2018, não recebeu qualquer apoio financeiro do governo angolano.

Contexto: jogos

A indústria dos videojogos é uma das indústrias em mais rápido crescimento a nível mundial, gozando de uma procura crescente e beneficiando de um processo de globalização no acesso às tecnologias e à ligação à Internet. De acordo com a Newzoo, a agência holandesa que fornece os dados económicos sobre o setor a nível mundial, o mercado da indústria de jogos era uma indústria de 152,1 biliões de dólares em 2019. Espera-se que, até 2023, o crescimento do sector seja de 10 por cento ao ano. A maioria dos jogadores africanos joga em servidores baseados na Europa.

No caso específico de Angola, verifica-se um elevado consumo de serviços de gaming, com uma procura crescente por parte da juventude de experiências de jogo premium e ligação a outras redes de utilizadores. Segundo pesquisa da Angola Cables havia uma média de 50 mil gamers a jogar no país, em Março de 2020.

A procura, aliada à crescente oferta produtiva a nível nacional, demonstra o potencial de desenvolvimento e exploração económica do jogo. Entretanto, o jogo foi reconhecido como modalidade desportiva oficial, o que só vem impulsionar ainda mais o crescimento do sector.

Em Angola, o gaming ainda luta para ser aceite como desporto oficial, no meio da ideia preconcebida de que o jogo é viciante. No entanto, em 2019 realizou-se um evento oficial de gaming em Luanda, que atraiu 200 jogadores.

O jogo é um desporto caro do ponto de vista dos dados, e Angola tem um desafio significativo nos seus elevados custos de Internet. Se resolvida ou minimizada, esta barreira à entrada no mercado poderia reduzir o desemprego entre os jovens. Apesar dos esforços da Angola Cables para fornecer ao país uma Internet mais fluida, rápida e ininterrupta, o preço da redistribuição do valor da Internet é extremamente elevado e inacessível aos jovens que estão maioritariamente desempregados.

É difícil medir o sucesso dos jogos e o número real de utilizadores em Angola. Por exemplo, no caso do Zungueira Run, houve 50 mil downloads desde que o jogo foi disponibilizado. Mas este número não é representativo do número real de utilizadores, uma vez que mais do que um jogador pode usar o mesmo download.

A Angola Cables apresentou recentemente o projeto ACGAMING ao Ministério da Juventude e Desportos. O projeto é construído em torno de três pilares:

1. Infraestruturas de jogo em termos de disponibilidade de jogos para jogar e de dispositivos (custo da Internet, custo do computador, dispositivos e pagamentos internacionais) para garantir a jogabilidade.
2. Espaço que a comunidade poderia utilizar para jogos.
3. Desmistificação da ideia de que os jogos são viciantes, demonstrando que o sector dos jogos gera emprego para mudar a percepção das pessoas.

O primeiro campeonato angolano de jogos, realizado em Dezembro de 2019 no Belas Shopping, reuniu entre 300 e 400 pessoas.

Educação, formação e investigação

A formação necessária para a conceção, criação e programação de jogos em linha é uma área de ensino inovadora e engloba dimensões multidisciplinares que incluem a informática, a programação, o design e as tecnologias de telecomunicações, entre outras. No ensino superior, ainda não existe uma oferta direccionada para este sector específico. As instituições de ensino superior públicas e privadas incluem cursos de engenharia informática, engenharia de telecomunicações e engenharia eletrónica. Para colmatar a lacuna de formação no sector, a Bantu Games associou-se à Bukka para ministrar um curso gratuito no Instituto Superior de

Telecomunicações destinado a jovens interessados em ingressar no sector. Atualmente, a Bukka está a trabalhar no desenvolvimento específico de jogos e na formação em 3D na sua plataforma online. Existem formações de empreendedorismo para start-ups através do Orange Corners, ou do programa “Who wants to be an entrepreneur” (Quem quer ser empreendedor) da Embaixada dos Estados Unidos. O programa Quem quer ser empreendedor está a ser realizado há 2 anos e é implementado pelo Acelera Angola, que gere o convite à apresentação de propostas, utilizando o hub, a base de dados e o envolvimento dos meios de comunicação social. O programa recebeu 1 mil candidaturas. O Acelera Angola abriu o concurso a 50 empreendedores e depois reduziu-o a 20. Os cinco vencedores ganharam dez mil dólares para investir nas suas empresas e iniciativas.

Criação e produção: empresas em fase de arranque

As start-ups angolanas operam principalmente nos sectores das fintech, agrotecnologia, tecnologia de seguros e mobilidade. A Acelera Angola, que funciona como um construtor de ecossistemas, tem 50 empresas incubadas a trabalhar em aceleração e empreendedorismo. Em Janeiro de 2019, foram criadas algumas iniciativas como o Future Agro Challenge, Hub, Comunidade e Clube do Empreendedor. Atualmente, o Acelera Angola tem dois espaços de co-working. O Acelera Angola trabalha no âmbito da responsabilidade social corporativa, desenvolvendo programas para empresas como uma atividade de investigação e desenvolvimento. O Acelera Angola desenvolve um catálogo de formação e capta recursos internacionais, principalmente para a formação de formadores. Os bancos e a Unitel também têm a sua própria área de inovação. Angola tem uma moeda virtual através do Banco Bai chamada E-Kwanza, que é uma solução concreta para pagamentos digitais. Iniciativas como esta poderiam servir de interfaces para ajudar nos pagamentos internacionais, através, por exemplo, do Paypal e da Amazon.

De acordo com o Instituto Angolano da Propriedade Intelectual, não existem registos de inovações, tecnologia, jogos e novos media no país. De acordo com membros dos sectores de inovação, quando conseguida, a inovação é patenteada fora de Angola devido à maior agilidade externa nos processos de registo.

Build. Ship. Scale.



Criação e produção: jogos

O sector criativo do desenvolvimento de jogos está em constante crescimento, com o aparecimento de novos criadores. No entanto, as dificuldades de estabilização e de rentabilização do negócio e dos custos de produção levam a que os criadores não se mantenham no mercado durante muito tempo.

A Bantu Games é uma empresa especializada na criação de jogos online. A sua maior aposta foi o jogo “Zungueira Run”, um jogo de corrida infinita que retrata a realidade dos vendedores ambulantes da cidade de Luanda que fogem das autoridades municipais. A Bantu Games recebeu uma contribuição financeira da PlatinumLine - uma empresa angolana de notícias multimédia e de entretenimento - para desenvolver os seus primeiros projetos. A PlatinaLine cobre os principais eventos de entretenimento em Angola e no continente africano. A Bantu Games concentra-se agora em atividades business-to-business e oferece formação gratuita e especializada a jovens. A outra grande empresa angolana de jogos é a Interactive Flow.

Em média, são desenvolvidos em Angola entre 50 e 60 jogos de vídeo por ano, mas não são registados no Instituto Angolano da Propriedade Intelectual. Um grande impulsionador da criação neste sector é o Concurso Nacional de Criação de Jogos Digitais, agora na sua quinta edição. O concurso é organizado pela Universidade Metodista de Angola, Universidade Agostinho Neto e Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola, em parceria com a CCBA - Casa Cultural Brasil Angola. Outras iniciativas que têm premiado agentes do sector são a Imagine Cup, a Feira do Criador/Inventor Angolano e o Talentos Tecnológicos.

Distribuição

Na frente da distribuição, vários atores apoiam os esforços de distribuição. O Angonix é uma plataforma neutra de troca de tráfego na Internet, localizada em Luanda. Interliga redes globais, operadores de rede e fornecedores de conteúdos para manter o tráfego local da Internet, enquanto oferece aos fornecedores de conteúdos e às redes internacionais uma base de peering no continente africano.

A falta de acesso a métodos de pagamento online e a impossibilidade de pagamentos internacionais em dólares dificulta as transações associadas a start-ups e videojogos. No entanto, a moeda GGCoin, apoiada pelo BAI-Banco Atlântico, oferece uma solução incipiente para os pagamentos digitais.

Existe também um mercado paralelo ao dos videojogos, com numerosos sites e blogues de discussão, como a Associação Angolana de Jogos, que popularizam a distribuição de jogos.



Recomendações

Transversal

- Melhorar a qualidade e o custo do acesso à Internet.
- Melhorar o processo de registo da propriedade intelectual, tornando-o mais claro, mais rápido e mais eficaz para os jogadores e os inovadores.
- Desenvolver um centro de formação (no modelo learning-by-doing), por exemplo, numa incubadora física que facilite o acesso dos criadores à Internet.
- Elaborar planos de desenvolvimento para aumentar a competitividade e reforçar a sustentabilidade dos clusters criativos.⁵⁴
- Melhorar o sistema de pagamento nacional e internacional para a aquisição de equipamento, software e programas e dispositivos informáticos.
- Criar legislação para as empresas em fase de arranque.⁵⁵

Sector público

- Incluir o sector dos jogos de vídeo e da inovação na classificação das ICC.
- Promover a abordagem aos criadores e inovadores para encontrar soluções através de jogos e plataformas digitais para resolver problemas socioeconómicos no país.
- Incentivar o ensino da criação digital e da inovação no ensino público (pré-escolar, secundário e superior).
- Apoiar as universidades para que os estudantes que desenvolvem projetos possam ter acesso a um fundo específico para continuar os seus estudos (por exemplo, o Banco Nacional de Angola e a Universidade Católica).
- Reduzir a carga fiscal dos equipamentos específicos para a inovação e a tecnologia.

Sector privado

- Promover o levantamento das oportunidades de mercado.
- Incentivar os bancos a criar viveiros de empresas.⁵⁶
- Reforçar a rede existente de incubadoras e a rede da Associação de Gamers de Angola para participação em feiras e eventos internacionais, quer através da obtenção de financiamento do Governo angolano, quer através de financiamento de parceiros de desenvolvimento.
- Combinar o património do país com os sectores dos jogos e do digital: por exemplo, desenvolver novas aplicações e jogos locais, valorizando o património, a história e as origens étnicas do país.



D. Artes do espetáculo

Contexto

A cena **teatral** angolana captou e contribuiu para o momento de formação cultural da nação angolana, que antecedeu a independência em 1975. Nos anos que antecederam a independência, emergia um ambiente de criação artística, com grupos de atores, autores e dramaturgos que rompiam com os padrões do que até então era a oferta de teatro controlada pelo regime. A Liga Africana foi um bastião do movimento de expressão cultural nacionalista e o berço de grupos de teatro como o Teatro Gexto (Grupo Experimental de Teatro), por onde passaram personalidades de renome como António Domingos Van-Dúnem e Gabriel Leitão, e o Grupo de Teatro-Musical Ngongo, formado em 1961 e extinto na década seguinte, responsável pela tentativa de levar à cena a primeira peça em kimbundu. Nos últimos anos que antecederam a independência, surgiram os primeiros dramaturgos angolanos: Domingos Van-Dúnem, António Cabo e Orlando de Albuquerque.

Em Angola independente, há oportunidades para uma maior expressão artística, na qual o teatro tem tido um papel ativo. É neste cenário que surge o grupo Tshingaje, liderado por José Mena Abrantes e César Teixeira, que apresentou o primeiro espetáculo pós-independência, “O Poder Popular”. O grupo Xilenga-Teatro apresentou “Foi Assim que Tudo Aconteceu”, uma peça que surge da narrativa oral tchokwe e marca o primeiro passo para a presença da tradição oral do povo angolano nos palcos do país.

A Escola de Teatro e Dança foi fundada em 1976. Está na origem do Grupo de Amadores de Teatro e apresentou, com a contribuição de formadores cubanos, a primeira peça de teatro angolana em território internacional. A peça História de Angola foi representada em São Tomé e Príncipe e na Nigéria entre 1977 e 1978.

É no final da década de 1980 que surgem alguns dos grupos de teatro mais relevantes, como o Coletivo das Artes Horizonte Nzinga Mbanje, fundado em 1986, e o Elinga Teatro, formado por José Mena Abrantes em 1988. Estes grupos mantêm-se ativos até hoje e dão um contributo essencial para o desenvolvimento do sector e para o seu posicionamento internacional.

A AAT - Associação Angolana de Teatro - foi criada em 2006. É uma entidade representativa dos agentes do sector e conta com 450 grupos registados em todo o país.

A **dança** em Angola é, para além de uma expressão artística, uma manifestação cultural e social. A dança tradicional e popular está fortemente ligada ao quotidiano das comunidades, comunicando aspetos da vida cultural e religiosa, rituais tradicionais e também uma dimensão de intervenção social. Exemplos de danças populares são a kabetula, a kazukuta e a cabeça. Na sua dimensão tradicional, a dança é acompanhada por instrumentos tradicionais, com destaque para a percussão acompanhada de cânticos e com uma energia coreográfica inspirada no folclore de cada região. As várias influências musicais que se desenvolveram em Angola deram origem a estilos de música que se traduziram também em géneros de dança como a kizomba, o semba e o kuduro. A kizomba é uma dança que rapidamente se tornou popular em todo o mundo, sendo ensinada em escolas dos Estados Unidos da América, Portugal, França e África do Sul. Para além do seu forte carácter popular e tradicional, a dança angolana exprime-se também através de uma linguagem clássica e contemporânea.

Angola não tinha uma tradição de dança moderna após a independência, mas graças a vários esforços individuais tornou-se o quarto país do continente africano a criar uma companhia de dança contemporânea, a Companhia de Dança Contemporânea de Angola, cuja fundadora Ana Clara Guerra-Marques é reconhecida internacionalmente. Esta é a única companhia de dança profissional angolana.

A valorização da dança como técnica e como área de estudo artístico ainda precisa de ser desenvolvida na sociedade em geral e, em particular, junto dos decisores políticos. Prevalece frequentemente a ideia de que a dança, tal como as outras artes, é entretenimento e, por isso, acredita-se que não precisa de ser ensinada ou apoiada pelo Estado. De um modo geral, a dança enquanto sector amador é mais forte do que o sector da dança profissional. Muitos dedicam-se ao ensino e à aprendizagem dos vários tipos de dança, mas o sector não está regulamentado.

Educação, formação e investigação

A oferta educativa em disciplinas performativas como o teatro e a dança divide-se em educação formal e informal. Na educação informal, destaca-se o papel dos grupos amadores de dança e teatro, onde o ensino e a aprendizagem são feitos através da observação e da prática. No entanto, já existem grupos que incentivam a formação no âmbito formal, como é o caso do Coletivo de Artes Horizonte Nzinga Mbanje.

No domínio do ensino privado da dança, a escola de dança Alfa Ómega, fundada em 1999, tem um ensino centrado em disciplinas como o ballet clássico, o ballet acrobático, o sapateado e o jazz, mas também inclui outros estilos como a dança contemporânea, o semba, a kizomba, o hip-hop e o afro. A escola, que conta com cerca de 120 alunos de várias idades, tem trabalhado nas suas próprias produções encenadas na capital. O CDC Angola também organiza e apoia regularmente atividades de formação, como workshops, masterclasses, seminários, aulas abertas, entre outros trabalhos pedagógicos.

A oferta educativa formal, ao nível do ensino básico e secundário, concentra-se no CEARTE, Instituto Politécnico das Artes de Angola, a única instituição pública técnico-profissional de nível secundário no sector das artes em Angola, que oferece formação em artes plásticas, dança, teatro e música. No que respeita ao ensino superior, a formação artística concentra-se no Instituto Superior das Artes, nas mesmas disciplinas de artes plásticas, música, teatro, mas incluindo o cinema.

O Instituto Nacional de Formação Artística é o órgão do Ministério responsável pela orientação e coordenação de todas as estruturas de formação artística de natureza académica, no domínio da música, da dança, do teatro e das artes plásticas. Especialmente nas zonas rurais do país, as danças tradicionais são ensinadas nas escolas de iniciação, como parte da aprendizagem da vida social e espiritual. Por exemplo, entre a comunidade Cokwe, na escola de iniciação dos rapazes Mukanda, os jovens são ensinados a ser dançarinos de máscaras Akixe. No entanto, no seio dos grupos de dança, o ensino é muito informal. Existem também escolas/professores particulares que prestam serviços de formação em dança num contexto lúdico e extracurricular.

É necessário regulamentar o ensino artístico em Angola para tornar o sector da dança e das artes do espetáculo, bem como outros sectores, mais profissional, bem como para proteger o público, garantindo a qualidade das ofertas.

Criação e produção

Em 2019, a AAT contava com cerca de 450 grupos registados, dos quais mais de uma centena estão sediados em Luanda, demonstrando a forte presença do sector na capital. A AAT tem um total de 6,559 agentes registados nos seus livros. Para além disso, existem inúmeros grupos amadores não organizados que não são contabilizados pela AAT. Algumas das peças que mais marcaram a história do teatro angolano são “O Feiticeiro e o Inteligente”, de Étu Lene; “Cassinda não volta atrás”, de Nguizane Tuxicane; e “Hotel Comarca”, de Henrique Artes.

O sector divide-se em grupos que, organizados ou não, realizam o importante trabalho de manter o teatro em Angola, tarefa que se tem revelado difícil ao longo dos anos. Entre as centenas de grupos existentes, destacam-se, pela sua atividade nacional e presença internacional, o Coletivo de Artes do Horizonte Njinga Mbande, o Coletivo de Artes Renováveis, o Núcleo de Artes da Pitabel, o Grupo de Teatro Henrique Artes, o Oásis, o Teatro Elinga, o Teatro Miragens e a Étu Lene Companhia de Dança Contemporânea.

Da mesma forma, os praticantes de danças tradicionais e populares também se organizam em grupos. A confluência do teatro e da dança como disciplinas que trabalham em simultâneo é bastante comum no sector e em Angola. No entanto, existem grupos que se dedicam exclusivamente à prática e ao ensino de danças tradicionais como Kabetula, Dizanda, Kazukuta e mesmo Semba e Rebita. Estes grupos, como a União do Mundo das Ilhas e a União dos Trabalhadores do Kanbocomeu, ganham um palco especial nos festejos carnavalescos que se realizam em várias cidades, sendo a capital a mais impressionante. O Congresso de Salsa e Kizomba organizado pela PedSalsa (empresa privada de dança) com a participação de bailarinos internacionais, também se realiza em Angola desde 2011.

No domínio do ensino privado da dança, o Alfa Ómega acima referido continuou a desempenhar um papel importante.

A dança contemporânea é a área que mais se tem destacado nos últimos anos, desde a fundação da Companhia de Dança Contemporânea de Angola, em 1991. A companhia, que faz parte do Conselho Internacional de Dança da UNESCO, já apresentou centenas de espetáculos em palcos internacionais e fez digressões pela Europa, sendo neste momento a maior referência da dança contemporânea angolana no mundo. É uma embaixadora da cultura angolana contemporânea sob a forma de dança.

Exposição

O Cineteatro Nacional, gerido pela Associação de Chá de Caxinde, é um dos mais importantes teatros da capital e do país. Os Centros Culturais e as Casas da Cultura disponibilizam espaços para a apresentação de peças teatrais, uma vez que em várias províncias do país, os grupos de teatro enfrentam dificuldades logísticas, nomeadamente ao nível do espaço necessário para poderem apresentar os seus trabalhos.

O Prémio Nacional das Artes, uma iniciativa do Ministério da Cultura, é um evento instituído em 2000 com o objetivo de premiar criadores nas áreas da literatura, cinema e audiovisual, artes plásticas, artes performativas e investigação em ciências humanas e sociais. No domínio do teatro, este prémio tem-se revelado muito importante para os atores do sector e para a promoção do reconhecimento.

O Circuito Internacional de Teatro, que se realiza anualmente em Luanda desde 2019, é um momento importante para a promoção do teatro angolano noutros mercados, troca de experiências e aprendizagem. Em 2019, foi também celebrada a 3ª Maratona de Teatro de Benguela, o “Mar-kit Teatro”, que conta com a presença de vários grupos nacionais, consiste numa mostra de teatro sem fins lucrativos e proporciona um ponto de encontro entre os agentes do sector e debate sobre a sua realidade. Embora com uma presença ténue, existe uma plataforma online de promoção do teatro angolano, o Teatro Fórum, que divulga o trabalho e os testemunhos sobre o sector através do YouTube.

As danças tradicionais e populares têm um forte espaço de exibição no seio das comunidades, no espaço público da vida quotidiana e na rua, onde se realizam as principais festas culturais desta natureza, celebradas em todo o país, mas com especial destaque para Luanda e Lobito. As danças mais populares da atualidade, como o kizomba, o semba e o kuduro, são postas em prática nos clubes e espaços de diversão noturna. Por sua vez, a dança contemporânea aproxima-se da realidade do teatro no que respeita à sua exibição.

O CDC Angola tem vindo a realizar anualmente temporadas de dança, prática que introduziu em Angola e que apoia há cerca de 30 anos. Esta companhia tem desempenhado um papel pioneiro e inovador no país, mantendo em paralelo um programa de residências artísticas e digressões internacionais.

A plataforma online Neovibe é um espaço de promoção e divulgação de artistas angolanos em diversas áreas, desde as artes visuais à música, teatro e dança.

Recomendações

Transversal

- Desenvolver campanhas de sensibilização sobre os benefícios da educação artística nas artes do espetáculo: inclusão social, bem-estar, desempenho escolar, etc.
- Promover o estatuto dos profissionais das artes do espetáculo, trazendo classificações de quem são os profissionais da cadeia produtiva.
- Considerar o teatro de uma forma transversal, em várias frentes, não só na dimensão do teatro de ativismo social, mas também como um sector capaz de gerar conteúdos e receitas para outros sectores criativos, como o cinema, o audiovisual, a televisão e a música, por exemplo.
- Apoiar e dar visibilidade internacional aos festivais de Kuduro realizados em Luanda, como “I love Kuduro” e “A Dança é Kuduro”, para gerar turismo e criar um atracção cultural para o país.

Sector público

- Reforçar o sistema de formação artística e a criação de mecanismos para a sua proteção, nomeadamente a criação de um Subsistema de Educação e Formação Artística.
- Promover a sensibilização dos decisores políticos para a importância do financiamento público dos sectores artísticos com menor potencial económico imediato, mas com grandes ganhos de visibilidade pública nacional e internacional a médio e longo prazo.
- Mapear e recuperar, através de parcerias internacionais, os teatros e cinemas de Angola.
- Promover a utilização da lei do mecenato para apoiar o sector.

Sector privado

- Desenvolver o trabalho de “crews” (grupos) que ligam a música e o audiovisual para a gravação de videoclipes.
- Sensibilizar os potenciais patrocinadores para a importância de apoiar o sector, tendo em conta os benefícios para a sociedade em termos físicos, mentais/emocionais e culturais.
- Criação de um rótulo “Kuduro made in Angola” para os artistas usarem esta marca e promovê-la internacionalmente em festivais de dança e happenings.





©Erol Ahmad/Unsplash

E. Arquitetura, design, artesanato e moda

Contexto

Como atividade económica e criativa, **a arquitetura** em Angola é ainda um sector em fase de consolidação. A produção de conhecimento interno e a sua aplicação estão em processo de estabilização. É ainda muito necessário investir no desenvolvimento do sector, o que auxilia a importação de serviços de arquitetura de ateliers internacionais.

O design é uma vertente das ICC que merece particular atenção pela amplitude de disciplinas criativas que envolve e pelo potencial de transformação de experiências culturais e sociais que o seu processo criativo pode despoletar. No panorama geral do sector, verifica-se uma evolução positiva da dinâmica a nível nacional, com enfoque na estruturação da oferta de bens e serviços de design e na sua competitividade. Em Angola, o design abrange várias áreas, desde a cultura ao espaço urbano; e o design de interiores, associado ao design de mobiliário e artigos de decoração, contribui para as exportações do sector. Um dos ramos mais proeminentes do design, com um forte impulso e potencial de internacionalização, é o design de moda. O design é um contributo e uma ferramenta fundamentais para outras ICC, como o artesanato, também altamente exportável, e atividades que recorrem fortemente a várias disciplinas do design.

O artesanato angolano distingue-se pela sua riqueza e diversidade. Ainda considerado uma atividade amadora com pouca expressão empresarial, é um sector com elevado potencial de criação de valor económico e de emprego. Esta atividade utiliza as abundantes matérias-primas do país e reflete as influências do meio ambiente, quer nos materiais que utiliza, quer no significado que transmite nas suas representações, quer nas funcionalidades a que responde. Para além do seu valor estético, os artigos de artesanato angolano têm geralmente um objetivo funcional e um valor simbólico associado. A oferta de produtos artesanais no mercado angolano espelha a realidade de utilização, podendo encontrar-se artigos sob a forma de cestaria, mobiliário, bijutaria natural, tecidos manufaturados, artigos de moda, acessórios de moda, adornos, calçado, pinturas, esculturas e peças em madeira, bambu e pedra ornamental, instrumentos musicais, entre outros.

A **indústria têxtil e da moda encontra-se numa** fase de desenvolvimento. Devido a uma crise na indústria têxtil, que teve repercussões em todo o sector, os agentes desta indústria estão agora a trabalhar no novo posicionamento dos seus produtos nos mercados nacional e internacional. Por outro lado, o governo angolano

iniciou um processo de investimento e reestruturação da indústria para ultrapassar uma crise na produção de algodão. A moda em Angola é um sector emergente, com uma nova geração de criadores e agentes que pretendem posicionar-se no mercado. Estão a aproveitar ativamente a oportunidade que se está a gerar a nível internacional, onde os criativos africanos estão a ganhar espaço e a estabelecer novas tendências. Designers de moda, modelos, produtores e empresários têm vindo a reforçar o seu papel no desenvolvimento do sector e na sua internacionalização, através da aposta na formação, da organização de eventos e exposições internacionais, de novos conceitos de comércio e de uma clara interligação com outros ramos das artes e do design.

Educação, formação e investigação

Arquitetura:

O ensino está presente nos currículos das entidades de ensino superior público e privado, normalmente associado ao desenho urbano. Existem ainda vários projetos e entidades que têm contribuído para a dinamização do sector, como é o caso da Beyond Entropy Africa, que tem vindo a desenvolver um trabalho de investigação na Luanda suburbana com o intuito de intervir diretamente de acordo com as necessidades do território. O Goethe-Institut Angola tem apoiado este e outros projetos no estudo, promoção e crescimento do sector da arquitetura angolana.

Conceção:

A formação em design é ministrada principalmente no âmbito do ensino técnico e profissional associado à área de design que está a ser ensinada. Ao nível do ensino superior, a Universidade Independente de Angola e os Institutos Politécnicos Públicos do Namibe e da Huíla oferecem cursos.

Artesanato:

As técnicas artesanais de produção passaram, na maioria dos casos, de geração em geração através da aprendizagem e da transmissão informal baseada na observação e na prática. No entanto, o artesanato faz parte da oferta formativa de nível técnico e profissional, tanto na esfera pública quanto na privada. O Consórcio Rede Camponesa tem desenvolvido um trabalho relevante na formação, orientação e capacitação de produtores locais angolanos em vários ramos de negócio, fornecendo as ferramentas necessárias para a exportação dos seus produtos. As áreas de formação incluem marketing internacional e práticas administrativas, aduaneiras, logísticas e financeiras relacionadas com a exportação.



Moda:

Os cursos neste sector ainda se concentram nos níveis de ensino básico profissional e técnico, com a denominação de “corte e costura”. Ao nível do ensino superior, o Instituto Superior de Artes propõe uma licenciatura em Design de Moda. O investimento que o governo tem feito na reestruturação do sector passa também pela formação dos seus agentes. O Ministério da Indústria assumiu esse papel na realização de Oficinas de Auscultação e Recolha para o Estudo da Cadeia de Valor dos Têxteis, Vestuário e Calçado, organizadas em parceria com o Ministério da Economia e Planeamento.

Criação e produção

O design:

Entre as várias disciplinas do design, é o design de interiores que se destaca em Angola, nomeadamente pela sua capacidade de gerar valor através da exportação. De um modo geral, as atividades de design têm tido um desenvolvimento modesto e o sector ainda não tem ações autónomas de comunicação e marketing. Um exemplo de excelência do sector é a Fábrica de Sabão. Sendo o primeiro centro de criação e apoio a jovens artistas das mais variadas áreas em Luanda, este espaço, localizado numa antiga fábrica, engloba um centro criativo e produtivo com oficinas e espaços de formação nas áreas da música, carpintaria, serralharia, design e tecnologia, direcionado para os jovens da capital. O foco do projeto nos últimos anos tem estado relacionado com o design de mobiliário e a reutilização de materiais em soluções inovadoras, orientadas pelos valores da sustentabilidade.

Artesanato:

A produção de artesanato ocorre maioritariamente a título individual ou em cooperativas e associações e raramente está associada à dimensão empresarial. A Associação Provincial de Artesãos de Luanda (APROARTE) e a Cooperativa de Artesãos e Promotores de Artes (COAPRA) têm desenvolvido um trabalho relevante no que respeita à proteção e preservação desta atividade e dos seus agentes. Os seus esforços centram-se na criação de melhores condições para o desenvolvimento do artesanato angolano, nomeadamente através da criação de oficinas, não só em Luanda, mas também noutras províncias, e do reconhecimento desta disciplina como contribuinte integral das ICC. O artesanato pode tornar-se um motor de desenvolvimento e de criação de valor económico, gerando rendimentos sustentáveis ao longo da cadeia de valor para artesãos, comerciantes ou produtores de matérias-primas. Mas o sector está desorganizado e fragmentado, marcado pelo individualismo, devido à necessidade dos produtores de gerar rendimentos. Os produtores não têm um contacto regular e estruturado com os perfis de procura e as suas tendências. Também não possuem conhecimento estruturado sobre qualidade, design, padrões e organização sistemática do mercado, tornando a oferta frágil e pouco competitiva, minimizando seu potencial de internacionalização.



A moda:

Uma crise na produção de algodão desencadeou uma recessão económica em toda a cadeia de valor da indústria têxtil e da moda, levando ao encerramento de fábricas e prejudicando drasticamente as ambições nacionais de produção de vestuário. Esta crise levou ao investimento público na reestruturação da indústria para restaurar a dinâmica produtiva. As fábricas de produção têxtil Teztang, em Luanda, Assola (anteriormente designada África Têxtil), em Benguela, e SATEC, no Dundo, foram os alvos desta intervenção. A reabilitação completa das fábricas foi impulsionada pelo Japão através de uma linha de financiamento do Banco de Cooperação Internacional do Japão, intermediada pelo Governo angolano.

Enquanto sector criativo, a moda angolana apresenta uma dinâmica notável. São vários os designers e marcas locais que se têm destacado no panorama internacional. Merecem referência os estilistas Nadir Tati, Soraya da Piedade e Dauvia Nijenhuis.

Distribuição e exposição

Arquitetura:

A arquitetura angolana tem mantido presença regular em eventos internacionais, destacando-se a recente participação de Angola na Expo Milão 2015 que teve como foco a celebração do Dia da Mulher Africana. A sua curadora (arquiteta Paula Nascimento) ganhou o prémio Arquitetura para a Mulher.

Conceção:

Grande parte do trabalho desenvolvido neste sector resulta de uma relação direta entre criador e cliente, sem grande recurso a sistemas de promoção ou distribuição. Na área do design de mobiliário urbano, a ARPINO veio posicionar Angola no panorama internacional ao ganhar o famoso prémio Red Dot. No que diz respeito ao design gráfico, o estúdio Mwango Brain destaca-se como a entidade responsável pela criação da imagem gráfica que acompanhou o país na sua participação na Expo Dubai 2021.

O artesanato:

Seja em zonas rurais ou urbanas, os produtores vendem os seus produtos principalmente na rua, mas também em mercados ou a outros comerciantes, que assumem o papel de entreposto para a comercialização e distribuição. O ciclo da produção ao consumo é lento, o que aumenta o período de stock e, consequentemente, o preço de venda.

A moda:

Existe um consumo estratificado de artigos de moda. Os produtos de vestuário que são produzidos em maior escala e a preços mais acessíveis à população não são muitas vezes de alta qualidade. Estas roupas também não são competitivas com os produtos importados em segunda mão que dominam o mercado, e ainda não existe um grande espaço para que os artigos de qualidade sejam consumidos por um mercado angolano mais alargado.

As marcas angolanas de têxteis, vestuário e calçado têm vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante no mercado. Destacam-se as seguintes marcas: Pretah, Oluchi, La Attitude, Geraldo Fashions, Sista Paiva, Rogue Wave, Wann Kiamy e A Rinn. A Zeyangels Fashion é um distribuidor de marcas angolanas no mercado nacional e internacional, com representação em Luanda e noutras cidades do país, bem como em Paris, Londres, Berlim e Portugal. Cláudia Mitter, sua administradora, é também uma das responsáveis pelo Salão Internacional de Angola, que conta com o apoio do Ministério da Cultura na promoção do sector da moda e da indústria têxtil a nível mundial.

A Tussole Models, agência de modelos em Angola, organizou o Fórum Internacional de Moda, cuja primeira edição decorreu em 2020, abrindo espaço para um debate sobre o futuro da indústria têxtil nas circunstâncias atuais. Eventos como o Angola Fashion Week, Moda Cassenda e Angola International Fashion Show são importantes veículos de projecção destes profissionais, reunindo a atenção de agentes do sector a nível internacional, como as revistas *Vogue* e *Elle*.

Recomendações

Transversal

- Fomentar oportunidades de formação nos níveis intermédio e superior nas diversas áreas do design, com particular destaque para a área do empreendedorismo.
- Melhorar a formação dos agentes das ICC em matéria de finanças, negócios, gestão de projetos e propriedade intelectual.
- Reconhecer o artesanato associado a este sector como parte integrante dos sectores culturais e criativos, incluindo-o nas dinâmicas e políticas públicas.
- Apoiar melhores estruturas sectoriais através da criação ou da colaboração com entidades associativas de profissionais, regulamentando e legislando as suas atividades.

Sector público

- Atenuar as cargas fiscais e aduaneiras aplicadas aos produtos destes sectores, promovendo as exportações.
- Criar mecanismos públicos de apoio às marcas nacionais através de ferramentas de comunicação em linha e fora de linha, como os selos de certificação da produção local.
- Posicionar Angola em programas de incentivo como o Fashionomics Africa; uma iniciativa do Banco Africano de Desenvolvimento que visa criar uma plataforma online para designers de moda posicionarem os seus produtos no mercado global. Atualmente, a rede não conta com marcas angolanas.
- Fazer com que a Lei do Mecenato beneficie a arquitetura, o design, o artesanato e a moda.

Sector privado

- Investir na tecnologia de produção da indústria têxtil para permitir a criação de produtos competitivos no mercado consumidor da moda africana, tirando partido da crescente reafirmação da afro-moda e da modernização através do afro-futurismo.
- Investir na participação de programas de residência artística para a indústria têxtil.⁵⁷
- Capacitar os artesãos para a dinâmica do mercado, criando plataformas de trabalho colaborativo com designers, arquitetos e outros profissionais criativos.



© Ilija Zolas/Unsplash

F. Artes visuais

Contexto

O sector das artes visuais em Angola caracteriza-se por uma diversidade de influências. A arte tradicional angolana exprime-se nas mais diversas formas, desde a pintura à escultura e à gravura, e está intimamente ligada ao misticismo, aos cultos e rituais de diferentes etnias e a uma ligação espiritual com a natureza.

A arte antiga angolana, sob a forma de pintura, escultura e gravura, representa a presença dos antigos reinos africanos e dos vários etnólogos que ainda hoje coabitam o país. Estas raízes representam a base da estética africana, reinterpretada e traduzida ao longo dos séculos pelos artistas angolanos. Até ao início do século XX, prevaleceu em todas as manifestações artísticas uma estética naturalista, influenciada tanto pelos cânones europeus como pela presença de um regime imperial e colonial. Na segunda metade do século XX, surge um conjunto de artistas que rompem com os modelos naturalistas, questionam a representatividade da arte e desenvolvem um discurso pictórico mais africanizado através de uma releitura das artes africanas, denotando também influências de movimentos como o vanguardismo, o surrealismo, o cubismo, o neorrealismo e o expressionismo. É através destas influências, nomeadamente do surrealismo, que os artistas angolanos começaram a fazer uma ponte com o período pós-colonial, passando a encarar a arte como uma manifestação simbólica que se opõe ao processo de criação artística do período anterior.

Tal como na música, estes artistas encontraram na procura de uma identidade angolana na arte e na procura de culturas e práticas ancestrais africanas, uma forma de expressar uma identidade cultural. A arte africana e angolana é assim fruto da diversidade étnica que manifesta e do encontro, ao longo dos séculos, de várias civilizações, interações e vivências, dentro e fora do continente.

Atualmente, uma nova geração de artistas tem fomentado um ambiente fértil de criação no país, posicionando a arte contemporânea angolana como um sector cheio de potencialidades, e cujas representações no mercado e na rede global de arte são cada vez mais influentes. Estes artistas combinam as manifestações tradicionais da escultura, pintura e gravura com novas técnicas e ferramentas como a fotografia e o vídeo. Ao fazê-lo, refletem, nas suas influências e formas representativas em cada criação, a miscelânea cultural que caracteriza o país, como uma identidade fundamental para a sua produção artística.

A arte contemporânea angolana rompe fronteiras e atravessa o mundo, destacando-se pela sua inovação, pela amplitude das suas manifestações e pela sua linguagem universal de se tornar um manifesto visual da cultura angolana.

Na vertente de política cultural do Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, o MINCULTUR assumiu a promoção e difusão das artes plásticas como instrumento e via de combate à ignorância, à violência e à pobreza, e como forma de construção da identidade nacional. Este documento reforça ainda o papel da arte e da cultura como importantes instrumentos de diversificação económica, através da promoção das indústrias criativas e culturais.

Educação, formação e investigação

O ensino formal das artes visuais nos níveis básico e secundário está concentrado no CEARTE.

No que respeita ao ensino superior, a formação artística concentra-se no Instituto Superior das Artes. Existem também cursos de formação no ensino técnico e profissional nas áreas da escultura e do desenho artístico. Ao nível do ensino profissional, destacam-se os cursos de desenho, pintura e cerâmica. A formação artística é apoiada pelo Instituto Nacional de Formação Artística.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, enquadrado na Política de Cultura, a promoção da Arte e das Indústrias Culturais e Criativas através da implementação de Centros Culturais e Casas da Cultura como espaços de criação e divulgação cultural e artística é uma área de intervenção prioritária. A formação artística é um dos instrumentos referidos para atingir estes objetivos.

Criação e produção

A produção artística contemporânea tem lugar sobretudo em Luanda, que é um polo de criação dinâmico nas áreas da pintura, fotografia, vídeo, performance e instalação. Para além das representações mais clássicas das artes plásticas, através da pintura, escultura, gravura, entre outras, as ferramentas multimédia têm sido utilizadas recorrentemente pelos artistas contemporâneos nas suas mais recentes criações.

Na última década, a arte africana, com uma grande contribuição dos e das artistas angolanos, posicionou-se nas redes de difusão global e emergiu como uma tendência no sector a nível mundial. Os artistas apoiam-se mutuamente através da formação de associações e coletivos, através dos quais promovem o seu trabalho nos mercados nacional e internacional.

A UNAP ou União Nacional de Artistas Plásticos, fundada em 1977, é uma associação cultural que promove e divulga as manifestações artísticas angolanas e que se mantém ativa até aos dias de hoje. É responsável pela organização de várias exposições, eventos e convívios. A UNAP colabora com a BJAP (Brigada de Jovens Artistas Plásticos), uma associação socioprofissional que tem como principal objetivo a promoção das artes plásticas e o apoio aos jovens criadores.

Pés Descalços é um coletivo de filantropos culturais que defende o desenvolvimento e a promoção de projetos voltados para as manifestações culturais. Tem uma elevada incidência de trabalho no domínio das artes. Responde à necessidade de intervir de forma sustentada e fundamentada para potenciar o movimento cultural em Angola. Os seus membros são Januário Jano, Paula Nascimento, Suzana Sousa, Adalberto Cawaia, Ngoi Salucombo e Winnie Carmo. O seu trabalho inclui a criação de plataformas de colaboração e estudos para formar, educar, partilhar, desenvolver e promover projetos e iniciativas culturais. Um dos projetos mais recentes é a Residência LUANDA, um programa de residências artísticas com criadores dos PALOP, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Ao longo do ano, o Coletivo realiza ainda ações de formação e intervenções públicas.

E-Studio é um coletivo de artistas fundado pela artista Rita GT que estabelece uma plataforma de colaboração entre vários artistas de Angola e do resto da Diáspora Africana. Durante 2020, o artista angolano Nefwani Júnior

e outros colegas de profissão criaram o projeto Residência Artística de Emergência. Este projeto criou um ponto de confluência online entre os artistas e o público durante o confinamento imposto pela COVID-19. Após o trabalho inicial, os artistas apresentaram o seu processo criativo e planeiam realizar exposições com obras resultantes da residência.

Apresentação e distribuição

Luanda tem uma rede de galerias de arte que expõe artistas nacionais e internacionais, incluindo o Espaço Luanda Arte, MOVART, Hall de Lima Pimentel, Jahmek Contemporary Art, Ar-ma Gallery, Atelier Grizef, Art Studio, This is Not a White Cube e AOVC Galeria de Artes. O Espaço Luanda Arte tem vindo a desempenhar um papel importante na diplomacia cultural, representando Angola em algumas das maiores feiras de arte a nível mundial, como a Paris Art and Design Fair, Also Known as Africa (AKAA), Cape Town Art Fair e FNB Joburg Art Fair. A galeria MOVART tem também assegurado um programa de exposições e residências artísticas que têm contribuído para a dinamização do sector.

O mercado das artes plásticas, ainda pequeno em termos de contribuição económica, é dominado por galeristas e entidades estrangeiras, que também criam um sector vibrante. A rede nacional de museus e a rede de Casas da Cultura são também espaços importantes para a apresentação do trabalho dos artistas angolanos.

O Centro Cultural Português é um importante agente na promoção do sector das artes visuais angolanas, quer através do trabalho expositivo, quer através da mediação pública e da formação de agentes.

A Fundação Sindika Dokolo, com uma das maiores coleções de arte contemporânea africana, promove também a arte contemporânea angolana. A Fundação participou na organização da Trienal de Luanda, um evento que tem ajudado a projetar internacionalmente a cultura e as artes visuais do país.

A UNAP desenvolve um trabalho próprio de promoção dos artistas plásticos, com a organização de exposições e feiras, contribuindo para a sua internacionalização. Em 2019, a associação realizou um protocolo com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, através do qual foi assumido um compromisso mútuo de divulgação de atividades nas plataformas digitais de cada uma destas entidades.

A Mostra de Jovens Criadores da CPLP é um evento bienal. A última edição realizou-se em Luanda, em 2019, e contou com a exposição de obras de jovens criadores emergentes, tendo o evento se tornado um veículo de posicionamento da nova geração de artistas.

O Ministério da Cultura tem apoiado a presença de artistas angolanos em eventos internacionais, com destaque para as representações do país na Bienal de Veneza (em cooperação com a ENSA - Seguros de Angola), Bienal de Havana e Bienal de São Paulo. Em 2013, ano de estreia da Bienal de Veneza, o fotógrafo Edson Chagas arrecadou o prémio Leão de Ouro com o projeto “Luanda, Cidade Enciclopédica”. As representações de 2015 e 2017 tiveram como supervisor o artista António Ole, que já havia sido premiado em 1986 na Bienal de Havana.

Ainda a nível internacional, destaca-se o trabalho do artista contemporâneo Nástio Mosquito. A sua obra já foi exposta em vários museus e galerias internacionais, incluindo o Tate Modern Museum, sendo de referir o Prémio ENSA Arte, concurso nacional bianual de pintura e escultura, o BAI Arte Project (patrocinado pelo BAI) e o BFA Arte (patrocinado pelo BFA)

A Hangar Books (Lisboa) lançou recentemente uma publicação sobre arte contemporânea angolana, contribuindo para o seu reconhecimento no panorama internacional.

Recomendações

Transversal

- Investir na estruturação e organização do sector, abrangendo diferentes fases da cadeia de valor (educação, criação, distribuição e exposição).
- Desenvolver campanhas de sensibilização sobre os benefícios da educação artística: inclusão social, bem-estar e desempenho escolar.
- Promover o estatuto dos profissionais das artes: estudantes, professores e criadores.
- Promover a cocriação entre fotógrafos, pintores, designers, escultores e estilistas para compreender o sector das artes visuais de uma forma mais transversal.
- Incentivar a iconografia angolana na moda, no design e no artesanato, criando/oferecendo uma identidade visual mais forte.
- Sensibilizar a classe média angolana para as artes visuais locais, a pintura, a escultura e a fotografia.
- É importante criar campanhas de valorização que vão desde as escolas até à televisão e às redes sociais.

Sector público

- Aumentar as oportunidades de formação, do nível primário ao universitário, nas várias disciplinas artísticas.
- Aumentar o apoio à produção artística em Angola, com especial ênfase nos jovens artistas, através do financiamento de residências e programas criativos nacionais e internacionais.
- Reduzir a importação de equipamentos e insumos utilizados na cadeia produtiva, por exemplo, câmaras, impressoras 3D, tintas, telas e pincéis, e incentivar a indústria nacional a produzir esses insumos.
- Fazer com que a Lei do Mecenato beneficie o sector das artes visuais.

Sector privado

- Fomentar a criação artística através da organização de concursos nacionais e internacionais, competições, exposições e programas de residência.
- Incentivar as empresas e as indústrias a estabelecerem parcerias com artistas, incluindo iconografia/arte nos rótulos dos produtos.
- Incentivar as empresas e indústrias a adquirir arte de artistas angolanos, preenchendo espaços privados como sedes de empresas, bancos, bem como espaços públicos como ruas e praças.



G. Literatura e edição

Contexto

Em Angola, a leitura não é um hábito generalizado. Há poucas livrarias, os livros são caros e as bibliotecas não têm serviços de empréstimo, oferecendo apenas a leitura presencial. Não existem bibliotecas itinerantes. O país ainda não aderiu ao sistema International Standard Book Number (ISBN), o que o torna invisível para o mundo da literatura. Embora a tradição oral angolana seja significativa, e ofereça um rico acervo de contos, lendas, fábulas e poesia em várias línguas tradicionais, esta abundância não é mensurável, reforçando a necessidade de mais investigação e documentação a este nível.

Historicamente, o movimento de produção literária em Angola iniciou-se em finais do século XIX com a publicação da imprensa e assumiu proporções particularmente impressionantes nas cidades de Luanda e Benguela, centros culturais até aos dias de hoje. A primeira publicação angolana foi um Boletim Oficial, em 1845. Seguiu-se-lhe, em 1855, o “Aurora”, em formato de jornal. Já em 1882, surgiu o primeiro jornal, “O Futuro de Angola”, com textos compilados nas línguas portuguesa e quimbundo. Foram estas primeiras publicações que criaram as condições para o fenómeno literário no país. Nestas páginas circulavam as ideias liberais que vinham da Europa, críticas à situação social, questões de linguística, história e etnografia de Angola.

Joaquim Dias Cordeiro de Matta, autor de Filosofia popular em provérbios angolenses e de um dicionário português-kimbundo, é considerado o primeiro grande escritor da literatura angolana. Em 1902, foi publicada a primeira publicação literária angolana, denominada Luz e Crença, que reunia ensaios escritos, contos, poesias, biografias, história e escritos sobre outros temas. Por esta altura, foi fundada a Associação Literária Angolana. O seu jornal Juventude Literária assumiu um programa de educação para o povo angolano. Este trabalho foi perpetuado pela Liga Nacional Africana, que através da revista Angola, cujo primeiro número foi publicado em 1934, assumiu um papel de produção de doutrina, estudo e propaganda educativa. É também em 1934 que é publicado o primeiro romance angolano: O Segredo da Morta, de António de Assis Jr.



©Devon Divine/Unsplash

O Movimento dos Novos Intelectuais de Angola iniciou-se nos anos 50 e perpetuou-se através da revista Mensagem, que fomentou a criação literária nas décadas seguintes, embora só tenha tido duas edições. É nos primeiros anos da década de 1950 que Óscar Ribas lança o romance Uanga, um dos mais representativos da literatura angolana até à data. Em 1957, na sequência dos trabalhos do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, surge a Sociedade Cultural de Angola, que publica a revista Cultura. Em 1963, realizou-se o primeiro Encontro de Escritores de Angola.

A União dos Escritores Angolanos (UEA) foi fundada em 1975. O seu primeiro presidente foi Agostinho Neto. Ainda hoje se mantém ativa na sua missão de promover e divulgar a literatura nacional. A UEA tem 128 autores associados, embora só haja cerca de 90 autores ativos. A UEA tem associados que residem fora de Angola, como por exemplo, o Embaixador de Angola e o adido cultural para a imprensa em França. Estatutariamente, os membros devem pagar quotas mensais. Mas atualmente, apenas 10 a 15 por cento dos membros pagam as suas quotas. Os membros com mais de 60 anos de idade não são obrigados a pagar. O Ministério da Cultura financia a UEA, uma vez que se trata de uma instituição pública, mas o apoio é frequentemente adiado. Por exemplo, em 2020, não houve qualquer apoio, apesar do impacto da COVID-19.

Entre 1985 e 1990, eram publicados anualmente entre 5 e 15 mil exemplares por livro. Atualmente, o número desceu para uns escassos 500 a 1000 exemplares. É raro que se publiquem mais de 1 500 exemplares por livro, sendo estes suportados por atores privados.

A tradição literária nacional, embora procure ser especificamente angolana, está a evoluir progressivamente para um mercado mais externo, tentando estabelecer uma posição mais forte na literatura internacional. A literatura angolana é também reconhecida no mundo lusófono. Em 1997, o Prémio Camões, o mais prestigiado da língua portuguesa, foi atribuído a Artur Maurício Pestana dos Santos, autor e dramaturgo mais conhecido por Pepetela. Esta distinção voltou a ser atribuída em 2006 ao autor angolano Luandino Vieira.

O Instituto Nacional do Livro e do Disco foi criado em 1980. O seu estatuto orgânico foi reformado e publicado em 2006. Foi, no entanto, posteriormente incorporado no Instituto Nacional das Indústrias Criativas (INICC). Em 2016, a Academia Angolana de Letras (AAL) foi constituída pelos escritores Henrique Lopes Guerra, António Botelho de Vasconcelos e Boaventura da Silva Cardoso. Foi criada com o objetivo de ensinar, estudar e incentivar o uso da língua portuguesa e das línguas oficiais, e a ligação entre elas. Graças à AAL, foi publicada a antologia de contos angolanos “Pássaro e Asas Abertas”, da autoria de 36 escritores, entre os quais Agostinho Neto, Ondjaki e Luandino Vieira.

Educação, formação e investigação

A língua portuguesa é ensinada durante vários anos nas escolas até ao ensino superior. A licenciatura em Línguas e Literaturas Angolanas é proposta pela Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto. Ainda no âmbito do ensino público, existe uma oferta de licenciatura em Língua Portuguesa e em Ensino da Língua Portuguesa. Esta oferta concentra-se maioritariamente nas instituições da capital. No âmbito das entidades privadas de ensino, predomina a licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa.

Angola tem um baixo nível de educação, especialmente entre os jovens. Para encorajar a leitura e a escrita, a UEA desenvolveu um projeto denominado “Conversa com o Escritor” para partilhar experiências entre escritores associados e escolas; e dá aos estudantes a oportunidade de se envolverem com escritores e produtores através de apresentações de trabalhos e sessões de perguntas e respostas.

Criação e publicação

Em geral, é mais difícil para um escritor viver do seu trabalho do que um músico, porque em Angola os músicos não pagam impostos. O governo permitiu esta situação para fomentar o hábito de ouvir e comprar música.

Mas em Angola há uma forte aposta na criação literária e uma nova geração de escritores está a surgir para dar continuidade a esse foco. Artur Santos, também conhecido por Pepetela, que venceu o Prémio Camões em 1997, continua a ser uma figura incontornável no meio literário, e em 2019 foi nomeado para o Prémio Oceanos, com a obra “Sua Excelência, do Corpo Presente”. José Eduardo Agualusa é atualmente um dos nomes mais destacados da Lusofonia, também nomeado para o Prémio Oceanos com a sua contribuição de “O Paraíso e Outros Infernos.” Foi também finalista do Booker Prize e escreve crónicas para a revista portuguesa Visão.

O Movimento Lev’arte pretende levar a arte e a literatura de e para os jovens angolanos, através de uma série de eventos como “Poesia à volta do fogo” e “Poesia eu vivo”. O projeto “Troncos da Literatura Angolana”, do Movimento Lev’arte, em conjunto com o Instituto Camões e a Editora Acácias, recolhe obras inéditas de jovens escritores com o intuito de as publicar e divulgar. Alguns destes jovens talentos são José Luís Mendonça, António Gonçalves, Cristóvão Neto e Luís Kandjimbo.

Relativamente ao panorama editorial, destacam-se as editoras angolanas Mayamba Editora, Editora das Letras, Kilombelombe, UNIQ, Editora Azul, Editora Chela (Lubango) e Rubricarte. Todas elas enfrentam dificuldades financeiras, causadas principalmente pelo custo de importação dos materiais necessários para a publicação de livros.

Os escritores angolanos enfrentam dificuldades porque o país não produz papel. Angola exporta madeira, mas não tem fábrica de papel; além disso, a importação de tinteiros e peças para as máquinas encarece o produto final. O grupo de trabalho da Comissão Multisectorial de Acompanhamento e Implementação da Política Nacional do Livro e da Leitura, composto por quase todos os intervenientes na produção, promoção do livro, bibliotecas, representantes da UEA, do MINCULTUR e do Ministério da Educação (MED), está a defender junto da Presidência da República a resolução deste problema.

A nova geração de escritores, que enfrenta dificuldades em ver a sua obra publicada e que, ao mesmo tempo, se relaciona com o mundo digital de outra forma, tem procurado criar e publicar a sua obra em formatos digitais, para aceder ao público de forma mais rápida e eficaz. Há livros com edições esgotadas que seriam muito procurados, mas não há políticas de reedição. Também não há políticas de tradução para dar a conhecer melhor a produção nacional para além do mundo lusófono.

Atualmente, é mais barato publicar um livro no estrangeiro do que em Angola. Os fatores de produção para a edição de livros no país têm um custo muito elevado que não estimula a concorrência. Apenas os manuais escolares e os livros religiosos beneficiam de isenção de direitos aduaneiros. Existem algumas gráficas, mas estas enfrentam dificuldades na importação de papel.

Distribuição e oferta

Angola tem uma rede nacional de 12 Bibliotecas Públicas. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 tem como objetivo aumentar esta rede para 25 bibliotecas até 2022. O número de utilizadores das bibliotecas na altura da elaboração do plano era de 230 400 visitantes por ano. Prevê-se que este número aumente para 345 700 até 2022, estando os dados finais pendentes. O plano visa igualmente investir nas coleções e nos arquivos documentais. Em 2022, serão disponibilizadas ao público as coleções de um Arquivo Histórico Nacional e de cinco Arquivos Provinciais. Existem cerca de 320 técnicos de biblioteca no país.

As mediatecas (com computadores e boas estruturas) e as bibliotecas (sem computadores) existem em sistemas separados sob a supervisão de diferentes ministérios. Se contadas no seu conjunto, totalizariam 100. O sistema está a ser lentamente reformado: existe um memorando para a integração das bibliotecas (MINCULTUR) com as Casas da Juventude (sob a tutela do Ministério da Juventude e Desportos). A fusão com as mediatecas (Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social) ainda não está planeada, embora esteja prevista.

Para além das bibliotecas, que são entidades autónomas, existem outras estruturas com bibliotecas, como as já referidas. As Casas da Juventude têm salas polivalentes e pequenas salas de ateliers. Existem ainda as Casas da Cultura, que não fazem parte da rede de bibliotecas públicas. Para além de bibliotecas e salas de leitura, as Casas da Cultura têm salas polivalentes, salas de oficinas e espaços para exposições.

Todas as livrarias sucumbiram à crise da leitura de livros em papel, que afetou o sector a nível mundial. Exceto nos grandes centros urbanos, a compra de livros é uma atividade em vias de desaparecimento. Os livreiros afirmam que o acesso aos conteúdos em linha, bem como a dificuldade de importar conteúdos face aos direitos aduaneiros, são as principais razões. As livrarias Paulinas, Cheikh Anta Diop, Novo Chá de Caxinde, Magas, Criativa e Lemos continuam a destacar-se como principais centros de venda de livros.

Um dos eventos que evidencia o valor do sector é a Feira Internacional do Livro e do Disco. O evento, realizado pelo Governo Provincial de Luanda e produzido pela Arte Viva, tem como objetivo facilitar o acesso aos livros e discos e promover a sua circulação.



Recomendações

Transversal

- Encontrar uma solução conjunta entre o governo, a União dos Escritores Angolanos e outras organizações de defesa para acelerar a resolução do custo de importação de materiais para a produção de livros.
- Paralelamente, começar a promover publicações digitais de livros eletrónicos, quer inicialmente com editoras estrangeiras, quer juntando esforços para criar uma editora angolana em linha.

Sector público

- Reduzir os custos de produção e os custos globais de edição e distribuição de livros através de isenções fiscais para a cadeia de produção.
- Apoiar a criação de livrarias descentralizadas fora de Luanda para contribuir para a circulação de livros a preços acessíveis nas províncias.
- Fazer com que a Lei do Mecenato beneficie o sector literário angolano.

Sector privado

- Apoiar a organização de festivais internacionais e feiras do livro pela UEA em Angola (i.e., Feiras do Livro de Luanda, Benguela e Huíla).
- Promover a participação da UEA em festivais internacionais e feiras do livro através dos quais os autores possam comercializar ou distribuir os seus livros gratuitamente.
- Incentivar os autores a encontrar parcerias e a promover publicações digitais em linha através de fundos internacionais, crowdfunding e outras alternativas aos fundos públicos.⁵⁸





H. Museus

Contexto

Os museus de Angola foram nacionalizados após a independência. A maioria dos museus funciona em antigas estruturas coloniais, que precisam urgentemente de ser reabilitadas. É também necessário digitalizar os museus e utilizar software para a gestão de bibliotecas, catalogação e consulta (interna, no local, consulta pública).

O MINCULTUR, através da Direção Nacional de Museus (DNM), um órgão dependente do Ministério, supervisiona os museus de Angola. A DNM não dispõe de um orçamento anual fixo. Todas as aquisições e melhorias devem ser realizadas pelo MINCULTUR, que transfere um orçamento para pequenas melhorias de infraestruturas, eletricidade, água, pessoal e manutenção. Todos os anos, os museus apresentam uma proposta de orçamento para o ano seguinte e recebem fundos apenas para as despesas correntes, que não são suficientes para efetuar investimentos.

Os museus de Angola possuem um acervo histórico considerável e internacionalmente atrativo. São também visíveis sinais de inovação. Por exemplo, o Museu da Moeda, através da implementação de novas tecnologias, estabeleceu novos padrões de exposição e atraiu novos públicos. As coleções relacionadas com a história natural, a escravatura e a história da independência angolana têm um apelo significativo.

A principal fonte do orçamento dos Museus de Angola são os subsídios públicos. Todos os museus têm financiamento público e estão contemplados no orçamento geral do Estado. Além disso, podem, desde Abril de 2020, cobrar bilhetes de entrada graças ao Decreto Presidencial 107/20 que regularizou o vazio legal deixado pela Lei 7/11. No que diz respeito ao Decreto Presidencial sobre a cobrança de bilhetes, a diretiva estabelece que os museus recebem o pagamento do bilhete e depositam-no na conta do tesouro nacional. Apenas 60 por cento do montante cobrado no ano anterior é devolvido aos museus. Todos os museus seguem a tabela de preços que consta do decreto. O preço do bilhete varia consoante o grupo etário (0 a 12 anos, por exemplo) e o facto de a visita ser com ou sem guia. O preço do bilhete é simbólico, de modo a não afastar os visitantes.⁵⁹

Outra fonte de financiamento dos museus é a filantropia. Os museus criam mecanismos para receber apoio filantrópico para as suas atividades, mas isso ocorre muito esporadicamente. O Museu Regional da Huíla, por exemplo, recebeu apoio do Banco Económico e da cervejaria N'gola. O Museu da Huíla também vende produtos através da sua loja e é um exemplo de um modelo de financiamento misto.

Educação, formação e investigação

Alguns museus têm parcerias com escolas. Praticamente todos eles oferecem visitas guiadas às escolas locais. Em Luanda, a Universidade Agostinho Neto oferece cursos de Ciências Sociais e Comunicações com o Museu da Moeda, o Museu de História Natural e o Museu de Antropologia. Existem também cursos de formação financiados por institutos internacionais. O Museu Nacional de Antropologia de Luanda e o Museu Etnológico de Berlim (SMB/SPK) iniciaram uma parceria em Dezembro de 2018, juntamente com o Goethe-Institut Angola, para reativar as importantes coleções de Angola em Berlim e Luanda para o público e desenvolver investigação conjunta.

Há falta de formação em português como língua materna. A formação internacional é desejável, no entanto, os museus angolanos têm muitos protocolos de parceria, mas poucas parcerias funcionam. Por exemplo, o Arquivo Nacional de Angola tem cerca de 25 funcionários, dos quais a maioria tem apenas formação técnica. Para além da necessidade de formação relacionada com os museus, a formação em arquivos e gestão de arquivos é uma área importante para a formação.

Oferta

Angola tem atualmente 14 museus públicos e um museu privado. É necessário um maior investimento, promoção e comunicação sobre os museus. A informação disponibilizada aos visitantes é insuficiente. A disponibilização de material informativo e de serviços de mediação é também insuficiente.

Os museus nacionais incluem:	Os museus regionais incluem:
• Museu Nacional de Antropologia (Luanda) • Museu Nacional da Escravatura (Luanda) • Museu Nacional de História Natural (Luanda) • Museu Nacional de Arqueologia (Benguela) • Museu Nacional de História Militar (Luanda)	• Museu Regional de Cabinda (Cabinda) • Museu Regional da Huíla (Lubango, Huíla) • Museu Regional do Dundo (Lunda Norte) • Museu Regional do Lobito (Lobito-Benguela) • Museu da Tentativa (Caxito) • Museu dos Reis do Congo (Província do Zaire) • Museu do Planalto Central (Província do Huambo)

Os museus públicos de Angola registaram 266 399 visitantes nacionais e 18 099 visitantes estrangeiros em 2019. Os museus mais visitados foram:

- Museu Nacional de História Militar com 106 104 visitantes nacionais e 9 058 estrangeiros
- Museu Regional do Dundo com 41 109 visitantes nacionais e 86 estrangeiros
- Museu da Força Aérea com 33 131 visitantes nacionais e 3 838 estrangeiros
- Museu Nacional da Escravatura com 18 532 visitantes nacionais e 1 804 estrangeiros
- Museu Nacional de Antropologia com 13 107 visitantes nacionais e 1 921 estrangeiros



Recomendações

Transversal

- Utilizar as novas tecnologias e os sistemas digitalizados e informatizados nos museus.
- Estudar e considerar opções de adaptação de materiais digitalizados e visitas virtuais em linha.⁶⁰
- Considerar a modernização estrutural interna dos museus e dos espaços exteriores.
- Rever a dotação financeira anual que é disponibilizada aos museus no orçamento geral do Estado.
- Desenvolver campanhas de marketing e planos de comunicação eficazes que possam ser desenvolvidos em colaboração entre várias instituições e depois partilhados entre museus.
- Fomentar parcerias com o Conselho Internacional de Museus (ICOM).
- Reforçar as campanhas relacionadas com o Dia Internacional dos Museus.⁶¹
- Procurar parcerias internacionais com museus no Brasil e em Portugal para a formação de pessoal.

Sector público

- Investir 60 por cento do valor dos bilhetes na formação dos trabalhadores do museu e em infraestruturas e informatização.
- Realizar ações periódicas de formação do pessoal dos museus nacionais, regionais e privados nas universidades angolanas, de modo a estimular o interesse dos estudantes universitários em se dedicarem profissionalmente aos museus angolanos.
- Procurar parcerias internacionais com parceiros de desenvolvimento para financiar melhorias nas infraestruturas e com empresas privadas ou públicas para se tornarem patronos de museus.
- Fazer com que a Lei do Mecenato beneficie o sector.

Sector privado

- Procurar apoio financeiro de patrocinadores.
- Realizar exposições itinerantes no país e no estrangeiro.⁶²
- Desenvolver catálogos, guias e guiões digitais angolanos em plataformas de viagens como o Trip Advisor, Booking.com e plataformas hoteleiras angolanas (i.e., <https://www.hoteisangola.com/>).
- Procurar parcerias com outros sítios de turismo para divulgar informação sobre museus em Angola.

I. Análise SWOT das ICC de Angola

Tabela 17. Análise SWOT das ICC de Angola

Pontos fortes

1. Angola possui um rico património de expressões culturais e criativas, especialmente as imateriais: Música, literatura, produção audiovisual, artes performativas e artesanato.
2. Sectores dinâmicos: Música, literatura, produção audiovisual, artes performativas e artesanato que já mostram a oferta cultural e criativa de Angola ao mundo.
3. A diáspora como embaixadora do país e contribuindo para a imagem de marca do país: Angola tem cidadãos a viver em países como o Brasil e Portugal, e estas pontes culturais e criativas levam a cultura, as artes e as criações angolanas ao mundo. Um exemplo disso são os festivais de Kizomba e Semba realizados por angolanos na diáspora.
4. Angola tem uma população jovem: Representa um enorme potencial de produção e consumo cultural e criativo, incluindo jogos e streaming.
5. Nova geração de empreendedores criativos: Angola tem uma nova geração de empreendedores criativos a desenvolver inovações para a indústria, o comércio e o consumidor final. Estes criativos estão nas start-ups incubadas e aceleradas com vontade de expandir os seus negócios, registar as suas inovações em Angola, ligar-se internacionalmente e libertar o seu potencial.
6. Ligações linguísticas: Com uma língua partilhada com Portugal, o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), os ativos culturais e criativos de Angola podem aceder ao mercado internacional sem necessidade de grandes adaptações.
7. Mercados consumidores dos PALOP: Eles já consomem música e literatura angolanas. Campanhas de marketing e parcerias internacionais podem aumentar ainda mais a marca angolana de músicos, escritores e suas respetivas obras.
8. Os angolanos têm uma boa reputação por serem pessoas alegres, criativas e inventivas: Este espírito estimula os criadores e influencia a forma como os parceiros comerciais podem ver as capacidades dos angolanos.
9. Festivais e festas populares: Os festivais em Angola, como os carnavais, o FestiCongo e os teatros de rua, são descentralizados e têm a possibilidade de mobilizar as comunidades locais e atrair turistas internacionais.
10. Transição política e contexto constitucional favorável desde o Tratado de Luena em 2002: Gera um certo sentimento de liberdade de expressão e de criação.

Pontos fracos

1. Angola tem uma lista limitada de património cultural mundial reconhecido pela UNESCO, o que dificulta a visibilidade internacional e pode ter um impacto na chegada do turismo internacional. Para além disso, existem poucos edifícios classificados no centro histórico de Luanda ou monumentos históricos classificados no resto do país.
2. Subestimação do sector: Apesar da vontade dos empresários e do governo, não existe um reconhecimento generalizado da importância socioeconómica das ICC no sector público e na sociedade civil em geral. Consequentemente, o acesso ao crédito e a falta de incentivos continuam a ser um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do sector.
3. Inexistência de uma taxonomia e classificação oficiais: Esta situação gera uma lacuna de dados e informações sobre o sector e o seu desempenho.
4. Falta de uma visão transversal para promover as ICC: Esta situação impede o governo, o sector privado e os empresários de compreenderem as cadeias de produção e distribuição intraindustriais do sector.
5. Algumas ICC têm um potencial incipiente, mas não dispõem do apoio adequado: Os sectores do jogo, da tecnologia e da inovação não são considerados ICC, pelo que são subutilizados para trazer benefícios socioeconómicos ao país.
6. A população jovem de Angola tem um acesso insuficiente à Internet: O baixo número de utilizadores da Internet é um impedimento à produção e ao consumo em grande escala.
7. Ausência de um sistema fiscal eficiente e de políticas de incentivo: A falta de um sistema fiscal unificado é um obstáculo para os empresários culturais e criativos na produção e distribuição de produtos culturais e criativos, enquanto a Lei do Mecenato é amplamente considerada ineficaz.
8. A falta de aplicação dos direitos de autor e uma cultura de pirataria desencorajam os criadores de registar as suas criações e os consumidores de respeitar os direitos de autor.
9. Degradação das infraestruturas: Impede a comunidade, os profissionais da cultura e as mentes criativas de terem um ponto de encontro comum onde possam trabalhar, interagir e trocar ideias.
10. Estrutura de governação complexa e inerte: Não existe uma estrutura clara de quem faz o quê, com os institutos a acumularem diferentes papéis, os atores governamentais a duplicarem esforços e a ineficiência na implementação no terreno (especialmente na transferência de recursos de Luanda para o resto do país).

Oportunidades

1. Revisão da política cultural em 2021: Esta pode ser uma oportunidade para acomodar um modelo mais eficiente de governação cultural e criativa, incluindo definições, taxonomias e informações financeiras para as partes interessadas.
2. Participação em programas internacionais: Estes incluem o Train for Trade II da CNUCED, programas financiados pela União Europeia a nível nacional e regional, Instituto Camões Procultura, "Who wants to be an entrepreneur" da Embaixada dos Estados Unidos da América, e "Orange Corners" da Embaixada dos Países Baixos. Estes programas oferecem oportunidades de colaboração, formam profissionais culturais e criativos, atraem investimento internacional, estabelecem parcerias internacionais e abrem o mercado para os produtos culturais e criativos de Angola.
3. O Train for Trade II é uma oportunidade para compreender de forma mais transversal as ICC como um sector alternativo concreto para a transformação económica e a inclusão social do país.
4. O Train for Trade II constitui uma oportunidade para Angola tornar as suas ICC mais visíveis através de campanhas de marketing sobre os ativos culturais e criativos de Angola. A tónica pode ser colocada na expressão da singularidade de Angola, dos seus produtos de alta qualidade e do seu ecossistema atrativo.
5. Eventos como o Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável em 2021 podem ser uma ponte para sensibilizar e legitimar o sector na sociedade angolana através de campanhas nos meios de comunicação oficiais do governo, redes sociais e meios de comunicação pagos que podem promover as ICC como um sector importante no rescaldo da crise da COVID-19.
6. Disponibilidade das ICC para colaborar: Os empresários, os profissionais da cultura, os produtores culturais e criativos e os distribuidores estão interessados em colaborar para um melhor desenvolvimento do sector.
7. Vontade política de colaborar com o sector: Alguns membros do governo angolano mostram apoio para investir na produção cultural e criativa angolana. É necessário pôr isto em prática, convidando os atores a trabalhar em conjunto.
8. Cooperação entre as Secretarias de Estado que compõem o Ministério da Cultura e Turismo: As sinergias entre Secretarias e pontos focais podem facilitar a coordenação e a cogestão, beneficiando o turismo cultural, histórico, natural e sustentável.
9. Coordenação, incentivo e canalização do investimento: O governo angolano pode reunir-se com bancos locais e internacionais, investidores e investidores-anjo para sensibilizar e coordenar os esforços de investimento nos sectores.
10. A ligação do talento cultural e criativo ao sistema educativo implica a promoção de atividades culturais e criativas desde o ensino básico até às universidades, a abertura de mais cursos relacionados com as ICC e a inclusão do empreendedorismo no currículo do CEARTE e do ISART.

Ameaças

1. Principais parceiros comerciais de importação e exportação: A China e os Estados Unidos da América não têm procura de importação de produtos culturais e criativos de Angola.
2. Quadro legislativo, regulamentos de financiamento e incentivos: O atual quadro legislativo não corresponde às necessidades e à realidade das ICC em Angola. Não regulamenta as profissões, não estabelece valores concretos para os salários mínimos, nem incentiva o financiamento privado do sector.
3. A baixa eficiência das instituições públicas responsáveis pelas ICC dificulta o reforço das ICC. O MINCULTUR e os seus institutos (Instituto Nacional das Indústrias Criativas, Instituto Angolano do Cinema, Audiovisual e Multimédia, Instituto Nacional de Formação Artística e Direção Nacional dos Museus) necessitam de uma melhor comunicação e coordenação, de pessoal mais qualificado e de mais orçamento para os projetos.
4. Ligação insuficiente entre as instituições públicas responsáveis pelas ICC e o sector privado durante o processo de desenvolvimento de políticas públicas, definição e cumprimento de objetivos. Esta situação provoca uma falta de confiança entre as partes interessadas do sector privado.
5. Baixo nível de formalidade e ausência de esforços governamentais para formalizar os profissionais da ICC através de medidas como isenção de impostos, regulamentação de profissões com salário mínimo estabelecido e garantia de reforma.
6. A falta de atrativos e de estrutura para o turismo cultural afasta turistas e público: Voos, conexões, hotéis e rede de serviços precisam ser melhorados. O turismo cultural no país é principalmente internacional e incipiente devido a problemas estruturais.
7. Fuga de cérebros e falta de registo de propriedade intelectual: Existe uma fuga significativa de cérebros e os criadores e criações não estão registados em Angola, fazendo com que o país perca a sua vantagem competitiva em termos de propriedade intelectual a curto, médio e longo prazo.
8. Baixo nível de interesse dos investidores privados: Os bancos e investidores privados não compreendem as ICC, não estão confiantes e não se apercebem de qualquer mobilização financeira concreta por parte do governo que possa incentivar o micro ou macro investimento, o investimento solidário e o financiamento coletivo.
9. Falta de empresas maduras para receber investimentos: Os empresários culturais e criativos precisam de passar por um período de incubação e necessitam de orientação para angariar fundos e lidar com investidores.
10. Baixo investimento em infraestruturas digitais: Apesar dos esforços para melhorar a ligação em Angola, a distribuição local ainda é limitada. É também necessário construir plataformas em linha para a nova geração de criadores de conteúdos que poderiam colaborar através destas plataformas. A capacidade dos empresários culturais e criativos rurais e marginalizados precisa de ser desenvolvida para colmatar o fosso entre o centro e as margens.





VII

Caminho a seguir



©Joe Pille/Unsplash

As indústrias culturais e criativas são motoras essenciais do desenvolvimento sustentável e do bem-estar socioeconómico. Vários países estimularam o crescimento das ICC para a criação de emprego e de rendimentos, a regeneração das zonas urbanas, a saúde mental, a coesão social, o turismo e o desenvolvimento sustentável. Como relativamente retardatária, Angola pode observar e aprender com a experiência de outros países em matéria de intervenções políticas e modelos de desenvolvimento e utilizar essas lições em seu benefício. A componente das Indústrias Culturais e Criativas do Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II demonstra que existe um entendimento em Angola de que as ICC constituem uma alternativa viável para a diversificação económica.

Com base neste relatório de mapeamento, existem cinco áreas a considerar para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Angola:

1. Políticas públicas e governação

Coordenação e gestão:

O Governo de Angola precisa de desenvolver estruturas de comunicação interna (constituídas por grupos de trabalho) para coordenar os ministérios, secretariados e institutos relevantes que podem colaborar no desenvolvimento das ICC. A sociedade civil deve também organizar-se para se tornar um parceiro forte do governo e defender as ICC.

Taxonomia:

Existe muito pouca informação sobre as ICC em Angola. Uma taxonomia e classificação oficiais permitiriam a recolha de dados de e por organismos competentes. Sugere-se que as autoridades encomendem uma auditoria das melhores metodologias disponíveis para a criação de um sistema de informação cultural de países desenvolvidos e em desenvolvimento; e incorporem as melhores práticas num sistema nacional de medição (ver abaixo).

Legislação:

As regras em matéria de direitos de autor e a lei do mecenato são instrumentos essenciais que conferem às autoridades o mandato para aplicar, fazer cumprir e divulgar adequadamente as diretivas jurídicas. A atual proposta de lei do mecenato para o patrocínio é alvo de muitas críticas, nomeadamente no que se refere à falta de clareza sobre o funcionamento deste instrumento.

Propriedade intelectual:

A criação e a inovação estão no centro das ICC, mas devem ser apoiadas por um quadro de propriedade intelectual eficiente e eficaz, incluindo a capacidade de registar e proteger o trabalho criativo de uma forma que permita e assegure a rentabilização a curto, médio e longo prazo para os criadores.

2. Medição

Estatísticas:

Por um lado, a falta de dados obriga o governo a trabalhar “às cegas” e leva-o a subestimar o potencial das ICC. Por outro lado, o sector privado (formal e informal) também não reconhece o potencial das ICC e não se pode posicionar como um pilar social, cultural ou económico essencial. A ausência de estatísticas detalhadas também resulta numa lacuna de conhecimento sobre as ICC angolanas no mercado internacional, impedindo Angola de defender os seus criativos e a economia criativa. Uma maior disponibilidade de dados sobre as ICC angolanas no mercado global e nas instituições internacionais poderia legitimar a atratividade de Angola e resultar numa maior afetação de capital privado internacional, e de outros tipos de financiamento, para projetos culturais e criativos e para a cooperação.

Recolha de dados:

Para melhorar a medição das ICC, o governo precisa de promover iniciativas para recolher e divulgar informações e estatísticas sobre as ICC, melhorar a capacidade nacional de recolha de dados sobre as ICC e apoiar o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) na recolha de dados detalhados sobre as empresas nas ICC, tais como: pessoas que trabalham no sector, desagregadas por sexo e idade; número de empresas que contribuem para as ICC e para a economia criativa; informações sobre o sector; dimensão da empresa por número de efetivos e receitas - tudo isto proporcionaria uma imagem mais precisa das ICC de Angola.

3. Capacitação

Educação e formação:

Embora existam estruturas para formar e melhorar as competências das pessoas que trabalham nas ICC, são necessários mais professores e materiais para melhorar a qualidade e a quantidade dos recursos humanos necessários para o crescimento de ICC mais dinâmicas. Para além da formação centrada nas profissões culturais e criativas, é também essencial a formação em gestão cultural, empreendedorismo, finanças, promoção internacional e marketing.

Parcerias:

Com as competências adequadas para criar parcerias internacionais, as instituições e os empresários das ICC podem também beneficiar da cooperação internacional.

Infraestruturas físicas:

São necessárias melhorias na infraestrutura física do país, incluindo espaços, acesso à eletricidade e mobilidade, para proporcionar espaços para a criação, distribuição e consumo de arte, cultura e criatividade.

Infraestruturas digitais:

A melhoria da qualidade e da acessibilidade dos preços da distribuição da Internet e da telefonia em Angola é essencial para o desenvolvimento das ICC e, de facto, de todo o ecossistema de apoio que estimula o crescimento.

4. Finanças, inovação e tecnologia

Financiamento:

As ICC tendem a necessitar de investimento público e de outros investimentos, mas os empresários criativos precisam de apoio e de recursos para desenvolver e implementar os seus projetos e para os expandir, uma vez que dependem frequentemente da mão-de-obra, do equipamento ou da tecnologia. As ICC tendem a ter dificuldades mesmo com o microfinanciamento, devido à variabilidade dos rendimentos e ao seu impacto nas notações de crédito. Consequentemente, os bancos têm de trabalhar para compreender o sector e o seu



potencial, e adaptar as suas políticas para oferecer aos trabalhadores criativos acesso a empréstimos e apoiar os esforços para aumentar a sua solvabilidade. Para além do financiamento privado tradicional, são essenciais outras formas de apoio, como os incentivos fiscais, os regimes sociais e o financiamento público, como os concursos permanentes e os contratos públicos esporádicos.

Rotas para as receitas:

A resolução das questões relacionadas com os pagamentos internacionais e em linha é crucial para rentabilizar o sector e pode ser uma área em que podem surgir novas tecnologias de pagamentos móveis e outras inovações.

5. Promoção

Marca e imagem:

Os produtos culturais e criativos de Angola carecem de uma marca e imagem fortes e vendáveis a nível nacional e global. As campanhas de marca e comunicação poderiam realçar a importância e o papel do sector em tudo, desde a criação de emprego à coesão social e à diplomacia cultural; ajudar o mercado nacional de produtos culturais e criativos e melhorar a imagem global de Angola - o seu povo, cultura, tradições, voz, práticas e novas possibilidades. Além disso, o reforço da marca “Angola Criativa” poderá promover as exportações de bens e serviços criativos e aumentar a sua atratividade no mercado internacional do turismo cultural e criativo.

Diplomacia cultural e criativa:

O reforço da diplomacia cultural e criativa, especialmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e outros países lusófonos, poderia aumentar os intercâmbios internacionais e a participação dos trabalhadores criativos angolanos em programas de desenvolvimento, ajuda, financiamento, temporada cultural e cooperação dirigidos às ICC.

Ao considerar as ICC, é necessário ter em conta as diferentes dimensões do tempo (ou seja, passado, presente e futuro). As partes interessadas nas ICC têm de pensar simultaneamente na forma de apoiar as tradições culturais, descobrir formas de encantar o público dos museus e galerias atuais e apoiar o desenvolvimento de inovações tecnológicas para o futuro. A dinâmica das ICC nem sempre funciona como a das indústrias tradicionais, e é impossível prever quais os produtos que terão grande sucesso. Por conseguinte, devem ser implementadas novas práticas em Angola para que as ICC funcionem de forma ótima.

A intervenção do Estado através de uma gestão partilhada entre ministérios, mas ancorada no MINCULTUR, e o envolvimento do sector privado e da sociedade civil gerarão melhores políticas e ações para atrair parceiros, compradores e investidores nacionais e internacionais.

Para alcançar um modelo de gestão ideal, é necessário um entendimento comum no Governo angolano, e não apenas no MINCULTUR, sobre a relevância das ICC. Com enquadramentos adequados, as ICC angolanas têm o potencial de gerar crescimento socioeconómico e inovação através de start-ups em indústrias mais tradicionais como o petróleo, a agricultura, as minas e as finanças. Para tal, é crucial considerar uma melhoria significativa do sistema e do regime de registo da propriedade intelectual no país.

As ICC já trazem benefícios socioeconómicos para Angola. A pandemia de COVID-19, entre outros, trouxe à tona desafios como a baixa digitalização, que é um gargalo para o desenvolvimento das ICC. Destacou a necessidade urgente de investir em Internet acessível e nas infraestruturas digitais de Angola. É fundamental considerar que, no período pós-crise, as ICC serão de grande valia para o país nas dimensões de coesão social, geração de emprego e renda e bem-estar.

Outra questão que pode ser resolvida pelo desenvolvimento das ICC é a baixa diversidade de parceiros comerciais de Angola. As ICC permitem a Angola diversificar os seus parceiros comerciais, abrindo mais portas em diferentes mercados para além da China e dos Estados Unidos da América. Para além disso, as ICC podem reforçar as relações comerciais e de cooperação. Uma oportunidade significativa será a cooperação regional dos PALOP e de África.



Notas finais

- ¹ Para mais informações sobre o projeto, consultar: <https://unctad.org/project/eu-unctad-joint-programme-angola-train-trade-ii>.
- ² Ver: UNCTAD (2022). Perspetivas da Economia Criativa 2022. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctsce2022d1_en.pdf; e PNUD (2019): Como as indústrias culturais e criativas podem impulsionar o desenvolvimento humano no século XXI. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/how-cultural-and-creative-industries-can-power-human-development-21st-century>.
- ³ Ver: UNESCO (2006). Turismo, cultura e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147578>; UNCTAD-UNDP (2008). Relatório sobre Economia Criativa. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditc20082cer_en.pdf; e Banco Interamericano de Desenvolvimento (2013). The Orange Economy: Uma Oportunidade Infinita. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/orange-economy-infinite-opportunity>.
- ⁴ Ver: Sacco, P. L. E Segre, G. (2009). Creativity, Cultural Investment and Local Development: A New Theoretical Framework for Endogenous Growth. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226591355_Creativity_Cultural_Investment_and_Local_Development_A_New_Theoretical_Framework_for_Endogenous_Growth; e Sacco, P. L. (2014). Smart endogenous growth: cultural capital and the creative use of skills. Disponível em: https://www.academia.edu/29753446/Smart_endogenous_growth_cultural_capital_and_the_creative_use_of_skills.
- ⁵ Ver: por exemplo, Oxford Economics (2013). The economic impact of the creative industries in the Americas (O impacto económico das indústrias criativas nas Américas). Disponível em: <http://scm.oas.org/pdfs/2013/cidrp00451.cultura.eng.pdf>; e European Cultural Foundation (2021). O “sector criativo”: Um motor para a diversidade, o crescimento e o emprego na Europa. Disponível em: <https://culturalfoundation.eu/wp-content/uploads/2021/02/TheCreativeSectorEngineofDiversity.pdf>.
- ⁶ Ver: UNCTAD (2022). Perspetivas da Economia Criativa 2022. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctsce2022d1_en.pdf.
- ⁷ Ver: UNCTAD-UNDP (2008). Relatório sobre a economia criativa. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditc20082cer_en.pdf.
- ⁸ Ver: UNESCO (2022). Reformulação das políticas para a criatividade: Abordar a cultura como um bem público mundial. ISBN 978-92-3-100503-9. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity/publications/2022-global-reportreshaping-policies-creativity>.
- ⁹ Ver: Firjan (2022). Mapeamento da Indústria Criativa 2022. Disponível em: <https://casafirjan.com.br/pensamento/ambientes-de-inovacao/mapeamento-da-industria-criativa-2022>.
- ¹⁰ Ver: British Council (2022). Disponível em: <https://creativeeconomy.britishcouncil.org/places/brazil/>.
- ¹¹ Ver: Direção-Geral das Atividades Económicas (2018). Indústrias Culturais e Criativas Sinopse 2018. Disponível em: https://www.dgae.gov.pt/gestao-de-ficheiros-externos-dgae-ano-2019/sinopse-industrias-culturais-e-criativas_2018.aspx.
- ¹² Ver: UNESCO (2015). Tempos culturais. O primeiro mapa global das indústrias culturais e criativas. Disponível em: https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cultural_times_the_first_global_map_of_cultural_and_creative_industries.pdf.
- ¹³ Ver: UNCTAD (2022). Perspetivas da Economia Criativa 2022. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctsce2022d1_en.pdf.
- ¹⁴ *Idem.*
- ¹⁵ *Idem.*

-
- ¹⁶ Ver: Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (2022) Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/>.
- ¹⁷ Ver: Lento, O (2009). Línguas e Etnias. Disponível em: <https://www.academia.edu/7413073>.
- ¹⁸ Ver: UNESCO (2023). Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/state/angola-AO>.
- ¹⁹ Ver: PNUD (2019): Como as indústrias culturais e criativas podem impulsionar o desenvolvimento humano no século XXI. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/how-cultural-and-creative-industries-can-power-human-development-21st-century>.
- ²⁰ Ver: Instituto Nacional de Estatísticas (2022). Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>.
- ²¹ Ver: UNCTAD (2023). Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en.
- ²² Ver: Trading Economics (2023). Exportações de Angola por categoria. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/angola/exports-by-category>.
- ²³ Ver: <https://www.bna.ao/>.
- ²⁴ Ver: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4y/mtu3/~edisp/minfin2157446.pdf>.
- ²⁵ Ver: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4y/mtu3/~edisp/minfin2157446.pdf>.
- ²⁶ Ver: República de Angola, Assembleia Constituinte (2010). Constituição da República de Angola. Angola: Luanda.
- ²⁷ Ver: República de Angola, Ministério do Planeamento (2007). Angola 2025: Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola. Angola: Luanda.
- ²⁸ Ver: <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/60693/governo-estende-estrategia-de-desenvolvimento-a-longo-prazo-por-mais-25-anos>.
- ²⁹ Ver: República de Angola, Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012). Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Angola: Luanda.
- ³⁰ Ver: Governo de Angola, Ministério da Economia e Planeamento (2018). Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022. Angola: Luanda.
- ³¹ Ver: https://mcta.gov.ao/fotos/frontend_23/gov_documentos/lei_15-14-lei_dos_direitos_de_autor_e_conexos_1459203726238686b0bbc3.pdf.
- ³² Ver: <https://www.goethe.de/ins/ao/pt/kul/mag/20745729.html>.
- ³³ Ver: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2016/0/2/Governador-Luanda-reinaugura-Palacio-Ferro,b28fcc09-0f68-459b-aad5-d2b23c08322f.html.
- ³⁴ Ver: https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2019/8/39/Ministra-quer-revitalizacao-Palacio-Ferro,ea3e8a49-fc08-4bb8-8715-0b7c08f4a586.html.
- ³⁵ Ver: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Dashboards/Pages/Digital-Development.aspx>.
- ³⁶ Ver: <https://meusalario.org/angola/salario/salario-minimo>.
- ³⁷ Ver: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/ciencia-e-tecnologia/2020/1/7/Pais-counta-com-125-pontos-acesso-gratuito-Internet,e9111a62-cce4-40bc-bf76-8497b6a6705f.html.
- ³⁸ Ver: https://www.eeas.europa.eu/node/70133_en?s=83.
- ³⁹ Ver: <https://www.facebook.com/QQSEAngola>.
- ⁴⁰ Ver: <https://www.orangecorners.co.ao>.

-
- ⁴¹ Ver: <https://mescti.gov.ao/ao/>.
- ⁴² Ver: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feduc.2021.709560/full>.
- ⁴³ Ver: <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=4622>.
- ⁴⁴ *Idem*.
- ⁴⁵ Ver: <http://expansao.co.ao/artigo/132072/a-grande-oportunidade-proporcionada-pela-crise-economica-e-social?seccao=7>.
- ⁴⁶ Ver: <https://www.musicboard-berlin.de/en/about-us/the-musicboard/>.
- ⁴⁷ Ver: <https://www.lebureauexport.fr/>.
- ⁴⁸ Ver, por exemplo: <https://musicpoolberlin.net/>.
- ⁴⁹ Ver: <https://www.womex.com/>.
- ⁵⁰ Ver: <https://culture.ec.europa.eu/creative-europe/creative-europe-media-strand>.
- ⁵¹ Ver: <https://gga.org/laying-the-foundations-for-a-pan-african-film-industry/>.
- ⁵² Ver: <https://briterbridges.com/ecosystem-maps>.
- ⁵³ Ver: <https://www.orangecorners.co.ao/>.
- ⁵⁴ Ver o exemplo do Porto Digital em Recife, Pernambuco, Brasil: <https://www.portodigital.org/home>.
- ⁵⁵ Ver, por exemplo, o Start-up Act da Tunísia, que integra pactos entre o Estado, a iniciativa privada e os empresários: <https://www.startupact.tn/avantages-startupact.html>.
- ⁵⁶ Ver, por exemplo, a Incubadora BiatLab do Banco Biat em Tunes: <https://www.biatlabs.com/en/home/> e o Cubo Digital do Banco Itaú no Brasil: <https://cubo.network/>.
- ⁵⁷ Ver, por exemplo: <https://culture360.asef.org/opportunities/switzerland-tada-textile-and-design-alliance-artist-residence-programme/?fbclid=IwAR2FQstAQiiqVoMXTNJbluzyILbk8pnXIFzWTMqU8twFHOxTVCCe6Fly7O0>.
- ⁵⁸ Ver, por exemplo: <https://radicaloa.disruptivemedia.org.uk/resources/funding-opportunities/>.
- ⁵⁹ Ver: <http://www.novojornal.co.ao/cultura/interior/museus-publicos-passam-a-cobrar-entre-176-e-352-kwanzas-para-o-acesso-87720.html>.
- ⁶⁰ Ver, por exemplo: <https://www.m9museum.it/en/>.
- ⁶¹ Ver, por exemplo: <https://www.berlin.de/en/events/3225758-2842498-international-museum-day.en.html>.
- ⁶² Ver, por exemplo, Galeria IFA para informações sobre como realizar exposições itinerantes: <https://www.ifa.de/en/exhibitions/ifa-gallery-berlin/>.
- ⁶³ Banco Nacional de Angola.
- ⁶⁴ *Idem*.
- ⁶⁵ *Idem*.
- ⁶⁶ Nações Unidas, 10 de Junho de 2020: <http://data.un.org/en/iso/ao.html>.
- ⁶⁷ Ver: <https://www.populationpyramid.net/pt/angola/2019/>.
- ⁶⁸ *Idem*.
- ⁶⁹ *Idem*.
- ⁷⁰ Banco Nacional de Angola.
- ⁷¹ Banco Mundial: <https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=AO>.

-
- ⁷² Economia comercial: <https://tradingeconomics.com/angola/exports-by-country>.
- ⁷³ Banco Nacional de Angola.
- ⁷⁴ *Idem*.
- ⁷⁵ *Idem*.
- ⁷⁶ Diário da República Iª Série n.º 38 de 21 de Março de 2019, Decreto Presidencial n.º 84/19.
- ⁷⁷ Nações Unidas, 10 de Junho de 2020: <http://data.un.org/en/iso/ao.html>.
- ⁷⁸ Ficha de informação rápida - Inquérito ao emprego em Angola I Trimestre 2020.
- ⁷⁹ *Idem*.
- ⁸⁰ INE, Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola, Folha de Informação Rápida (Pobreza e Desigualdade), Dezembro de 2019.
- ⁸¹ *Idem*.
- ⁸² Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, que pretende resumir num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento está concentrado num único indivíduo).
- ⁸³ Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- ⁸⁴ Avalia o progresso a longo prazo das três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrões de vida dignos.

Anexo A - Lista de entrevistados

1. Governo

Ministério da Cultura e Turismo

- Maria da Piedade de Jesus - Secretária de Estado da Cultura
- João Lourenço - Ponto focal e consultor da SEC
- Gabriel Cabuço - Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas
- Hélder Marcelino - Secretário de Estado do Turismo
- Fernando Ludgero Diogo - Ponto Focal
- Dra. Ângela Manuel - Ponto Focal
- Paulo Kabeletete - Chefe do departamento de planeamento e projetos do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (MINCULTUR) / Gepe - Técnico do Gepe
- Aguinaldo Cristóvão - Colaborador do MCTA e Líder do Grupo Técnico da Comissão Multissetorial de Acompanhamento e Implementação da Política Nacional do Livro e Leitura
- Paulo Kussy - Conselheiro no MCTA

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI)

- Domingos da Silva Neto - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Jorge Gumbe - Diretor Geral do Instituto Superior de Artes (ISART)
- José Katito - Diretor-geral Adjunto do Instituto Superior de Artes para a Área Científica

Ministério da Educação (MED)

- Julieta Octávio - Diretora Nacional do Ensino Técnico Profissional
- Eusébio Pinto - Diretor Geral do Complexo de Escolas de Arte (CEARTE)

AIPEX

- Sandra Dias dos Santos - Administradora

Instituto Nacional de Estatísticas (INE)

- Manuel Cordeiro - Ponto Focal do INE
- Adão Fernando - Diretor do Instituto Nacional de Estatísticas / Coordenador Adjunto do Recenseamento das Empresas e Estabelecimentos (REMPE)

Instituto Angolano da Propriedade Industrial (IAPI)

- Carla Carvalho - Diretora Geral Adjunta

Governo Provincial e Municipal

- Manuel António Gonçalves - Diretor Provincial do Gabinete de Cultura, Turismo, Juventude e Desporto de Luanda
- Manuel (Dala) de Sousa - Direção Municipal de Cultura e Turismo de Luanda

2. Instituições estrangeiras e internacionais

- Paul Barascut - Diretor da Aliança Francesa de Luanda
- Agneta Barros Wilper - Presidente da Aliança Francesa, Linguística e Crítica de Arte
- Nídia Klein - Diretora do Centro Cultural Brasil-Angola

3. Entrevistados locais e internacionais do sector privado e da sociedade civil, por sector

- Rui Last Man - Diretor Geral da Academia PRODUZA 80
- Analtino dos Santos - Jornalista (Jornal de Angola)
- Ingrid Fortez - Consultora e especialista internacional em indústrias culturais e criativas
- Artur Mendes - CCO Angola Cables (Diretor de Comunicação)
- Miguel Bibe - Advogado de Marcas e Patentes Invents International Angola
- Januário Jano - Artista Multidisciplinar, Coletivo Cultural Pés Descalços
- Adriano Mixinge - Escritor, Jornalista e Administrador do Memorial Agostinho Neto
- Miguel Hurst - Actor, Consultor do Goethe Institut, ex-diretor do Instituto do Cinema e Audiovisual de Angola
- Dalila Salvador - Projeto PROCULTURA
- Belmiro Carlos - ONG pró-culto
- Amaro Francisco - Especialista em Turismo
- Carlos Correia - Consultor e especialista em desenvolvimento
- Gentil Viana - Rede Camponesa, Artesanato

Música

- Paulo Flores - Músico
- Maya Cool - Músico/Agente, União dos Músicos de Angola
- Vítor Gama - Músico, Projeto Tsikaya, Instrumentos, Pangeiart
- Vasco Sacramento - Programador e produtor
- Fernando Sousa - Programador cultural
- Dr. Eduardo Sambo - Jurista, Professor Universitário, Compositor
- Prof.^a Rosa Roque - Compositora e Prémio Nacional de Cultura 2020.
- Paula Miranda - Socióloga; artista plástica

Museus

- Santos Garcia Simão - Arquivista, Museólogo e Autor de Livros Visão holística dos museus e arquivos em Angola: Uma abordagem histórica
- Soraia Santos- Atual Presidente da Direção Nacional de Museus
- José Vigário - Diretor do Centro Cultural Palácio de Ferro

Literatura

- David Capelenguela - Presidente da União dos Escritores Angolanos - UEA
- Fernando Jassy - Movimento Literário Lev'arte
- Astrigildo Pedro Sumbo - Especialista em Economia Criativa

Meios audiovisuais e interativos

- Jorge Cohen - Produtor Geração 80
- Jorge António - Realizador/produtor
- Nuno Mortágua - Antigo Diretor Comercial da ZAP Cinemas para Angola e Moçambique
- Luís Esteves - Diretor Comercial Unitel

Jogos, tecnologia e inovação

- José Carlos - Gerente ACELERA ANGOLA
- Xande Pinto - Gestor de Jogos Bantu
- Crisóstomo Mbundu - Gestor de Produto IP Angola Cables

Festivais - Carnaval

- Jorge Antunes - Diretor do Canal ZAP Viva
- Kayaya Júnior - Produtor de Eventos

Artes do espetáculo - Dança

- Ana Clara Guerra-Marques - Investigadora, coreógrafa, bailarina e professora de dança

Anexo B - Indicadores socioeconómicos

Região	África Central e Austral	
Capital	Luanda	
Divisão administrativa	18 províncias: Cabinda, Uíge, Zaire, Bengo, Luanda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Benguela, Huambo, Bié, Moxico, Cuando Cubango, Huíla, Namibe e Cunene	
PIB (milhões, US\$, 2019)	US\$84,639 milhões ⁶³	
Moeda nacional	Kwanza (símbolo: Kz)	
Taxa de câmbio média 2019	364.6 Kz/US\$ ⁶⁴	
Taxa de câmbio em 19/06/2020	601.3Kz/US\$ ⁶⁵	
População (2019)	31 825 299 ⁶⁶	
Distribuição etária da população dos 15 aos 54 anos ⁶⁷	15-24 anos 19.4% 3,057,937 homens e 3,119,888 mulheres 25-54 anos 31.8% 4,928,353 homens e 5,181,565 mulheres Média: 66% (80% homens e 53.4% mulheres)	
População urbana (% total da população, 2018)	65.5% ⁶⁸	
Esperança de vida à nascença (anos, 2018)	60 anos ⁶⁹	
Balança comercial anual (2019, US\$)	Angola exportou 35 180 milhões de dólares ⁷⁰ e importou 22 299 milhões de dólares, resultando numa balança comercial positiva de 12 881 milhões de dólares	
Inflação, preços de consumo anuais (2019, %)	17.1% ⁷¹	
Principais exportações (2019)	Petróleo bruto (31 396 milhões de dólares), gás (1 507 milhão de dólares), diamantes (1 215 milhão de dólares), refinação de petróleo (462 milhões de dólares)	
Principais países de destino das exportações (2018)	China (59%), Índia (9,1%), Estados Unidos (3,5%), Espanha (3%), África do Sul (2,8%) ⁷²	
Principais países de destino das exportações de petróleo (2019)	China (67,6%), Índia (9%), Portugal e Espanha (3,5%), Estados Unidos (2,7%), Itália (2,4%) ⁷³	
Principais importações (2019)	937,1 milhões de dólares), Aeronaves e embarcações (1 695,0 milhões de dólares), Produtos Químicos (1 032,6 milhões de dólares) ⁷⁴	
Principais países de origem das importações (2019)	China (14,0%), França (13,8%), Portugal (12,9%), Bélgica (6,2%), República da Coreia (5,3%), Estados Unidos da América (4,4%) ⁷⁵	
Indicador de atratividade para as empresas internacionais	Angola está classificada em 177º lugar entre 190 países na edição de 2020 do relatório Doing Business do Banco Mundial	
Salário mínimo (2019, em Kz) ⁷⁶	Garantido Único	21,454 Kz
	Agricultura	21,454 Kz
	Transportes, serviços e indústria transformadora	26,817 Kz
	Comércio e minas	32,181 Kz
Emprego (2019, % de trabalhadores)	Agricultura: 50% da população empregada Indústria: 8,7% da população empregada Serviços: 41,2% da população empregada ⁷⁷	
Taxa de desemprego (1º trimestre de 2020)	32% ⁷⁸	
Taxa de emprego com 15 ou mais anos de idade por área de residência e sexo (2.º T 2019)	Angola: 60,7%	62,1% Homens e 59,4% Mulheres 47,3% Urbano e 81,6% Rural ⁷⁹
População que vive abaixo do limiar de pobreza (% , 2019) ⁸⁰	Angola: 40,6%	57,2% Zonas rurais 29,8% Zonas urbanas
Coefficiente de Gini (Dezembro de 2019) ^{81 82}	0,51	
Índice de Desenvolvimento Humano (2019) ^{83 84}	0,574 - Angola está classificada em 177º lugar entre 189 países	

Anexo C - Instituições de ensino das artes e da cultura em Angola

CEARTE

O Complexo das Escolas de Arte (CEARTE), também designado por Instituto Politécnico de Artes, é a única escola secundária técnico-profissional de artes em Angola, projetada para receber 3 840 alunos, da 7^a à 13^a classes (1^o e 2^o ciclos). O CEARTE é uma escola secundária politécnica pública, vinculada ao Ministério da Cultura e foi criada pelo Decreto Executivo Conjunto 01/2015 de 13 de Julho do Ministério da Cultura e da Educação e tem a superintendência da Direção Nacional de Formação Artística do Ministério da Cultura e da Direção do Ensino Técnico Profissional do Ministério da Educação. A instituição resultou da fusão das extintas Escolas Nacionais de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, anteriormente localizadas na antiga Académica de Música (Marginal) e no Rangel (Nelito Soares, nos Blocos C), e que existiam desde os anos 70. Com instalações construídas de raiz em 2014, em Camama, concelho de Talatona, o CEARTE dispõe de 80 salas (27 para disciplinas de formação geral e 53 para disciplinas de especialidade técnica), uma biblioteca, um internato com 106 camas (que não funciona por razões financeiras), um polidesportivo, um posto médico (que também não funciona), um refeitório, um anfiteatro ao ar livre com capacidade para 450 pessoas, dois laboratórios, um de física e outro de química, e um auditório polivalente de uso interno com capacidade para 309 lugares.

O CEARTE começou a funcionar em 2015 e oferece atualmente cinco áreas de formação: artes visuais, dança, música, teatro e cinema, mas apenas para o ensino secundário (10.^o ao 13.^o ano). Desde a sua inauguração em 2015, o CEARTE formou apenas cerca de 200 alunos: a primeira turma de finalistas em 2018 (cerca de 70), uma segunda turma em 2019 (68) e uma terceira turma em 2020 (com um número idêntico de finalistas). Este número reduzido de alunos em relação à sua capacidade deve-se sobretudo à falta de professores e de materiais didáticos especializados. Para além destas carências, outros fatores têm sido apontados para explicar a falta de alunos: a localização da instituição numa zona que não oferece segurança (os assaltos a alunos e funcionários são constantes); falta de visibilidade da instituição; problemas de mentalidade conservadora que faz com que a arte não seja vista como uma profissão (os alunos dão prioridade a outro tipo de cursos noutras instituições); recursos financeiros insuficientes (orçamento inferior a dois milhões de kwanzas por mês).

O CEARTE foi projetado para funcionar com 98 cursos, ministrados por 350 professores. No entanto, à data da redação do presente relatório, apenas tinha 70 professores e 16 cursos em funcionamento. A falta de professores é a maior dificuldade para poder disponibilizar todos os cursos oferecidos. Entre 2015 e Dezembro de 2017, tiveram professores da cooperação cubana, mas estes não tiveram os seus contratos renovados e não regressaram no início de 2018 - um problema cuja resolução estava para além do CEARTE. No entanto, o governo, que teria de contratar mais professores, não atuou com rapidez no recrutamento de um número suficiente. O CEARTE tem uma dupla tutela do extinto MINCULTUR/MCTA e do MED. Em 2018, no programa de recrutamento público realizado pelo Governo, foram disponibilizadas 20 vagas e apenas 6 professores foram aprovados. Em 2019, o CEARTE solicitou 282 professores para o ano letivo de 2020, mas apenas 154 vagas foram concedidas pelo Ministério da Educação.

Os 16 cursos oferecidos pelo CEARTE têm duas vertentes, uma pedagógica, que permite a formação para as carreiras do ensino das artes, e outra de interpretação/criação artística, para o desenvolvimento de uma carreira/empresa ou prosseguimento de estudos. Na área das Artes Visuais, os cursos incluem na área da criação artística, cursos de cerâmica, escultura, gravura e pintura, e na área pedagógica, um curso de professor de expressão plástica. Na área da Dança, existem apenas cursos pedagógicos para professores de danças folclóricas e patrimoniais e professores de dança moderna. Na área da Música, dos 21 cursos previstos - (a área que teria a maior oferta), há quatro cursos que trabalham a criação artística: canto, flauta, guitarra e interpretação pianística. No que diz respeito ao Teatro, estão a funcionar três cursos, um de criação artística (técnico de representação convencional) e dois pedagógicos (professor de representação dramática e professor de animação cultural). No que diz respeito ao Cinema, existem dois cursos (dos sete previstos): técnico de

animação e multimédia e técnico de produção. No entanto, estes cursos também sofrem de uma falta de materiais didáticos que afetam as diferentes competências. Em Música existem instrumentos musicais, mas em Artes Visuais são os próprios alunos que têm de comprar as telas, os pincéis e as tintas. No curso de Teatro e Cinema, o Teatro tem aulas práticas, mas não no Cinema, porque faltam câmaras e materiais técnicos de apoio.

Em termos pedagógicos, o CEARTE oferece aos seus alunos conteúdos de empreendedorismo no 11º e 12º anos e, no 13º ano, os alunos têm um estágio profissional - mas isto é mais predominante no aspeto pedagógico, em que os alunos fazem estágios nas escolas primárias. Os conteúdos são muitas vezes uma cópia de currículos de Portugal e do Brasil - por exemplo, o manual de empreendedorismo do CEARTE é “Empreendedorismo: Transformar ideias em negócios” de José Carlos Assis Dornelas. Há uma falta de conteúdos educativos relevantes e específicos para Angola, que seriam benéficos para os estudantes que pretendem desenvolver atividades nos sectores cultural e criativo no país.

Muitos dos alunos formados pelo CEARTE foram absorvidos pelo processo de recrutamento lançado pelo MED em 2019 e espera-se que sejam professores no CEARTE para permitir a abertura do ensino ao 1.º ciclo do ensino secundário em 2021. Outros alunos continuam os seus estudos no ensino superior. Muitos candidataram-se a bolsas de licenciatura do programa PROCULTURA PALOP-TL, mas este só tinha vagas para estudos em artes performativas (teatro e cinema) e música. O ISART oferece oportunidades de progressão no ensino superior, mas não tem, por exemplo, a área da dança. Assim, os restantes finalistas têm de procurar outras oportunidades e muitos dedicam-se a outras áreas de estudo (sociologia, psicologia) e abandonam os estudos artísticos. Perde-se assim um investimento feito na educação da cultura e das artes que poderia ter um efeito positivo no aumento do número de agentes que atuam na economia da cultura.



Considerando a colaboração inicial com a cooperação cubana, investigou-se se o desenvolvimento de parcerias internacionais tem sido uma possibilidade explorada para resolver o problema dos professores. O discurso político favorece a cooperação e o intercâmbio, mas não se concretiza na prática. Foram estabelecidos contactos entre o CEARTE e escolas de arte no Ceará, em Fortaleza, no Brasil, e no Porto, em Portugal, mas os ministérios responsáveis nunca desenvolveram essas possibilidades. Foi igualmente registado o interesse em cooperar com o Egipto e Marrocos. O desenvolvimento e a implementação, a nível ministerial, de uma estratégia clara e coerente que permitisse a continuidade e a dotação orçamental que permitisse ao CEARTE, e a outras instituições, desenvolverem-se e estabelecerem-se de acordo com os objetivos para os quais foram criadas, não tem sido possível, dadas as burocracias e a situação de constante mudança a nível ministerial.

O CEARTE candidatou-se ao programa PROCULTURA PALOP-TL, financiado pela União Europeia, para aumentar a oferta formativa e desenvolver cursos de som e iluminação. A instituição gostaria também de criar cursos para o período de férias para agentes culturais estabelecidos que necessitem de formação. É também uma ambição do CEARTE criar o seu internato, que favorecerá o acolhimento de estudantes de outras províncias, bem como o acolhimento de estudantes de outros países da SADC e dos PALOP.

O CEARTE oferece formação de nível secundário na área das artes, outras instituições oferecem outras áreas que se aproximam mais da área das Indústrias Criativas. As seguintes instituições oferecem cursos de formação oficialmente reconhecidos com relevância para as ICC:

- Instituto Médio de Turismo (mais recente que o CEARTE e numa área sem qualquer tradição de ensino no país. O número de profissionais de turismo é muito reduzido para as necessidades do país);
- Instituto Médio de Telecomunicações (instituto mais antigo, que tem a reputação de oferecer uma boa formação);
- Instituto Médio de Economia de Luanda (treina jornalistas).

Existem outras instituições que oferecem cursos de curta duração, mas não são oficialmente certificadas.

No domínio da arte e da cultura, existem também organizações e associações que oferecem cursos de lazer, cursos livres não certificados ou aulas individuais. Em Luanda, estes são oferecidos, por exemplo, pela Casa das Artes, e uma oferta semelhante pode ser encontrada noutros municípios.

ISART

O Instituto Superior de Artes (ISART) é a primeira instituição pública de ensino superior em Artes em Angola, tutelada pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. O ISART é responsável pela lecionação de cursos de graduação e pós-graduação relacionados com as profissões artísticas, pela atribuição de graus de Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor, bem como de Diplomas e Certificados de cursos de curta duração e de Diplomas de ensino superior especializado, sendo ainda responsável pela atribuição dos graus honoríficos de Professor Emérito e Doutor Honoris Causa.

O ISART é uma pessoa coletiva de direito público da 1ª Região Académica, composta pelas cidades de Luanda e Bengo, com personalidade jurídica e autonomia Científica, Pedagógica, Administrativa e Disciplinar. Criado através do Decreto 7/09 de 12 de Maio, como Instituição Pública de Ensino Superior e os seus estatutos aprovados em 2015 pelo Decreto Presidencial 19/15 e publicados no Diário da República na I Série - Nº 3 de 6 de Janeiro de 2015. O Governo tem planos para ter mais instituições do ISART espalhadas pelo país noutras universidades públicas, mas tal ainda não se concretizou dada a falta de capacidade financeira e de recursos humanos. Assim, o ISART recebe estudantes de outras províncias que recebem bolsas de estudo do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE).

O ISART começou a funcionar em 2013 e em Maio de 2019 formou a primeira coorte de 52 licenciados: em Teatro (18), Artes Visuais (18) e Música (16). Atualmente, existem licenciaturas de quatro anos em música, teatro, artes visuais e design de moda, com 30 vagas para cada curso. A licenciatura em música, tal como as outras, sofre da dificuldade de ter poucos professores - neste caso, poucos angolanos foram formados para ensinar

música, pelo que há muitos músicos, mas poucos professores de música para lecionar num nível de ensino superior. A licenciatura em música existe, para já, apenas para canto lírico/erudito e canto popular.

Em 2021, se as condições financeiras melhorarem, planeiam ter mais opções, incluindo instrumentos de sopro e percussão, bem como produção musical e etnomusicologia. Na área das artes visuais, à data da redação do presente relatório, a licenciatura abrangia apenas as áreas da pintura e escultura, mas no futuro, têm planos para desenvolver as áreas da fotografia e gravura, e em termos teóricos, a história da arte. A licenciatura em Teatro destina-se atualmente apenas à formação de atores, enquanto as outras licenciaturas oferecem, a par da vertente criativa, o percurso pedagógico para que os alunos possam vir a ser professores noutros níveis de ensino.

Os cursos são muito procurados. O ISART oferece 30 lugares em cada curso e recebe cerca de 100 a 120 candidaturas para cada um - o curso de Design de Moda é o mais popular e tem ainda mais candidatos. Os alunos vêm do CEARTE (ensino artístico de nível secundário), bem como do ensino geral. No entanto, no primeiro grupo de licenciados, a maioria, cerca de 70 por cento, eram já artistas/mestres que queriam obter um diploma como validação formal dos conhecimentos que já possuíam. O segundo grupo de licenciados, que sairá em 2020, tem um perfil diferente, sendo muito mais jovem. O diretor-geral do ISART espera que estes novos licenciados gerem mais empreendedorismo e criem negócios culturais e criativos, embora o investimento na cultura e nas artes seja um investimento a médio e longo prazo. Angola está, sem dúvida, numa fase de transição, em que a informação sobre o valor e os benefícios da cultura deve ser amplamente demonstrada e comunicada.

No âmbito do ISART, enquanto instituição que formará pessoal para liderar o desenvolvimento dos sectores culturais e criativos, são identificadas oportunidades para alargar o leque da oferta educativa ao nível do ensino superior, que já tinham sido identificadas na análise do CEARTE, por exemplo na dança - neste caso, para haver continuidade entre o ensino secundário e o ensino superior. No entanto, o ISART enfrenta muitas dificuldades. Para além da falta de capacidade financeira, que depende sobretudo de um maior financiamento público, o problema da falta de professores está também relacionado com o facto de existirem poucos candidatos angolanos com a formação adequada - já que normalmente têm apenas o nível de licenciatura. Assim, os alunos que se licenciaram em 2019 (artes visuais, música e teatro) e em 2020 (design de moda), num total de dez, foram selecionados para terem formação avançada no estrangeiro (Portugal e Brasil) e em Angola para se tornarem professores: terão bolsas de estudo, mas o processo parou devido à COVID-19.

Entretanto, para colmatar a falta de mestres e doutores angolanos, o ISART tem dez professores cubanos ao abrigo de um protocolo intergovernamental e está também a negociar protocolos com outras universidades em Portugal e no Brasil para permitir a deslocação de professores estrangeiros a Angola para ministrarem cursos intensivos. O ISART está também a tentar ser incluído na vertente de formação do PRODESI e, no âmbito do programa PROCULTURA PALOP-TL, candidatou-se ao desenvolvimento de um bacharelato/licenciatura em Gestão e Produção Cultural. Este último programa, que visa promover o emprego em atividades geradoras de rendimento no sector cultural, oferece também bolsas de licenciatura e mestrado nas áreas da música e das artes do espetáculo.

Outro obstáculo à expansão do ISART é o facto de as instalações situadas na centralidade do Kilamba serem provisórias e inadequadas: o número de salas de aula, oficinas e laboratórios é limitado. O ISART dispõe de uma biblioteca, mas o acervo é praticamente inexistente porque os livros têm de ser importados e são caros. Compensam-no com material fotocopiado e uma biblioteca virtual em PDF. Esta situação, em termos de instalações, é o oposto do que acontece com o CEARTE, pelo que a partilha de instalações está a ser discutida a nível ministerial, uma vez que as instituições pertencem a dois ministérios diferentes. Esta parece ser uma solução interessante que poderá também desenvolver sinergias criativas e pedagógicas. A direção do ISART espera que a instituição disponha de mais espaço em 2021, mas infelizmente a pandemia de COVID-19 atrasou as negociações interministeriais.

Em termos de empregabilidade dos alunos, muitos dedicam-se ao ensino quando terminam os seus cursos, uma vez que existe uma grande falta de professores para lecionar programas de formação artística no ensino

geral (disciplinas de música ou educação visual) ou lecionar no CEARTE. Assim, é importante para o ISART que as licenciaturas que oferece contemplem o ensino e a criação. Este trabalho é também essencial para permitir o reforço da educação artística em Angola desde o jardim-de-infância, ensino primário, médio e secundário, que é a base de um ambiente cultural e criativo que alimenta a economia da cultura.

A preocupação de preparar os estudantes para o mundo do trabalho no contexto do empreendedorismo revela-se também no esforço de estabelecer protocolos com algumas entidades onde os estudantes adquirem experiência prática. Por exemplo, o curso de design de moda tem um protocolo com a Textang, uma das poucas indústrias têxteis de Luanda, bem como com ateliers de moda. De um modo geral, os convidados partilham os seus conhecimentos com os alunos. A gestão de carreiras, a gestão de projetos e o empreendedorismo também fazem parte do currículo dos vários cursos. Por exemplo, no 3º ano do curso de teatro os alunos têm uma disciplina de Gestão e Produção Teatral que engloba competências como: Marketing Cultural; Comunicação Institucional; Angariação de Fundos; Relações-Públicas; Orçamentos e plano de meios - Projetos para venda; Construção de checklist, produção executiva. O ISART tem ainda protocolos com parceiros como a Galeria do Banco Económico, a Ensa (que atribui os prestigiados Prémios Ensa Arte), o Centro Cultural Português e o Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA).

Em termos de apoio à educação e formação de recursos humanos nos sectores cultural e criativo, os centros culturais e as embaixadas estrangeiras em Angola oferecem muitas oportunidades. Um exemplo disso é a colaboração entre o Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA) e o ISART no domínio das Artes Visuais. Trabalharam durante dois anos com grupos de 30 jovens que tiveram um curso de imersão de uma semana no CCBA: uma ação educativa em torno de uma exposição, fazendo todas as funções. Esta iniciativa foi patrocinada por uma empresa brasileira que deu um apoio financeiro anual no âmbito da responsabilidade social da empresa. Destes cursos saíram jovens que formaram empresas e/ou que já estão a trabalhar em galerias estabelecidas em Luanda. Também são frequentes as colaborações envolvendo vários centros e instituições culturais angolanas para oferecer formação: por exemplo, em Janeiro de 2020, o Instituto Goethe, em colaboração com o CCBA, a Embaixada do Brasil em Luanda e o Museu Nacional de Antropologia, ofereceu um workshop gratuito para realizadores, estudantes de cinema, documentaristas e fãs sobre como trabalhar com fotografias históricas em documentários.

Mas mesmo com dificuldades, o ISART continua a demonstrar iniciativa e a desenvolver investigação pertinente para o desenvolvimento dos sectores e indústrias culturais e criativas no país. Assim, no momento em que escrevemos, estava a ser desenvolvido um plano de levantamento do património material e imaterial na província do Moxico. Trata-se de uma região com muita pobreza, mas com uma imensa riqueza cultural (festas, cestaria, escultura em madeira) que poderia ser a base para a criação de um cluster de ICC. Este poderia ser um projeto-piloto a ser aplicado noutras regiões do país para demonstrar como as ICC podem contribuir para gerar rendimentos, reduzir a pobreza e diversificar a economia em Angola, permitindo a manutenção da riqueza cultural do país.

Train for Trade II

Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.



União Europeia



NAÇÕES UNIDAS
CNUCED

The background is a dark, textured surface with a grid of squares in various shades of blue and green. A vertical line of white, torn paper or stitching runs down the right side of the grid. The text is located at the bottom left of the page.

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.

